

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

GUAXINDIBA/RJ: do rural e do urbano.

Geny Ferreira Guimarães

2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

GUAXINDIBA/RJ: do rural e do urbano.

Geny Ferreira Guimarães

Sob a Orientação da Professora

Eli Fátima Napoleão de Lima

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Magister Scientie** em
Ciências Humanas e Sociais,
Área de Concentração em
Sociedade e Agricultura.

**Rio de Janeiro
2004**

FICHA CATALOGRÁFICA

Guimarães, Geny Ferreira

Guaxindiba/RJ: do rural e do urbano. RJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2004. xv n. f: il.

Orientador:

I. Eli Fátima Napoleão de Lima. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Guaxindiba/RJ: do rural e do urbano.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

GENY FERREIRA GUIMARÃES

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Sociedade e Agricultura, como requisito parcial para obtenção do grau de Magister Scientiae.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____.

Dra. Eli Fátima Napoleão de Lima - UFRRJ
(Orientadora)

Dr. Márcio de Oliveira Piñon – UFF

Dr. Héctor Alberto de Alimonda – UFRRJ

Dedico este trabalho a todos que me amam,
especialmente ao meu *Pai*, à minha *Irmã*.
À minha *Mãe* que para sempre
estará na minha memória.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar a todos que diretamente me ajudaram na execução deste trabalho. À minha orientadora, Eli de Fátima Napoleão Lima, sem sua ajuda, eu não teria conseguido chegar até aqui. A todos os professores do CPDA, em especial ao Héctor Alberto Alimonda e Nelson Giordano Delgado que em nos momentos mais difíceis da minha jornada no CPDA, assim como na minha vida pessoal, souberam compreender e me dar o tempo necessário para minha recomposição intelectual e física, e me auxiliaram em leituras indispensáveis. Ao meu ex-professor na Graduação, Márcio de Oliveira Piñon, com sugestões fundamentais na qualificação do Projeto de Dissertação, cuja sua presença em minha banca final foi importantíssima.

Também, não posso deixar de fora os meus colegas de turma, que em diversas ocasiões fizeram leituras do meu projeto e versões preliminares da dissertação e com boa vontade sempre me deram sugestões e críticas valiosas, principalmente Claudia Espindola que tanto me ajudou em muitos momentos.

Aos meus amigos mais próximos, em especial ao Moysés Vinícius, que mesmo elaborando a sua dissertação na Universidade Federal Fluminense pode em diversos momentos me ouvir e ajudar.

Aos amigos Altair Caetano e Luis Cláudio (Mega) que me ajudaram com os anexos.

A todos os meus amigos professores que deixei na Escola Estadual Municipalizada Guaxindiba, sobretudo ao Sr. Luis que sempre me acompanhava em caminhadas e trabalho de campo por Guaxindiba e ao Professor Washington Mousinho Lins que me acompanhou em minha primeira caminhada em Guaxindiba e me deu muita força para iniciar o meu projeto e apostar na minha capacidade. A todos que participaram das minhas entrevistas nos trabalhos de campo.

Obviamente, à minha amada família. Ao meu pai, José Ferreira Guimarães e minha irmã Georgete Ferreira Guimarães, que todo o tempo se mostraram compreensivos e amigos.

Em segundo lugar a todos que de alguma forma me ajudaram, mesmo que indiretamente. À minha amiga de infância Claudia Boente, e tantos outros que como são muitos, peço desculpas por não poder citá-los aqui. Contudo, não posso deixar de mencionar, Timothy Wade Ross, que mesmo distante, estando em Nova York e sem ter idéia do conteúdo do meu trabalho sempre me motivou a nunca desistir.

A Deus, sempre.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1. O processo geográfico histórico.	
1.1. As contradições no processo histórico do município.	08
1.1.1. Dos primórdios dos Tamoios à ruptura da chegada dos europeus.	08
1.1.2. De agrícola à industrial, de rural à urbano: uma história de sucessos e fracassos.	20
1.1.3. Onde estão os negros na história de São Gonçalo?	30
1.2. A formação sócio-ambiental de São Gonçalo.	33
1.2.1. Os aspectos físico-geográficos.	33
1.2.2. A APA.	37
1.2.3. As degradações ambientais e o PDBG.	38
Capítulo 2. Relações espaciais de valor, poder e territorialidade.	
2.1. O espaço e sua complexidade.	45
2.2. Guaxindiba não está no mapa: onde fica Guaxindiba?	58
2.3. Possíveis relações de poder de um Coronelismo gonçalense.	61
2.4. A Região Metropolitana e a territorialidade em São Gonçalo.	66
Capítulo 3. Rural, urbano ou o quê?	
3.1. Do Rural e do Urbano.	71
3.1.1. As visões de Rural e o que dizem do Urbano.	71
3.1.2. O desenvolvimento rural brasileiro.	78
3.1.3. O rural de áreas metropolitanas.	96
3.2. A ambigüidade de Guaxindiba.	99
Considerações finais	109
Referências Bibliográficas	112
Anexos	117

LISTA DE MAPAS, TABELAS, FOTOS E GRÁFICOS

Mapas

- Mapa 1 – Localização de Guaxindiba.
- Mapa 2 – RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro).
- Mapa 3 - Baía de Guanabara, de Luiz Teixeira, 1586.
- Mapa 4 – Aldeia Morgoniaçu.
- Mapa 5 – Capitânicas Hereditárias.
- Mapa 6 – Sesmarias, 1565. (Anexo 2)
- Mapa 7 – Sesmarias, 1567-1568. (Anexo 3)
- Mapa 8 – Sesmarias, 1568-1579. (Anexo 4)
- Mapa 9 – Ocupação de Guaxindiba, 1568-1597. (Anexo 5)
- Mapa 10 – Ocupação de Guaxindiba, 1602-1631. (Anexo 6)
- Mapa 11 – Ocupação do Sertão Gonçalense, 1642-1692. (Anexo 7)
- Mapa 12 – Apa de Guapimirim. (Anexo 9)
- Mapa 13 – Bairro de Bom Retiro (Anexo 10)
- Mapa 14 – Zoneamento. (Anexo 11)
- Mapa 15 – RMRJ, 1978. (Anexo 13)
- Mapa 16 – RMRJ, Conurbação, 1978. (Anexo 14)

Tabelas

- Tabela 1 – Sesmarias em São Gonçalo. (Anexo 1)
- Tabela 2 – Censo IBGE 1940. (Anexo 8)
- Tabela 3 – Lavoura Temporária em São Gonçalo – IBGE/2000.
- Tabela 4 – Lavoura Permanente em São Gonçalo – IBGE/2000.
- Tabela 5 – Sistema territorial.
- Tabela 6 – Zoneamento de São Gonçalo
- Tabela 7 – Características organizacionais do empreendimento rural.
- Tabela 8 – Serviços classificados entre bom e ótimo em Guaxindiba.
- Tabela 9 – Tabela geral dos serviços em Guaxindiba

Fotos

- Foto 1 – O Trem da Serra.
- Foto 2 – Sedimentos fluvio-marinheiros.
- Foto 3 – Rio 22.
- Foto 4 – Rio Guaxindiba.
- Foto 5 – Dutos furados.
- Foto 6 – Água desperdiçada
- Foto 7 – Rios poluídos.
- Foto 8 – desmanche e abandono de carros.

Foto 9 – Linha férrea (nos dias atuais).

Foto 10 – Identidade local 1.

Foto 11 – Identidade local 2.

Foto 12 – Fazenda de búfalos.

Foto 13 – Búfalos no pasto.

Gráficos

Gráfico 1 – Investimentos do PDBG.

Gráfico 2 - Infra estrutura e serviços em Bom Retiro.

Questionário – Anexo 12.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIBG – Centro de Informações da Baía de Guanabara

CNDRS – Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBG – Instituto Baía de Guanabara

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JBIC – Japan Bank for International Cooperation

MEMOR – Núcleo da Memória da História de São Gonçalo

PDBG – Programa de Despoluição da Baía de Guanabara

PEA – Projeto de Educação Ambiental

PNDRS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

UC – Unidade de Conservação

RESUMO

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **GUAXINDIBA/RJ: do rural e do urbano**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2004. 128p. (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Este trabalho foi elaborado visando uma localidade chamada Guaxindiba, situada ao norte do município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), no período de 2002 a 2004. Como fontes principais de pesquisa foram utilizados materiais bibliográficos para o embasamento teórico; textos reflexivos resultantes das aulas curriculares do curso como auxílios complementares; documentos, leis e mapas obtidos na prefeitura de São Gonçalo; assim como questionários que foram aplicados em alunos do ensino fundamental (5ª à 8ª série) da Escola Estadual Municipalizada Guaxindiba em novembro de 2004. Este trabalho foi desenvolvido tendo como foco uma região que, à princípio, apresenta-se aos olhos do pesquisador com uma certa indefinição ou ambigüidade dentro do tema campo-cidade. Como tantos outros lugares, representa mais uma região com um forte passado agrícola e uma atual perspectiva urbano-industrial, apresentando ao mesmo tempo intensas ruralidades, em meio a aspectos urbanos. Foi realizada uma análise de alguns dos seus aspectos sócio-culturais, sócio-ambientais e político-econômicos, relacionando-os com as questões de territorialidade que se desenvolvem no município a partir do processo de poder político vigente na região que, de certa forma gera a categorização do local. Considerou-se indispensável uma breve análise do processo geográfico-histórico para se entender a formação geo-histórica do local, principalmente o desenvolvimento rural e a estruturação do urbano na região; uma reflexão sobre a organização territorial da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, assim como a sua atual gestão e o tipo de entendimento que se faz das zonas rurais em áreas metropolitanas; uma reflexão sobre a discussão de rural/urbano no Brasil e finalmente, uma análise da possível ruralidade existente em Guaxindiba em meio ao processo de industrialização da região. Considera-se que este lugar existe praticamente no anonimato, mas pode ser que possua potencialidades a serem considerados relevantes para o desenvolvimento do município. Acredita-se que esta pesquisa proporcionará um maior conhecimento de Guaxindiba que pode de alguma forma ser útil em trabalhos posteriores.

Palavras-chave: territorialidade – ruralidade - Guaxindiba

ABSTRACT

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **GUAXINDIBA/RJ: from rural and from urban.** Rio de Janeiro, UFRRJ, 2004. 128p. (Magister Scientiae in Development, Agriculture and Society Dissertation).

The following study was done aimed at a place named Guaxindiba, situated in the North of São Gonçalo city, in the Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), during the period of 2002 and 2004. It was used as main material sources of bibliographical items as theoretical basement; reflexives texts from the classes disciplines done during the course; documents, laws and maps collected in São Gonçalo city hall; as well as questionnaires applied for the basic level classes students at Escola Estadual Municipalizada Guaxindiba by November 2004. This work was developed based in a region in which by a brief researcher look seems to be an undefined and ambiguous area insert into the rural/urban discussion. As many others regions, this is just another one with a fortress farming past and a current urban-industrial prospective, at the same time presenting intense ruralities surrounded by strong urban aspects. It was done an analyze of some social-cultural, social-environmental and political-economical issues related to territorial questions that it development in the city starts by the political power that exist in the region and that helps in the categorization of it. There is a concern about the geographical-historical process to help the understanding of the local geo-historical background, specially about the rural development and the urban structure of the region; the territorial organization of the Região Metropolitana do Rio de Janeiro was considered relevant besides the present metropolitan management and the understanding of rural areas inner metropolitan areas; a reflection about the brazilian rural/urban actual discussions and finally, an analyze in the possibility of some ruralities in Guaxindiba which is insert into the industrial process of the region. It was taken into consideration this place as an area existing in almost total anonymity but that can have potentialities to be concerned in the city development management program. There is the belief that this dissertation can someway be useful to future works about Guaxindiba.

Key-words: territoriality – rurality - Guaxindiba

Introdução

As terras em torno do rio Guaxindiba começaram a ser doadas em regime de sesmaria no início do século dezanove.

[...]

O prolongamento da costa levava até a foz do rio Guaxindiba. Suas águas permitiam melhor acesso para o sertão de canoas. Na penetração, a exploração deparava-se com outros cursos d'água e a incursão fazia-se mais facilmente.

A ocupação durou quase todo o século, em ambas as margens do importante rio, incluindo áreas vizinhas, como Itaitindiba e Ipiúba.¹

Esta dissertação apresenta uma pesquisa desenvolvida em uma região denominada Guaxindiba², um sub-bairro localizado ao norte do município de São Gonçalo, área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, costa leste do entorno da baía de Guanabara.

Este lugar é conhecido pelos habitantes do município como o local que é longe de tudo. Trata-se de um lugar de difícil acesso nos dias atuais, mas como pode ser lido no trecho que abre esta introdução, no passado representou um acesso importante para que os europeus penetrassem no continente.

Guaxindiba será apresentado no trabalho representando mais do que um sub-bairro, mas uma região³ que vai além dele próprio, englobando bairros nos seus arredores. Sendo

¹ MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata. *São Gonçalo no século XVII*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997a, (Coleção MEMOR), p. 23.

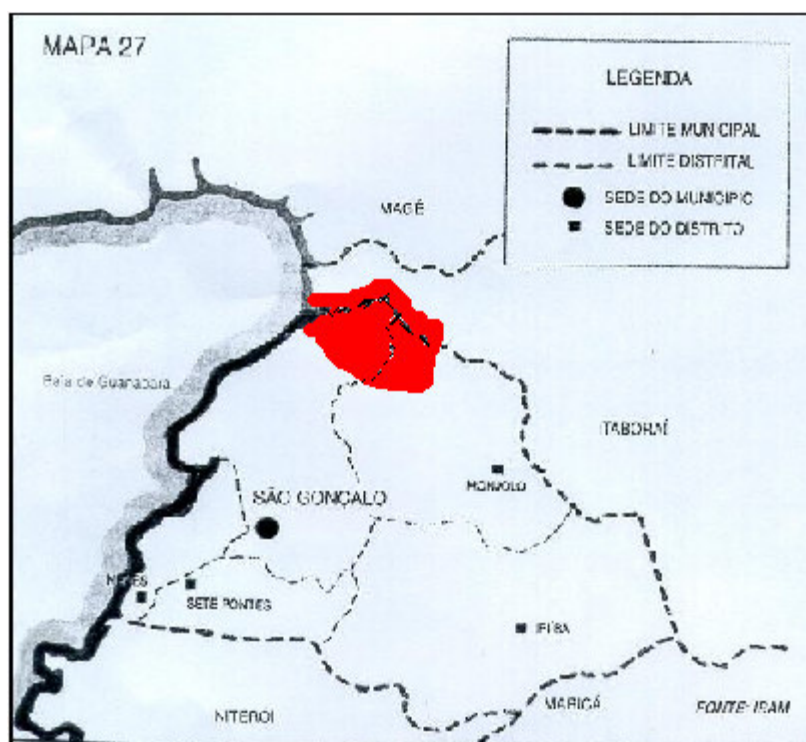
² A origem da palavra Guaxindiba é indígena, do tupi, que significa: planta aquática de beira de rios. Pela Botânica pertence à família das malváceas cujo nome científico é *Kydia brasiliensis*. Esta planta era muito comum e abundante nesta região, hoje em dia encontra-se em extinção ou praticamente extinta. Segundo Molina e Silva, o nome Guaxindiba também pode ser "... formado de *guaxen* (vassoura) – *diba* (sítio ou local com abundância), isto é: sítio das vassouras, planta rasteira." (em: MOLINA e SILVA, Salvador Mata. *São Gonçalo no século XVI*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996, (Coleção MEMOR) p. 39.

³ A região proposta estende-se por parte do bairro de Palmeira, todo o bairro de Bom Retiro, Gebara e parte de Itambi (sendo este último, um bairro localizado no município de Itaboraí). Logo, sempre que estiver mencionado **Guaxindiba**, lê-se **Guaxindiba e arredores** que estará referindo-se a este conjunto de bairros citados. A escolha dos bairros foi decidida pelo fator proximidade e conjunção de aspectos sócio-ambientais (que serão considerados no decorrer do trabalho). Uma importante observação neste momento é que

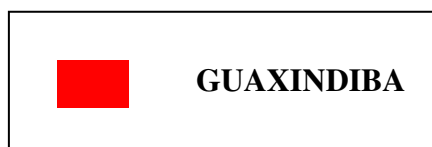
assim, não estarei trabalhando especificamente Guaxindiba, mas "Guaxindiba e arredores" ou "região de Guaxindiba". Foi considerado para a escolha dos bairros que fazem parte dos arredores de Guaxindiba a sua proximidade e certa homogeneidade que apresentam na paisagem (sem grandes diferenciações na paisagem entre eles).

Abaixo, o mapa 1 mostra a delimitação da região de Guaxindiba dentro do município de São Gonçalo. Em seguida, o mapa 2 mostra a localização de São Gonçalo na RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Mapa 1 – Localização de Guaxindiba.



Fonte: Guia Sócio-econômico dos Municípios – 1993.



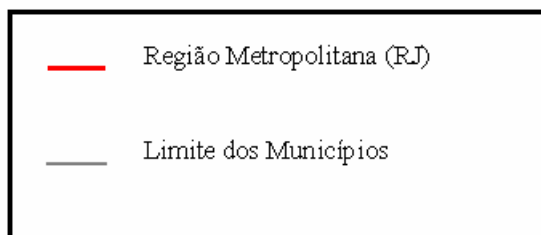
Guaxindiba localiza-se no bairro de Bom Retiro, sendo considerado um sub-bairro pela Prefeitura de São Gonçalo, justificando desta forma a não existência de Guaxindiba nos mapas.

Mapa 2 – RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro).



Fonte: IBGE/Sistema Sidra⁴

⁴ IBGE, Sistema Sidra. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2002



O trabalho desenvolve indícios para uma reflexão sobre a categorização de um espaço brasileiro tentando percebê-lo, a princípio, como rural ou urbano. Para isto, a análise feita percorreu um caminho de estudos sobre algumas características sociais, econômicas e políticas do lugar, assim como as características sócio-ambientais que fazem parte da geo-história local.

Parte-se da idéia de que um lugar pode apresentar-se de forma ambígua dentro da definição de rural e de urbano. Uma ambigüidade que talvez seja inerente à questão rural-urbano em si e não propriamente do lugar proposto para estudo. Esta ambigüidade está ligada a uma ruralidade ou urbanidade, cuja afirmação de uma ou de outra se torna um trabalho árduo e nem sempre possível. Diante deste fato é importante estar atento aos indícios que demonstrem que o local é rural ou urbano, ou que permitam pensar na coexistência de identidades rurais em meio a uma periferia urbana. Sendo assim, se torna bastante complexa uma categorização de um local e os resultados nem sempre precisos para uma afirmação.

A questão de categorização rural/urbana envolve várias áreas de estudo e ao menos dentro da Sociologia Rural, encontra-se em uma complexa discussão.

Para se tentar compreender o que se passa na atualidade em Guaxindiba foi necessário refletir sobre os acontecimentos históricos relevantes em sua formação sócio-espacial. Como, por exemplo, no período colonial a penetração de portugueses pelo rio Guaxindiba e ocupando a região dividindo-a em sesmarias. A construção de engenhos de cana-de-açúcar e fazendas, também pela de produção de citricultura, principalmente de

laranjas. Tais fazendas foram o início de um processo de transformação de Guaxindiba e São Gonçalo em uma área agrícola dita próspera⁵ em algum momento da história. Outro fato histórico importante foi a construção da Fábrica de Cimento Portland, em 1924, de origem inglesa, que depois veio a ser denominada Fábrica de Cimento Mauá. Esta fábrica acelerou algumas mudanças na paisagem natural do local, não somente pelas suas atividades produtivas, mas pelo porto particular construído, pelo canal aberto no curso do rio Guaxindiba, como também um ramal de trem ligando a fábrica à estação de trem de Guaxindiba. Esta estação remete-nos ao chamado Trem da Serra que merece registro neste trabalho já que servia para o transporte de mercadorias produzidas na região. Este trem partia de Niterói, cruzava Guaxindiba, ligando os municípios de Niterói e São Gonçalo à região serrana e propiciava um tipo de acesso a Guaxindiba (diferente do existente até então - as estradas).

A geografia de Guaxindiba favoreceu a penetração portuguesa através de sua planície fluvial e a construção de fazendas em suas áreas planas nas margens dos rios.

O interesse em estudar a região surgiu devido ao que pude observar durante o período de 1999 a 2001 em que trabalhei em uma escola da região. A princípio, a localidade parecia similar a outras dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro, mas devido às características ambientais que formam um ecossistema de área úmida litorânea, com mangues e pântanos, fazendo parte da APA⁶ de Guapimirim (apesar da grande degradação) em meio a um passado agrícola presente como herança na poucas atividades agrícolas e pecuárias que se desenvolvem por ali. O que neste trabalho será tratado como singularidade para Guaxindiba é a conjunção desses aspectos, como também as relações que se estabelecem ali. Na literatura consultada nota-se que apesar da atual marginalidade de Guaxindiba encontra-se uma dose de poesia e tentativa de montar uma história memorável para o local. Esta é mais uma observação, dentre tantas, que me despertou interesse em pesquisar o que aconteceu para que um lugar que inspira frases poéticas, ainda guarda remanescentes de paisagem natural (o manguê), mantém identidades rurais e um

⁵ Em BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. 2. ed. São Gonçalo: Falcão, 1998, p. 24, a autora refere-se à próspera produção de laranjas na década de 50, também MONTEIRO, Hamilton de Mattos, em *Desestruturação e Reestruturação do Município de São Gonçalo*. Niterói: UFF. 1973, 24p., (Ciclo de Estudos Fluminenses), p. 5, atribui a formação urbana de São Gonçalo como uma extensão da prosperidade alcançada no rural. No censo de 1940, comprova-se São Gonçalo como o segundo produtor de laranjas do Estado, só perdendo para Nova Iguaçu.

⁶ Área de Proteção Ambiental

passado agrícola, ao mesmo tempo apresenta degradações ambientais pela industrialização que marcou determinado momento da sua história e um notório abandono pelo poder público. Que relações se desenvolvem neste local?

As inquietações, indagações e questionamentos que desenvolvi sobre o local nasceram desta experiência de freqüentar algumas partes de Guaxindiba e observar algumas de suas características: sócio-ambientais, culturais e da sua posição de marginalidade dentro das políticas públicas de São Gonçalo. Também, surgiu o desejo de tentar entender a dinâmica deste bairro ou sub-bairro (como é intitulado na Prefeitura).

No estudo desta região, os aspectos sócio-ambientais constituem algo de grande relevância, tanto quanto a sua possível ruralidade ou urbanidade. Sendo estas as duas perspectivas de estudo que mais chamam atenção ao se observar a paisagem e estrutura social de Guaxindiba. É mencionado com certa ênfase os aspectos sócio-ambientais por se tratar de uma região com uma bela conjunção de mangue e bacia hidrográfica.

Além disso, algumas características que se desenvolvem nesta região geram um questionamento sobre as possíveis potencialidades de Guaxindiba, tanto humanas como ambientais. Como por exemplo, a situação da população que se encontra excluída socialmente por razões evidentes como a falta de segurança, precariedade na infra-estrutura da região, poucas políticas públicas para o desenvolvimento local, etc., e continuam habitando o local, ou seja, dentre tanta miséria e abandono encontram formas de sobrevivência e socialização.

Outra característica pode ser a perspectiva da implantação de grandes projetos como a extensão do Metrô (Linha 3 do Metrô - Flumitrens) e um Pólo Industrial (Projeto Municipal). Os questionamentos que surgem da observação dessas características é que apesar do abandono da região (evidenciados pela miserabilidade da população e degradação ambiental), grandes projetos são planejados. Por quê? Qual teria sido o critério de escolha para a implantação destes projetos em Guaxindiba? E que tipo de intervenção local esses projetos desenvolverão? Provocarão mudanças estruturais na sociedade? E no ambiente? Outro questionamento é como um local de história agrícola tão relevante dentro da formação do município encontra-se deixado de lado?

O que acredito justificar e tornar relevante esta pesquisa é trazer à tona esses questionamentos para uma melhor compreensão do lugar que apesar de ser colocado em

um plano de inferioridade pela população gonçalense e não fazer parte das prioridades das políticas públicas do município gera os questionamentos acima citados. Como também, proporcionar uma reflexão sobre a questão da categorização de lugares que apesar de estarem em regiões metropolitanas podem ainda carregar em si características rurais e/ou ruralidades por uma questão de identidade referente ao seu passado ou por relações que ainda são mantidas em atividades realizadas no local, no presente.

Esta dissertação está composta por três capítulos.

O primeiro denominado "O processo geográfico histórico" propõe uma descrição tanto geográfica quanto histórica de aspectos e alguns fatos considerados relevantes para o conhecimento do local e da pesquisa em si. Expõem de forma sintetizada a evolução geo-histórica e uma descrição físico-geográfica. A forma breve e sintetizada deste capítulo é em grande parte devido às dificuldades no acesso a informações sobre a região e o município como um todo. Este capítulo divide-se em duas grandes partes. A primeira parte, detém-se ao processo geo-histórico político-social, traz a tona alguns momentos da formação sócio-espacial dos gonçalenses e das contradições históricas que envolvem a criação do município e a localidade estudada em questão. A segunda parte, descreve alguns aspectos sócio-ambientais constitutivos do espaço geográfico gonçalense.

No segundo capítulo intitulado "As relações espaciais de valor, poder e territorialidade" encontra-se uma discussão sobre as relações espaciais que se desenvolvem em São Gonçalo. São abordadas conceitualmente questões de valor, poder e territorialidade no espaço geográfico e como estes se relacionam e se apresentam na sociedade gonçalense. Este capítulo encontra-se dividido em quatro partes abordando: o espaço e a sua complexidade; a incógnita espacial de Guaxindiba não constar em mapas; o poder gonçalense e sua feição paternalista e a territorialidade gonçalense dentro de uma região metropolitana.

Em "Rural, urbano ou o quê?", que representa o terceiro e último capítulo encontram-se três partes relacionadas, respectivamente, um pouco do conceitual de rural e urbano; a percepção de rural inserido nas áreas metropolitanas e a possível ambigüidade de Guaxindiba.

Segue finalizando o trabalho algumas considerações finais.

Capítulo 1. O processo geográfico-histórico.

1.1. As contradições no processo histórico do município

1.1.1. Dos primórdios dos Tamoios à ruptura com a chegada dos europeus

Quando se dá início a uma pesquisa sobre a história da formação do município de São Gonçalo, nota-se que são poucos os autores que já se dedicaram a contá-la.

Da mesma forma que ao se vasculhar a história fluminense são poucos os estudos mais aprofundados sobre algumas de suas regiões, principalmente do leste da baía de Guanabara. Os poucos que se interessam se deparam com muitas informações difusas, controversas e dificuldades no seu acesso. Sendo freqüente a consulta de fontes primárias para uma informação mais precisa. Mesmo com fontes primárias é comum acontecer de se obter informações conflituosas, quando fontes diferentes são consultadas e analisadas sobre um mesmo assunto.

Ao iniciar um relato sobre a história de um lugar e/ou grupo social na América, inegavelmente tem-se uma tendência a sempre começar a reflexão da localidade, país e até mesmo do continente a partir do grande marco que foi a posse forçada dessas terras pelos europeus: tanto o chamado descobrimento da América como o denominado descobrimento do Brasil.

Tem-se a sensação de que a história começa, unicamente, neste momento tanto que os fatos anteriores a 1500 são denominados de a pré-história brasileira.

O problema maior não é da denominação de pré-história, mas o que isto carrega em si dando a sensação de que os fatos anteriores à sua história são de menor importância, mesmo sendo estes os que mantiveram vivas as populações autóctones que habitavam este continente desde muitos anos atrás.

Portanto, neste trabalho trata-se a história de São Gonçalo a partir da sua pré-história por assim dizer. Ou seja, a partir do que já existia antes de existir São Gonçalo e que em muitos momentos é cortado, como se não importasse ou tivesse sido invisível ou nunca existido.

Talvez, não seja muito difícil imaginar como deveria ser a paisagem desta região antes da grande transformação pela qual passou impulsionada pelos europeus que aqui chegaram. Muitos relatos de viajantes⁷ descrevem as margens da baía de Guanabara como possuidora de vegetação exuberante de mangues em suas várias gamboas e enseadas, muitos charcos, rios caudalosos e colinas cobertas por densa mata tropical úmida litorânea abrigando diversas espécies animais e vegetais.

Todo e qualquer tipo de ocupação humana provoca alguma forma de mudança na paisagem. Mas, nem se comparam as alterações ocorridas durante a ocupação do continente pelas tribos autóctones e as alterações ocorridas após a chegada dos europeus. Mesmo que os nativos da América modificassem o meio em prol de sua sobrevivência. Essas mudanças ocorriam lentamente e foi assim durante milhares de anos até que os europeus mudaram rapidamente quase toda a paisagem de uma forma brusca e veloz, principalmente, a do litoral de toda a América.

O episódio abaixo pode representar um bom exemplo da paisagem encontrada pelo europeu e da sua transformação a partir da presença deste:

"O Guajindibo é um riacho que serpeia, um gracioso leito de areia, entre densas matarias. Os campos prometiam bom pasto aos nossos animais e os bosques estavam cheios de pássaros, o que nos levou a escolher êsse ponto. Pelo amanhecer, quando nos dispersamos para caçar, corri à margem do rio, bordado por vicejantes e admiráveis mimosas. Esta planta é muito comum nas matas do Brasil, como em quase tôdas as regiões tropicais. Dentro em breve descobri passáros dos mais lindos: entre êles o tié, (tanagra brasília, Linn), de cor vermelha brilhante; o cuco bruno avermelhado de longa cauda (Cuculos caianus Linn) e outras formosas espécies. Matei em pouco tempo grande número."⁸

⁷ Para o europeu tudo que via pela primeira vez nestas terras, representava algo exótico e desconhecido. Sua forma etnocêntrica de descrever o desconhecido impregna grande parte dos escritos em seus relatos, sempre exaltando o europeu e menosprezando o outro, mas nota-se também a forma de descrever a paisagem relatando a vegetação como algo marcante. Como por exemplo, o que diz Jean Baptiste DEBRET em sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Circulo do Livro: São Paulo, v. 1, (s.d.), p. 14. "Quantos obstáculos tem que vencer o europeu corajoso que deseja ver de perto e nos seus hábitos o brasileiro selvagem, sempre acampado à beira de riachos, de lagos, ou rios que cortam florestas profundas! [...] Para chegar ao índio selvagem, através desse dédalo de vegetação, somente o índio civilizado pode servir de guia; conduzido unicamente pelo instinto, ele se orienta no meio dessas gigantescas e lúgubres florestas, cujas abóbadas espessas são impenetráveis aos raios do sol."

⁸ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. (tradução de Sussekind de Mendonça). Apud: PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística*. 1940. p. 69.

Nesta paisagem descrita pelas viajantes como paradisíacas habitavam diversas tribos da grande nação Tupinambá.

Sobre os Tupinambás, conta-se que habitavam todo o litoral brasileiro de norte a sul e que recebiam nomes diferentes de acordo com a localização ou região que se encontravam neste imenso litoral. Também, recebiam nomes batizados por grupos inimigos.

Onde hoje conhecemos por São Gonçalo habitava uma nação conhecida como Tamoios.

Molina e Silva mencionam que:

"Nas terras que mais tarde receberam o nome de São Gonçalo, habitavam os indígenas conhecidos como tamoios. Formavam uma grande nação, cujos domínios estendiam-se desde Cabo Frio, na vizinhança com a nação goitacá, até Angra dos Reis, onde começavam as terras dos guaianás, em direção ao Sul."⁹

Com a invasão do europeu, vários grupos indígenas se mostravam seus inimigos ou partidários. Nos confrontos entre os portugueses e franceses nas margens da baía de Guanabara, os Tamoios se uniram aos franceses e os Tupiminós (região da atual cidade de Niterói) se uniram aos portugueses.

Os Tamoios se dividiam em aldeias e recebiam este nome por nações inimigas como os Margaiás, os Maracás ou ainda os Temiminós, os Guaianás do Sul e os Pero-angaiapós – portugueses vestidos com couro, os bandeirantes –, pois eles próprios se autodenominavam Tupinambás.

Estes índios, os Tamoios, levavam uma vida comunitária na qual consideravam que os seus integrantes faziam parte de uma família. A aldeia era considerada:

"... uma enorme chorça de habitação coletiva onde conviviam todos os casais, seus filhos e demais aparentados. Não há notícia de existirem entre os índios pequenas tabas. Entre os tupinambás era pouco definida a noção de propriedade individual, de casais ou de família. [...] Os tupinambás não possuíam construções duradouras de pedras ou qualquer material resistente. As aldeias assumiam denominações dos próprios locais onde se assentavam."¹⁰

Eram guerreiros e antropófagos. Ainda sobre os Tamoios, diz-se que:

⁹ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 29.

¹⁰ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 33.

"... tinham como principais armas o tacape e o oropá. Usavam um escudo de couro de pele do tapiriçu. Aprenderam com os franceses a manejar o arcabus, arma de fogo. Guerreiros, tinham o hábito de esfregar sangue dos inimigos pelos corpos dos seus filhos para torná-los mais valentes. Acreditavam que um espírito chamado Anhangá visitava as sepulturas para comer defuntos e, com o fim de evitar isso, ali deixavam alguidares cheios de frutas, aves, peixes e outros alimentos para aplacar a fome de respeitada entidade. Fabricavam farinha de mandioca, comiam aipim assado e avati. Usavam um chocalho chamado maracá. Fumavam certa espécie de charuto feito com folhas de petim. Serviam-se das folhas do cajuá para fazer sopa. Comiam a abóbora chamada moranga que era redonda e doce."¹¹

Do trecho descrito acima, a reflexão feita é que uma cultura se perde no passar do tempo. Se a cultura de um determinado grupo social não for registrada – no caso das culturais orais, sem escrita, ou quando o grupo é esmagado pela imposição cultural de outro grupo social. O relato retrata parte da crença, de hábitos, de táticas de guerrilhas e da alimentação de uma nação indígena que deixou de existir e com o seu desaparecimento se perdeu boa parte de sua história, por ter sido passada somente na oralidade de gerações a gerações. A partir de alguns trabalhos historiográficos é que um pouco dessa história é possível ser resgatada e conhecida.

Para Molina e Silva:

"Como é sabido, do clima hostil entre o conquistador português e os índios tamoios, ou melhor, tupinambás, resultou a expulsão e matança dos originais habitantes das cercanias da Guanabara. Com isso, o dominador desprezou todo o patrimônio cultural dos nossos selvagens, do que muito pouco se documentou. Excetuam-se os topônimos de língua tupi com os quais identificavam-se rios, acidentes, arrabaldes e algumas aldeias."¹²

Com a chegada do europeu no Brasil, em 1500, como é fato sabido e conhecido, além da paisagem, muito da vida dos habitantes daqui se modificou. O que acarretou, inclusive, o fim dos Tamoios.

Durante o período de 1501 a 1530, o Brasil recebeu várias expedições exploratórias e em 1530 a primeira expedição colonizadora. Mesmo antes da ocupação do território, um fato muito comum era que nas terras denominadas de posse portuguesa ocorrem muitas expedições predatórias, principalmente comandadas pelos franceses.¹³ Fato que em

¹¹ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 31.

¹² MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 36.

¹³ BRAGA, op. cit., pp. 17-18.

momentos posteriores, vai trazer a tona à necessidade de relações de aliança entre o europeu e tribos guerreiras, em defesa do território.

Durante todo o período exploratório, o europeu se encarregou de tirar o maior proveito possível da terra recém ocupada. Esta exploração é dita por muitos como amigável¹⁴. Foi marcada pela troca de mercadorias entre europeus e nativos, aproximações físicas, conhecimentos mútuos, inclusive alguns tipos de alianças travadas entre os europeus e os índios também ocorreram, além da exploração de recursos naturais – dentre eles o mais comum foi o pau-brasil, no início deste processo.

Em 1501 ocorreu a primeira grande expedição ao Brasil liderada pelo Comandante Gaspar de Lemos e tendo como principal navegador Américo Vespúcio. Chegam à baía de Guanabara em 1º de janeiro de 1501.

A partir daí toda a conhecida passagem histórica de nomeação da cidade do Rio de Janeiro: uns dizem que os portugueses teriam confundido a baía com o delta de um rio e por terem chegado ao mês de janeiro chamariam o local de Rio de Janeiro; outros afirmam que eles a teriam reconhecido como baía, porém a chamaram de ria que é a forma que os portugueses denominam uma baía, na transcrição deste fato acabaram entendendo rio e não ria. Enfim, por aí vai a controvérsia histórica. Já o nome Guanabara é de origem tupi e significa seio do mar.

Em 1503, ocorreu a segunda expedição exploratória sob o comando de Gonçalo Coelho.

Durante o período das expedições foi intensa a procura e exploração da ibirapitanga, como era chamada pelos índios a árvore de madeira dura e avermelhada, ou pau brasil para os portugueses. Molina e Silva escreveram que algum tipo de exploração desta madeira ocorria na região de São Gonçalo. Estes autores chamam atenção para o mapa da baía de Guanabara de 1586, elaborado por Luiz Teixeira que mostra na costa leste da baía a inscrição "Aquiha pao vermelho" que significa "Aqui há pau vermelho" em local bem

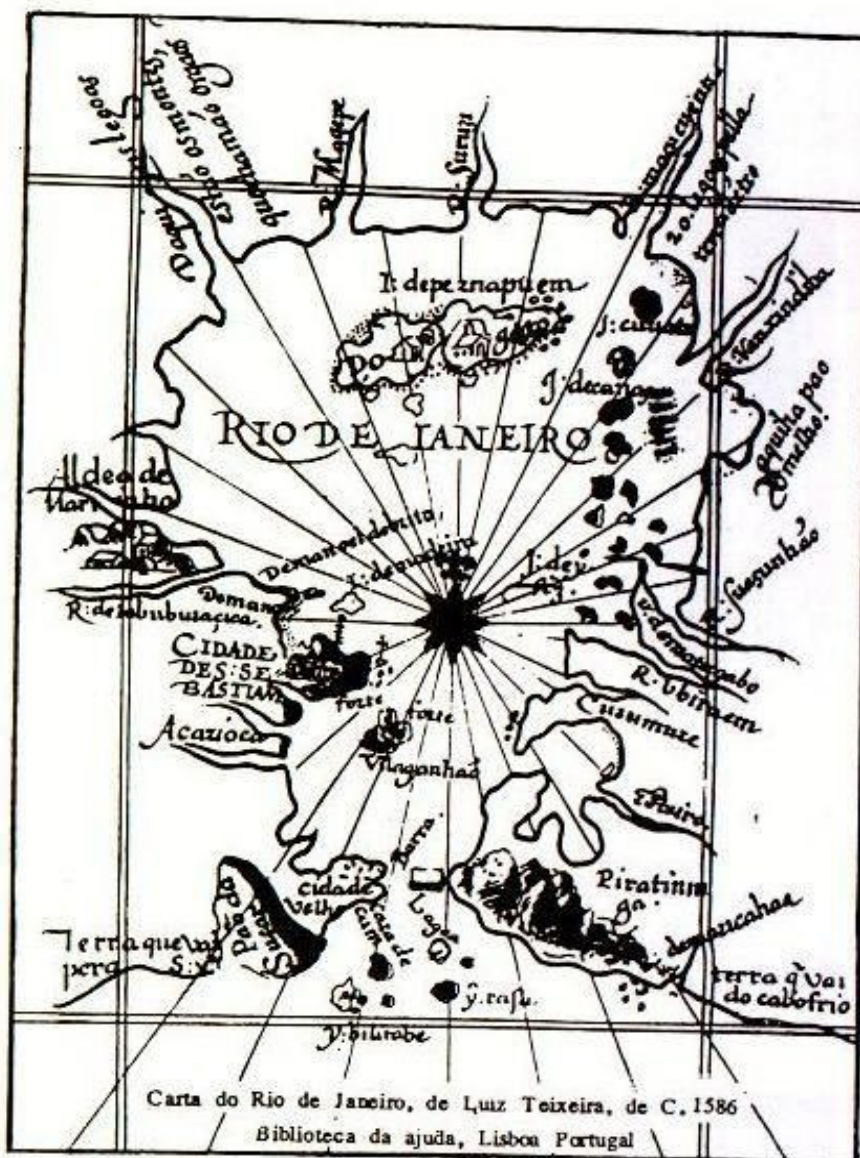
¹⁴ Contudo, de amigável pouco teve, já que a história conta com a realidade do extermínio em larga escala dos povos nativos do continente americano. Alguns encontros amigáveis até foram possíveis, mas os índios eram guerreiros e muitos conflitos existiram. Um bom exemplo da relação entre índios e europeu é o filme Hans Staden, 1999, direção de Luiz Alberto Pereira, que retrata um pouco do convívio entre esses povos de culturas tão diferentes.

próximo às margens do sul do rio Guaxindiba, que na ocasião, recebe o nome de "Vanxindiba".¹⁵

Na página a seguir, este mapa pode ser observado com as inscrições descritas no parágrafo anterior.

¹⁵ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 22.

Mapa 3 - Baía de Guanabara, de Luiz Teixeira, 1586.



Fonte: Molina e Silva, op. cit., 1996, p. 23.

O período seguinte foi marcado por uma relação menos amigável entre o europeu e o índio. Com os objetivos de consolidação da conquista, ocupação e dominação, os portugueses iniciaram um grande extermínio dos índios que se opunham a sua colonização e catequização.

Em 3 de abril de 1531, pelas águas da baía de Guanabara, chegou uma expedição liderada por Martim Afonso de Souza com o intuito de iniciar a colonização. A partir deste momento, já se começa a delinear certa relação do que virá a acontecer na economia da futura localidade de São Gonçalo, pois Martim Afonso trouxe consigo "... várias mudas de plantas, inclusive de laranjeiras. Daí a multiplicação da cultura selvagem daquela fruta cítrica ao longo da baía."¹⁶ Segundo Molina e Silva:

"A laranja viçou tanto na região, que depois recebeu o nome de São Gonçalo, que os Tupinambás denominaram uma de suas aldeias de Morgoniaçu ("*morgonia*" significa limão e "*açu*", grande, ou seja, laranja). Por esta razão, podemos concluir que São Gonçalo foi à localidade da baía de Guanabara, onde mais cedo prosperou na produção de laranjas."¹⁷

¹⁶ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 21.

¹⁷ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, pp. 21-22.

Mapa 4 – Aldeia Morgoniaçu.

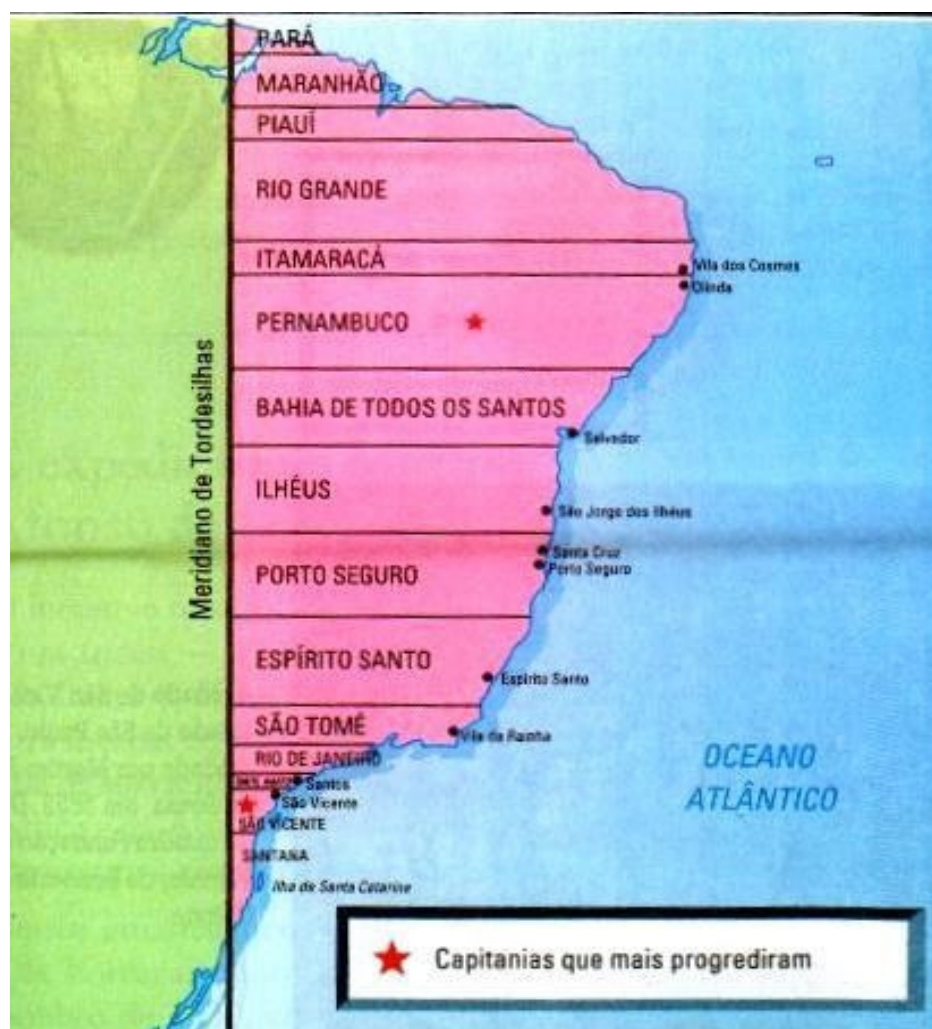


Fonte: Molina e Silva, op. cit., 1996, p. 43.

Com a divisão do território pertencente a Portugal em Capitanias Hereditárias, a região que veio a se chamar São Gonçalo ficou pertencendo à capitania de São Vicente e depois Capitania do Rio de Janeiro. A sua ocupação se deu pelos jesuítas no final do século XVI e início do século XVII.

Os jesuítas na localidade de São Gonçalo (Capitania de São Vicente) tinham a missão de catequizar os índios Tamoios e realizaram uma importante missão em 1551 – com o Padre Manoel da Nóbrega à frente desta missão.¹⁸

Mapa 5 – Capitanias Hereditárias.



Fonte: Arruda, J. J. de Andrade. História Integrada: da Pré-História ao fim do Império Romano. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996, v. 1., p.144.

¹⁸ BRAGA, op. cit., p. 24.

Com o extermínio dos índios, os portugueses passaram a ter o total controle do território e conseqüentemente foi feita uma distribuição das terras em pequenas porções chamadas de sesmarias¹⁹.

O território que nos dias atuais é o município de São Gonçalo teve um passado conturbado por muitas controvérsias sobre a história da formação de sua cidade e do local exato de onde esta formação teve seu início.

Também de confuso entendimento a posse e sucessão de proprietários de sesmarias, por exemplo, em 6 de janeiro de 1565, Pedro Ferraz Barreto, Capitão Ouvidor da Capitania de São Vicente, assinou uma carta de concessão de sesmarias à Antônio Rodrigues de Almeida da região conhecida como aldeia de Itaoca que mais tarde solicitou terras próximas para Pedro Martins Namorado e José Adorno (parceiros nas construções de fazendas). Destas sesmarias, que se localizavam na região onde hoje se situa Guaxindiba e em seu entorno, várias sucessivas subdivisões e doações foram feitas. (Veja anexo1 – tabela das sesmarias e anexos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 - mapas das sesmarias.)

Também, as titulações que as localidades recebiam e sua organização eram conturbadas, morosas e grande volume de documentos circulavam. Não era fácil a criação de freguesias que "[d]ependiam de *demárches* de ordem político-administrativa, de prestígio e, principalmente, do progresso atingido pela região."²⁰

O atual município passou por várias titulações desde sesmaria, freguesia, vila, município, até se tornar cidade²¹, o que pode ser observado na tabela abaixo. Sendo assim, São Gonçalo, que já foi até distrito de Niterói possui, oficialmente a sua legislação de criação em 17 de dezembro de 1892, pela Lei Estadual 34.

Na tabela a seguir, encontra-se parte desse trajeto histórico de São Gonçalo de sesmaria, freguesia, vila, município e cidade.

¹⁹ Segundo MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 48. "O termo sesmaria é derivado da palavra sesma ou sesmo que, entre outros significados, quer dizer a sexta parte de alguma coisa. [...] A sesmaria era um lote de terra abandonada, ainda por cultivar, concedida pelo rei ou seu representante a quem requeresse, com o fim de cultivá-la. No Brasil, as sesmarias eram concedidas a personalidades nos primeiros tempos do processo de colonização. O sesmeiro não podia vender, ou doar dentro de um período de três anos de posse. Perdia ainda o direito àquela propriedade se não exercesse nela a agricultura e não promovesse a formação de um núcleo colonizador. Obrigava-se ainda a promover melhorias para melhor aproveitamento das terras."

²⁰ PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística, Geografia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940. p. 16.

²¹ Inclusive, entre este período de município à cidade, São Gonçalo voltou a ser vila por um curto período de tempo.

Tabela 1 – Trajeto histórico de São Gonçalo de sesmaria a cidade.

1579 - 06 de abril	Sesmaria
1645- 22 de janeiro	Freguesia (criação)
1647 - 10 de fevereiro	Freguesia (confirmação)
1819	Suspensão da condição de freguesia tornando-se distrito de Niterói
1890 - 22 de setembro	Elevação a Vila
1890 - 12 de outubro	Elevação a Município
1892 - 08 de maio	Supressão do Município
1892 - 17 de setembro	Restauração do Município
1922 - 20 de novembro	Elevação da Cidade
1923	Suspensão da condição de Cidade retornando a condição de Vila
1929 - 27 de novembro	Restauração da condição da Cidade

Fonte: Braga, op. cit., p. 55

Esta tabela pode ser vista como pista para denunciar as constantes controvérsias que afetam a organização política e territorial de São Gonçalo. Pode-se arriscar dizer que desde cedo a sua organização política se fez de forma confusa ou sustentando interesses de grupos sociais.

Guaxindiba está inserida de forma bastante perceptível no primeiro estágio da formação da delimitação político-administrativa de São Gonçalo por ter possuído em suas terras divisões das primeiras sesmarias. Gonçalo Gonçalves sendo o proprietário da sesmaria da margem do rio Guaxindiba.

Para alguns historiadores, especialmente Molina, Silva e Palmier, Guaxindiba teria sido o lugar exato do começo da penetração e ocupação do município de São Gonçalo pelos portugueses a partir da entrada pelo rio Guaxindiba, onde nas margens deste rio teria sido construída a primeira capela de São Gonçalo.²² Porém, como não existem vestígios ou nem ao menos ruínas desta capela, esta versão é sustentada por poucos.

²² MOLINA e SILVA, op. cit., 1996.

Muitas notas sobre esta considerada "lendária" capela, são encontradas em muitas descrições históricas.

Algumas delas são destacadas a seguir:

"Certo Gonçalo Gonçalves, tendo alcançado uma sesmaria na margem esquerda do rio Guaxindiba mandou edificar uma igreja que dedicou a São Gonçalo a qual foi criada paróquia por alvará de 10 de Fevereiro de 1646."²³

"A capela, construída por Gonçalo Gonçalves, à margem do rio Guaxindiba, não foi o marco inicial de uma civilização, antes foi consequência lógica do esforço conjugado dos que, já nessa época, ocupavam essas regiões famosas."²⁴

"Passando pela aldeia de S. Gonçalves (S. Gonzalves – do original), que possui uma igreja, chegamos ao entardecer ao rio Guajindibo, onde paramos perto de uma estalagem solitária, ou "venda", como é chamada no Brasil."²⁵

"Das margens do Guaxindiba a sede da paróquia foi transferida para as margens do Imboassú, alguns quilômetros de recuo, com a mesma invocação de São Gonçalo."²⁶

"A capela de Gonçalo Gonçalves, à margem do Guaxindiba, de que nos fala Pizarro e da qual não há qualquer outra lembrança, devia ser a pedra angular da freguesia nascente."²⁷

"Luiz Teixeira identifica em 1578 como Vanxindiba. Na sua margem esquerda foi construída [...] uma capela posteriormente [...] uma outra edificada nas proximidades do rio Suasunhã."²⁸

Em outra pesquisa consta que a primeira sesmaria teria sido doada a Antônio Rodrigues de Almeida, em 06 de janeiro de 1565, em Itaoca²⁹. Mas, em contrapartida, o desenvolvimento da cidade teria ocorrido na sesmaria doada ao fidalgo Gonçalo

²³ PIZARRO de Araujo, José de Souza Azevedo (*Monsenhor Pizarro*). Memória Histórica do Rio de Janeiro. 1820. Apud: PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística, Geografia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940. p. 17.

²⁴ PALMIER, op. cit., p. 15-16.

²⁵ WIED-NEUWIED, op.cit., p. 69.

²⁶ PALMIER, op. cit., p.19.

²⁷ PALMIER, op. cit., p. 18.

²⁸ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 39.

²⁹ BRAGA, op. cit., p. 45

Gonçalves³⁰, conhecido como *o velho*, em 06 de abril de 1579³¹, quem mandou construir a primeira capela de São Gonçalo dedicada a São Gonçalo D'Amarante – já Gonçalo Gonçalves era originário de Amarante, cidade do Minho em Portugal – na margem direita do rio Imboassu que após a sua morte foi remodelada e hoje está localizada, então, na sede do Município, o distrito de São Gonçalo.

São Gonçalo era parte do chamado recôncavo da Guanabara e fazia parte da freguesia da Candelária. Da criação da freguesia e vigairarias em São Gonçalo, conta-se o seguinte:

"Antes do ano de 1644 a Capitania do Rio de Janeiro dispunha de duas freguesias: a de São Sebastião, ou da Sé, e da Candelária. A Sé atendia os moradores do centro da cidade, enquanto que a Candelária teria que dar assistência às demais áreas e a todas as regiões do "recôncavo" da baía de Guanabara. A assistência religiosa incluía registros de nascimentos, casamento e óbitos. Naquele tempo a população somava cerca de 10 mil pessoas. Era prelado o padre Antônio de Mariz Loureiro, neto do sesmeiro de 1568, Antônio de Mariz. Aquela autoridade eclesiástica criou mais quatro Freguesias, ou seja, Paróquias, nas localidades de Campo de Irajá, Cassarabus, Trairapenga e Guaxindiba. Cassarabus (Cassarebu) recebeu a Paróquia ou Freguesia de Santo Antônio de Sá, a de Trairapenga teve como padroeiro São João de Meriti e a de Guaxindiba tornou-se Paróquia de São Gonçalo. Em 30 de dezembro de 1644 erigiu as ditas vigairarias, data da Provisão em que o prelado nomeia a padre João de Basto para vigário de São Gonçalo, da localidade de Guaxindiba. [...] A 10 de fevereiro de 1647 o Rei assina o Alvará da criação da "Vigairaria da Invocação (a) São Gonçalo sito nos limites e lugar de Guaxindiba". Menciona os nomes dos 17 moradores proprietários de engenhos."³²

Além deste momento histórico de São Gonçalo que está amplamente documentado, parte da história gonçalense é apresentada em alguns livros de forma nostálgica e com referências às suas construções tratando-as como monumentos pitorescos (capelas, engenhos e fazendas e até um palacete – o Palacete Mimi). O que hoje são vistos por alguns historiadores como pontos pitorescos, fizeram parte da produção e da vida econômica de São Gonçalo. Porém, são desconhecidos por muitos gonçalenses.³³

³⁰ Gonçalo Gonçalves foi um importante sesmeiro em São Gonçalo, porém o seu nome contribui para outra passagem controvertida na História do município e sua formação, já que existiram duas pessoas com este mesmo nome. Por isso existem os codinomes Gonçalo Gonçalves "o velho" e Gonçalo Gonçalves "o moço". No ano de 1579 quando Gonçalves Gonçalo "o velho" recebeu sua esta sesmaria, Gonçalo Gonçalves "o moço" teria apenas 9 anos de idade. Sendo o primeiro o grande sesmeiro e proprietário de terras da região e não o segundo.

³¹ BRAGA, op. cit., p. 41 e MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 61.

³² MOLINA e SILVA, op. cit., 1997a, pp. 35-36.

³³ Algumas tentativas relevantes de resgate destes dados do passado são demonstradas por VARELLA, M. V. M. e MENDES FILHA, N. F. *São Gonçalo: Sua História e Seus Monumentos*. 2. ed. São Gonçalo: Gráfica Cezar Mattos, (s/d), que descreveram os monumentos de São Gonçalo, ou como o curso História de São

A região de Guaxindiba teve uma certa importância para os colonizadores, mesmo que não tenha sido o local exato da primeira capela, mas pelo seu acesso fluvial deu possibilidade de passagem européia para o interior do Estado. Através deste acesso, os colonizadores chegaram a São Gonçalo e Itaboraí, navegando da foz do rio Guaxindiba até encontrar o afluente Macuco, donde navegaram até chegar à localidade denominada Porto das Caixas.

O nome deste rio é descrito em muitos trabalhos. É encontrado "... em quase todos os mapas quinhentistas e seiscentistas da baía de Guanabara. [...] Foi o local de maior concentração de engenhos de sesmeiros [...] Mais de 20 sesmeiros passaram pela região até julho de 1700."³⁴

1.1.2. De agrícola à industrial, de rural a urbano: uma história de sucessos e fracassos.

"Em pouco mais de uma geração a partir dos meados deste século, o Brasil, um país predominantemente agrário, transformou-se em um país virtualmente urbanizado. Em 1950, tinha uma população de 33 milhões de camponeses – em crescimento –, com 19 milhões de habitantes nas cidades, ao passo que hoje tem a mesma população no 'campo' – agora diminuindo – e a população urbana sextuplicou para mais de 120 milhões."³⁵

A transformação do rural brasileiro em urbano, do agrícola em industrial e as ditas transformações do rural se deram em grande parte em meados do século XX.

As mudanças na paisagem e nas relações sócio-político-econômicas de São Gonçalo não foram fatos isolados na história do país. Ocorreram como parte integrante de um processo nacional: o processo de urbanização brasileiro.

A urbanização do país se deu de forma rápida apesar de se apresentar de maneira tardia comparada com os países pioneiros na industrialização e urbanização e

Gonçalo do MEMOR – Núcleo de Memória da História de São Gonçalo, ou como os autores Molina e Silva já citados neste trabalho, entre outros.

³⁴ MOLINA e SILVA, op. cit., 1996, p. 39.

³⁵ DEÁK, Csaba. "O processo de urbanização do Brasil: falas e façanhas." In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O Processo de Urbanização do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 10.

consideravelmente desigual com relação à totalidade territorial do Brasil. Mas, nos locais em que o processo de urbanização ocorreu, nota-se um grande salto de um tipo de organização e economia baseado no agrícola para o industrial, assim como a reestruturação das cidades (infra-estrutura – mesmo que ainda precária em muitos lugares).

De certo que toda a discussão de rural e urbano (que será mais desenvolvida no capítulo 3) é bastante questionada em diversos aspectos. É importante ressaltar que o crescimento ou não de uma população rural e urbana vai depender da definição de rural e de urbano utilizada, como também os critérios de quantificação de dados. O próprio IBGE que somente começa a editar o censo agrícola a partir de 1920, vai delimitar o rural e o urbano de maneiras diferentes em seus vários censos.

O que é inquestionável na história brasileira é o fato de seus momentos iniciais de formação social estarem relacionados ao agrícola e ao rural, a uma raiz rural de formação sócio-cultural do espaço brasileiro.

O agrícola brasileiro é existente desde o período colonial brasileiro e dura até os dias atuais. Porém, o peso do agrícola na história, na economia e na formação sócio-política do país vai se modificar no tempo, passando de atividade principal do período colonial a uma situação de igualdade com outras atividades econômicas nos dias de hoje.

São Gonçalo foi palco das primeiras manifestações agrícolas deste país (como foi mencionado no item 1.1.1., deste capítulo).

A região gonçalense foi a primeira localidade a receber mudas de laranja e acabou desenvolvendo bastante a produção agrícola de fruticultura, principalmente citricultura e chegou a ser em 1955 "o segundo produtor do Estado do Rio de Janeiro"³⁶.

Segundo Molina e Silva, no século XVII, a freguesia contava com 13 estabelecimentos agrários entre engenhos e fazendas e com 8 capelas, no século seguinte, este número triplica, passando para 38, 22 e 18 na matriz.³⁷

No Censo de 1940 do IBGE, São Gonçalo apresenta uma alta produção de laranjas no Estado do Rio de Janeiro que, em quantidade, somente é superado pela produção do município de Nova Iguaçu (São Gonçalo com uma produção de 2.983.694 (cento de

³⁶ BRAGA, op. cit., p. 54.

³⁷ MOLINA e SILVA, op. cit., 1997, pp. 35-71.

laranjas) e Nova Iguaçu com uma produção de 4.217.084). (Veja Anexo 8, Tabela 2 – Censo IBGE/1940).

Palmier, por volta dos anos de 1940, considerava as zonas rurais de São Gonçalo bastante prosperas e comparava este fato com o período colonial de engenhos que para ele, ao "[p]ercorrer, ainda hoje, regiões prósperas da zona rural e suburbana, da cidade de São Gonçalo ou dos distritos, é constatar o predomínio dos engenhos em vários sítios."³⁸

Mas, como herança do seu desenvolvimento histórico-econômico agrícola, encontram-se em alguns pontos da paisagem local, pouquíssimas fazendas, relíquias históricas importantes para a compreensão da história de ocupação de São Gonçalo e do próprio estado do Rio de Janeiro.

Segundo Palmier:

"Não foi somente a cana-de-açúcar que bem se aclimou em terras de São Gonçalo. Os cereais foram cultivados. O café introduzido em 1780, deu origem ao apogeu agrícola do Brasil. [...] Os engenhos e bangüês foram os marcos gloriosos dessa epopéia, primeira arrancada nos domínios da economia. [...] O fabrico do açúcar e da aguardente era fator preponderante na era colonial."³⁹

Um destaque há de ser dado à produção agrícola de fruticultura, mas outro fator econômico importante de se destacar na história do desenvolvimento econômico de São Gonçalo é a arrancada industrial que o município teve. Obviamente, em seu início os engenho e/ou fazendas tiveram um papel importante:

"Em 1860, São Gonçalo já possuía mais de 30 engenhos fabricando açúcar e aguardente e 10 fornos para o fabrico de telhas e tijolos. O embarque desses produtos era feito nos pequenos portos: da Ponte (depois Gradim), Boassu, Porto Novo, Porto Velho, Ponta de São Gonçalo, Guaxindiba e da Vala (depois Neves)."⁴⁰

Todos esses fatores encontram-se intimamente interligados: as fazendas, os portos, a ferrovia, a evolução industrial. E, todos esses fatores são pouco explorados pelo município não somente no sentido de preservar a sua história como retomar de alguma forma o que

³⁸ PALMIER, op. cit., p. 24.

³⁹ PALMIER, Idem.

⁴⁰ BRAGA, op. cit., p. 49

lhe deu origem, o que lhe fez existir e quem sabe poderia vir a ser elementos importantes para o desenvolvimento da cidade.

No passado, os engenhos de açúcar tiveram o seu papel fundamental, assim como as fazendas de café e a participação com destaque para a citricultura (principalmente laranjas). Nos dias atuais, algumas fazendas ainda se destacam com uma produção específica e a indústria de São Gonçalo, apesar de debilitada, ainda é um setor importante para a sua economia⁴¹. Há de se destacar as lavouras de milho e de mandioca, as produções de fruticultura, horticultura e floricultura com uma inexpressiva produção. Além disso, as fazendas de gado também ali se desenvolveram.

Das informações que atualmente encontram-se sobre a agricultura e pecuária de São Gonçalo, segundo dados do IBGE, a criação de animais apresenta-se com cerca de 11.846 cabeças de gado, com uma produção de leite de vaca na ordem de 1861 litros (1304 vacas ordenhadas) e de 12.098 cabeças de codornas, o restante é pouco expressivo, mesmo assim apresenta-se existente a criação de galinhas, galos, frangos, pintos, porcos, coelhos, eqüinos, asininos, muares e caprinos.

Com relação às informações de dados sobre a lavoura permanente e a lavoura temporária no município, tem-se o seguinte:

Tabela 4 - Lavoura Temporária em São Gonçalo – IBGE/2000.

São Gonçalo - RJ					
Lavoura Temporária					
Produto	Área destinada à colheita (ha)	Área plantada (ha)	Quantidade Produzida (tonelada)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$)
Cana-de-açúcar	36	36	14	55.000	43.000
Feijão	2	2	1	5.000	1.000
Mandioca	46	46	92	95.000	98.000
Milho	12	12	14	66.000	2.000
Fonte: IBGE 2000. (IBGE, Produção Agrícola Municipal 1999; Malha municipal digital do Brasil 1997: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999).					

Tabela 5 - Lavoura Permanente em São Gonçalo – IBGE/2000.

⁴¹ Como exemplos podem ser citados a fazenda Santa Edwirges e a fábrica Quaker.

São Gonçalo - RJ					
Lavoura Permanente					
Produto	Área destinada à colheita (ha)	Área plantada (ha)	Quantidade Produzida (fruto)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$)
Banana	42	42	43*	1.023	67.000
Caqui	15	15	1.500	100.000	225.000
Coco-da-bahia	18	18	180	10.000	90.000
Laranja	140	140	6.340	45.285	216.000
Limão	10	10	400	40.000	14.000
Manga	15	15	500	33.333	45.000
Maracujá	2	2	200	100.000	24.000
Tangerina	2	2	100	50.000	3.000
Fonte: IBGE 2000 (IBGE Produção Agrícola Municipal 1999; Malha municipal digital do Brasil 1997: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999).					

(*) a banana a quantidade produzida e quantificada não por fruto, mas por cacho.

Das fazendas históricas de São Gonçalo podem ser citadas algumas como: Codeço e Monte Raso; Covanca; Colubandê; da Bica; da Conceição; da Luz; Barreto; Itaúna; Dona Merenciana; Nossa Senhora de Pendotiba; Engenho do Mato; Engenho Nossa Senhora de Monserrat; Engenho do Bom Retiro; Engenho Novo do Roçado; Engenho Pequeno; Guaxindiba; Bom Retiro; Ipiíba de Malheiro; Ipiíba Pequena; Itaitindiba; Jacaré; Jurumenha; Mutuá; do Capitão Francisco Brito; Laranjal; Quintanilha; Santa Izabel e Trindade.⁴²

A fazenda Guaxindiba e a fazenda Bom Retiro eram antigas propriedades dos irmãos Gianeli que mantinham em suas terras um prado para corridas de cavalos. Ambas foram deixadas em testamento à Congregação Salesiana, posteriormente vendidas. Guaxindiba foi vendida à Companhia Nacional de Cimento Portland e Bom Retiro para a Companhia Agrícola Bom Retiro.⁴³

Sobre esse episódio de transferência de fazenda tradicional à fábrica, do rural tradicional ao técnico-agrícola-industrial, Palmier acrescenta que:

"Merece louvores o gesto do fidalgo uruguaio D. Leopoldo Gianeli, que manteve no terreiro da sua fazenda um prado de corridas, para deleite de seus convidados, da mesma forma que ainda hoje é motivo de orgulho e admiração, a imponente alameda de Ficus Benjamin,

⁴² BRAGA, op. cit., pp. 75-83

⁴³ PALMIER, op. cit., p. 69.

ligando a estação de Guaxindiba à sede da Fazenda. Pelo fato de conservar o que fato de conservar o que havia de tradicional e pitoresco na velha propriedade agrícola e ainda por haver aprimorado todo aquele delicioso conjunto, aumentando a abrorização, construindo utilíssimo canal, mantendo vastos gramados, aterrando pântanos, saneando a região e instalando em luxuosas edificação os mais importantes e modernos maquinismos, destinados à fabricação de cimento, é digna de encômios a Companhia Portland. [...] Êsse conjunto de maquinarias, modernas edificações e casas coloniais da velha fazenda, além das belezas naturais, completa-se com a fazenda Bom Retiro, ao lado da estação de Guaxindiba, onde as encostas e a planície estão cobertas de laranjas plantadas com o rigor da moderna técnica agrícola, além das plantações outras, as mais diversas, com a mesma orientação, graças aos esforços da Companhia Agrícola Bom Retiro.⁴⁴

Boa parte dessas fazendas encontra-se, hoje, extintas. Algumas não existem mais como é o caso da Fazenda Guaxindiba e outras são consideradas monumentos históricos sob a forma de ruínas ou algumas remodeladas e poucas ainda produzindo de fato.

Segundo Oliveira, São Gonçalo conta com uma Escola Rural na fazenda Laranjal e na fazenda Santa Edwirges se realiza manipulação de embriões bovinos. A fazenda Santa Edwirges conta com uma utilização de tecnologia de ponta na área de biogenética, por sinal, a única no estado do Rio de Janeiro com este tipo de tecnologia. Esta fazenda é de propriedade de Altineu Coutinho e conta com 600 matrizes.⁴⁵

As fazendas de Guaxindiba representaram, no passado, uma ocupação estratégica devido ao acesso ao mar pela Baía de Guanabara através do canal e porto de Guaxindiba, por onde ocorriam escoamentos das mercadorias – fato que explica a escolha do local para a fábrica de cimentos Portland (local da extinta Fazenda Guaxindiba).

Sobre a fábrica e sua fundação:

"... fundada em 1933, produzia os cimentos das marcas Mauá e Incor. Localizada na Fazenda Guaxindiba à margem da Baía de Guanabara, devido à escassez de calcário na Fazenda São José (local de onde a companhia extraía tal substância) encontra-se hoje desativada. Sua produção foi transferida para o município de Cantagalo, onde o calcário é encontrado em grande escala. Em São Gonçalo temos apenas a produção de argamassa. [...] Em 1996 foi criado o projeto para iniciar a fabricação de aditivo químico para cimento e concreto. Em suas terras será instalada o Pólo Industrial de São Gonçalo."⁴⁶

A companhia autorizada a utilizar os recursos minerais existentes na região, ajudou a desenvolver a ocupação do local, como também causou muitos impactos ambientais pela

⁴⁴ PALMIER, op. cit., pp. 69-70.

⁴⁵ Oliveira, Adão A. *Áreas Rurais, sim ou não?* Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rg3.net>>. Acesso em: 11 dez. 2001.

⁴⁶ BRAGA, op. cit., p. 125.

exploração mineral à procura de sua matéria-prima o que deixou crateras na região como também contaminação nos rios.

A matéria-prima utilizada pela fábrica de cimento era captada também no município vizinho, Itaboraí. Segundo Bezerra e Francisco, na década de vinte foram descobertas pelo Sr. Ernesto Coube, na fazenda São José, em Itaboraí, jazidas de calcário de excelente qualidade para a fabricação de cimento.

"A Cia. de Cimento Portland Mauá obteve permissão para explorar a jazida pelo contrato de 31 de outubro de 1931 assinado e registrado no Tribunal de Contas da união em 18 de novembro de 1932, instalando a fábrica em Guaxindiba, Município de São Gonçalo, servido por estrada de ferro. Um ramal foi construído até São José para escoamento da matéria prima. A fábrica de cimento foi inaugurada festivamente com a presença do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, constituindo um importante marco no desenvolvimento industrial do Brasil. Em 1935 a Cia Mauá obteve o registro de mina (manifesto) na Divisão de Fomento da Produção mineral em atendimento ao que dispõe o artigo 30 do decreto 24 642 de 1934 tornando obrigatório o registro das minas em operação no País. O cimento da fábrica de Guaxindiba foi usado para construções importantes como o Estádio Mário Filho (Maracanã) inaugurado em 1950 para Copa do Mundo de Futebol da FIFA e a Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói). Foi também da Mauá o primeiro saco de cimento (foto) em papel substituindo os antigos recipientes usados para transporte de cimento, feitos de madeira e depois de pano. A fábrica bateu seguidos recordes de produção em razão da excelência do calcário de Itaboraí e do volume crescente da reserva medida nos anos seguintes, chegando a atingir o volume total de até 2 050 700 m³ de minério. O esgotamento gradativo da reserva de calcário apropriado para cimento, somado à descoberta de importantes jazidas em Cantagalo, levou ao abandono paulatino da pedreira a partir de 1982 o que se consumou em 1984, com a retirada das máquinas e o fechamento dos escritórios localizados em São José. A outrora próspera vila municipal deu lugar a uma espécie de cidade fantasma, com a saída de moradores e o fechamento quase total do comércio local, fato agravado pela crise da cultura da laranja, na mesma época atingida por séria doença nos laranjais."⁴⁷

Com o aumento da produção agrícola e industrial, houve a necessidade de se ter um outro meio de escoamento das mercadorias. A fábrica de cimento aproveitou-se do Ramal Ferroviário Leopoldina – o chamado Trem da Serra que ia de Niterói a Friburgo, passando por São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Friburgo, com horário certo de acordo de acordo com os turnos de trabalho – para a distribuição de sua produção, além de construir um ramal particular ligando a estação de Guaxindiba à fábrica, como também um porto particular para o seu uso. Além disso, construiu a Estrada de Ferro Industrial um ramal da margem do

⁴⁷ BEZERRA, Francisco Octavio e FRANCISCO, Benedicto H. R. Arqueologia industrial e da paisagem em antiga mina no RJ. Disponível em: <<http://www.samba-choro.com.br/s-c/tribuna/samba-choro.0305/0350.html>> Acesso em: 11 fev. 2004.

rio Guaxindiba que conduzia a matéria prima das jazidas e da fábrica até o ramal da Leopoldina, para dali seguir pela estação de Guaxindiba para outros locais.⁴⁸

Para Palmier:

"O desenvolvimento agrícola e industrial exigia maior capacidade de escoamento as mercadorias; da mesma forma as novas povoações espalhadas pela Província, com regular movimento, inclusive as colônias de Nova Friburgo e outras, garantiam maiores possibilidades de abastecimento das importações. [...] A construção dos ramais da E. F. Cantagalo (hoje Leopoldina) e da Marica, foram as máximas demonstrações de progresso de toda a Baixada. No município de São Gonçalo as primeiras estações inauguradas – Guaxindiba, Alcântara, São Gonçalo e Pôrto da Madama, figuram entre os fatores preponderantes do desenvolvimento dessas localidades."⁴⁹

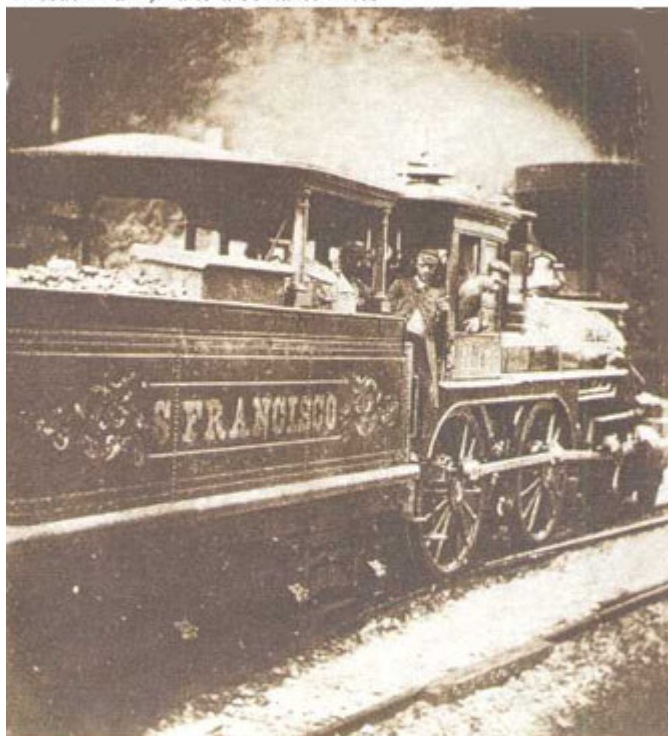
Conclui-se que tanto os portos como as ferrovias foram de vital importância no desenvolvimento de São Gonçalo, por outro lado as rodovias representavam um menor destaque e atuação na economia gonçalense, mesmo assim dentre as principais encontravam-se: Guaxindiba, Cabuçu, Engenho Novo, Salvaterra, Itaitindiba, Ipiiba, Mato Grosso, Anaia, Tribobó, Fazendinha, Lacomba, Morro do Castro, Itaúna, Trindade, Rocha, Itaoca e Boassú.

⁴⁸ PALMIER, op. cit., p. 70.

⁴⁹ PALMIER, op. cit., p. 28.

Foto 1 – O Trem da Serra.

Reprodução de *A Estereoscopia no Brasil*
Dresden Bank, Editora Sextante Artes



A locomotiva da primeira estrada de ferro feita por D. Pedro II
no seu caminho para Petrópolis.

Fonte: Starmedia.⁵⁰

"O Trem passava pelas estações de Porto da Madama, São Gonçalo, Alcântara, Guaxindiba e Itambi, sem parar, chegando a Porto das Caixas, antigo caminho de tropeiros de Mão-de-Luva, e de Cantagalo [...] Parava em Santana de Japuiba e ia para Cachoeiras de Macacu [...] Ia passando rente ao rio Macacu, chegando-se a Boca do Mato, declive suave, havendo pequena demora. [...] Começava-se então, realmente, a subir a serra em 13 km de extensão. Na serra, havia três trilhos, no início da ferrovia, ficando o do meio, adiante, como freio. Aí, à direita o Macacu, em paisagem, da mais bela, que se poderia imaginar, corria encachoeirado, visão talvez semelhante do Urubambo na estrada de ferro de Machu Pichu, e que tinha essas características lendárias, embora sem a beleza civilizada e européia da antiga Nova Friburgo. Chegava-se depois de 25 minutos ao oeste do Penna (meio da serra), ao km 86 (586 metros), O km 86 da rodovia RJ 116 é depois da entrada para o Parque D. João VI (km 81), Rodoviária Sul, atual, em Nova Friburgo. A Maria Fumaça passava depois pelo Posto de Registro, às 10h 12min. Mais uma parada para pôr água na máquina e os passageiros beberem a água da serra. Daí, alcançava-se a estação de Teodoro de Oliveira, para a direita da atual patrulha rodoviária. Via-se então as matas e o rio Macacu, a Baía de Guanabara, o Corcovado, a Tijuca e a Gávea (muito menos poluição). Semelhante ao que se vê de um avião antigo, C47, na cabine do piloto, com outra geografia, quando se

⁵⁰ CASTRO, Luiz Paiva de. *O Trem da Serra*. Disponível em: Starmedia. <<http://orbita.starmedia.com/~nfriburgonorteflum/macacu01-TremSerra1-2.html>>. Acesso em: 04 ago. 2001.

sobrevoava assim a Amazônia. Logo adiante, descia-se e se via a cascata do Hans, a Ponte da Saudade, a 3 km do término da viagem. A 1 km de Nova Friburgo antiga, o trem anunciava a chegada, apitando. Sem dúvida, uma viagem encantada que nem o ônibus nem o carro, podem oferecer a quem sobe a serra, hoje em dia."⁵¹

Com relação aos portos, o porto de Guaxindiba vai ter um papel de destaque, assim como alguns outros tantos portos, tanto no período colonial como posteriormente com a indústria no município – "especialmente as indústrias extrativas de cerâmica"⁵², além da estreita relação destes com o comércio. Sendo retratado por Braga, da seguinte forma:

"Os portos eram simples locais de embarque nas margens dos rios ou na orla da Baía de Guanabara. Durante o seu desenvolvimento, São Gonçalo atingiu a média de 14 portos com grande atividade. Eram eles: Neves, da Luz, Lira, da Ponte, Bandeira, Paiva, Guaxindiba, da Vala, Porto Velho, Porto Novo, Porto da Pedra, Madama, Gradim e do Rosa."⁵³

Boa parte, ou quase todos os portos acima não existe mais hoje em dia, e os seus nomes foram dados as localidades onde se localizavam (sendo bairros nos dias de hoje).

Pode-se dizer que a industrialização de São Gonçalo se deu de forma rápida para os efeitos na economia do município, mas de forma vagarosa no que diz respeito à paisagem. Apesar de se iniciar já nos finais do século XIX. O urbano que se formava neste final de século XIX e início de século XX não possuía uma caracterização muito diferente de um rural. Eram fábricas que nasciam em um meio ainda rural. Para Monteiro:

"... a citada "zona urbana" não se apresentava como cidade no exato sentido do termo e nem tinha uma caracterização oposta ao "rural" [...] A região por onde se estendeu o casario da "cidade" é aquela situada mais próxima ao mar ("Baía de Guanabara") onde se localizavam os portos de ancoradouro, que, pela ordem, a partir da localidade de Neves, assim se apresentavam: Porto do Lyra, Porto da Madama, Porto Velho, Porto Novo, Porto da Pedra, Porto da Ponte e Porto do Rosa; mas como esta zona não era muito salubre, as casas e prédios administrativos situavam-se na parte mais elevada, ao sopé dos morros por onde passava a Estrada de Ferro Leopoldina Railway e a Estrada de Ferro Maricá, que, vindo do interior, convergiam na Vila de Neves onde se situavam os armazéns para baldeação e os agentes dos produtores do interior."⁵⁴

⁵¹ CASTRO, op. cit.

⁵² BRAGA, op. cit., p. 49.

⁵³ BRAGA, op. cit., p. 91.

⁵⁴ MONTEIRO, op. cit., p. 3.

Na primeira metade do século, a indústria que surgia poderia ser considerada em função da produção agrícola:

"... a "zona urbana" foi toda edificada à medida que tornaram-se necessárias a realização de serviços e "indústrias" afins para o meio rural; desta forma não se configura senão como "centro urbano" o conjunto necessário à proteção, melhoramentos e, se possível, o desenvolvimento da zona rural. [...] A indústria era somente a completar: produção de aguardentes, doces, vinagres, etc."⁵⁵

O município neste momento⁵⁶, apesar da indústria que surge, ainda podia ser considerado agrícola e contava com uma participação importante para o seu crescimento urbano-industrial que era a dos grandes proprietários de terras da região. Obteve um grande progresso no setor rural, mas seu posterior esgotamento advindo do "... esgotamento das terras e das facilidades de transportes que permitem o afluxo de gêneros mais baratos, provenientes de outros centros geológica e tecnicamente melhores".⁵⁷

Também, a falta de investimentos públicos e de subsídios tornou a produção agrícola gonçalense menos competitiva. Com este quadro de dificuldades, os proprietários se articularam para a realização de serviços e incremento da indústria.

Monteiro considera que o esvaziamento do meio rural gonçalense provocou uma forçada, porém lenta, desestruturação do rural. Diz ainda que a indústria em São Gonçalo foi insuficiente para o seu progresso e teve vida curta.

Apesar do processo de industrialização e urbanização brasileira só ter deslanchado a partir dos anos 50 e 60 com o desenvolvimentismo, no período inicial do século XX existiram alguns investimentos internacionais que criaram várias fábricas e indústrias (o caso Portland, em Guaxindiba é um exemplo disso). Porém, os incentivos fiscais, os subsídios eram poucos para se manter as indústrias e no período das décadas de 60 e 70, a indústria fluminense começa a perder espaço para a valorização das áreas industriais paulistas, além disso, a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília favoreceu a saída das indústrias do Rio de Janeiro.

Este fato explica um pouco do porquê de durante todo este período, apesar de ocorrer um intenso deslocamento dos lavradores do rural para a vila urbana, esta se instaurou de

⁵⁵ MONTEIRO, op. cit., p. 4.

⁵⁶ Seu trabalho abrange um período curto da primeira metade do século XX: de 1913 a 1918.

⁵⁷ MONTEIRO, op. cit., p. 5.

comércio abundante e não de uma poderosa industrialização. Tem-se um pequeno resumo deste processo da seguinte maneira:

"As "fazendas" e os "sítios" vão sendo abandonados, suas terras, vendidas para grupos imobiliários, são loteadas e bairros novos começam a se formar. Favorecidos pelo surto de urbanização, a partir da segunda Guerra Mundial, os antigos lavradores encontram colocações na construção cível e nos demais serviços; os antigos fazendeiros vivem do que restou das vendas das terras enviam sus filhos às escolas ou então empregam-nos no serviço público. Cada vez mais o país vai-se urbanizando e São Gonçalo, desfrutando de uma boa localização, devido à proximidade do Rio de Janeiro, transforma-se aos poucos em "cidade dormitório", em "ponto de escala" dos que vindo do interior aspiram encontrar melhores condições na "cidade grande". Dos 29.000 habitantes em 1916, e seu ruralismo, hoje conta com quase 600.000, enfrentando uma enorme especulação imobiliária e um crescimento populacional acelerado; de agrícola, passou por uma etapa "industrial"(por sinal de curta duração) e hoje é um grande centro comercial apenas."⁵⁸

O loteamento é um fator essencial na construção da aglomeração populacional das periferias. Ocorre em todo o país nas proximidades dos grandes centros.

O loteamento em São Gonçalo, foi algo importante, um elemento vital na constituição de vários bairros e localidades do município. A atual forma de aglomeração populacional de Guaxindiba se deu por meio de loteamento. O loteamento Jardim Guaxindiba.

1.1.3. Onde estão os negros na história de São Gonçalo?

Abre-se um curto parêntese nesta dissertação para um comentário considerado relevante, apesar de não ser uma central na dissertação ou muito menos acrescentar informação vital ao desenvolvimento da do trabalho. Mas, considerado assunto relevante se tratando de pesquisa sobre a sociedade brasileira.

A questão do negro em São Gonçalo chama atenção pelo fato de que na história gonçalense não existem relatos sobre a sua participação. Dá-se a sensação de que não existiram negros em São Gonçalo ou somente alguns poucos escravos anônimos. No decorrer de leituras sobre a formação gonçalense, nota-se uma grande alusão a

⁵⁸ MONTEIRO, op. cit., p. 24.

determinados estrangeiros, principalmente nobres europeus. Mas, com relação aos negros nada é dito.

Na história gonçalense, ao contrário de muitas outras, o índio é exaltado a todo instante, em relatos históricos, em nomes denominando lugares (nomeando praças, bairros, rios etc.) a presença do índio é notória, assim como, nota-se a presença portuguesa, mas dificilmente os nomes de origem africana fazem parte da vida do município.

Este fato somente ilustra mais uma vez o que vem se discutindo sobre que tipo de inserção o negro escravo obteve na sociedade brasileira após a abolição e que tipo de inserção e participação social efetiva o negro afro-descendente tem hoje.

Fica a pergunta: – Será que os não existiram negros em São Gonçalo?

E fica em suspense, ao menos neste trabalho por falta de tempo de aprofundamento e por desviar o tema central da pesquisa.

Mesmo que sem pesquisa prévia é possível afirmar que os negros tiveram a sua participação na construção deste município ainda participam, sendo parte constituinte da sociedade gonçalense atual. Contudo, mais uma vez é negada a sua inserção na história brasileira de forma digna.

Para não se cometer injustiças e mencionar que nada foi registrado a respeito dos negros no município, Guião Filho, faz um breve comentário sobre o papel do negro na agricultura gonçalense colonial.⁵⁹

Neste relato comenta que negros escravos foram comprados em leilão porto do Rio de Janeiro e levados aos engenhos e fazendas. Curiosamente, relata que os negros escravos gonçalenses não foram maltratados ou mutilados quando comparados com outras localidades, sendo açoitados somente em caso de falta grave. Como resultado da Abolição em 1888, a lavoura gonçalense, assim como todo o Estado do Rio de Janeiro e restante do Brasil foi prejudicada com a falta de mão-de-obra.⁶⁰

Sendo assim, outra observação sobre o negro no município, como já é de se esperar sem nenhuma surpresa é a quantificação de Palmier ao dizer que a freguesia de São Gonçalo chegou a possuir em 1779, cerca de 952 escravos.⁶¹

⁵⁹ GUIÃO FILHO, Homero Tomaz. História de São Gonçalo. São Gonçalo: (?). 1968.

⁶⁰ GUIÃO FILHO, op. cit., p. 18.

⁶¹ PAMIER, op. cit., p. 17.

Suas palavras denunciavam, apesar da menção ao negro, preconceito e desvalorização. Pois a escravidão em si já representa um enorme maltrato e a importância dada ao negro, sob o seu ponto de vista, era unicamente o trabalho no engenho.

1.2. A formação sócio-ambiental

1.2.1. Os aspectos físico-geográficos

Por toda a costa da baía de Guanabara os determinantes ambientais construíram ecossistemas característicos de um tipo de ambiente costeiro caracterizado por vegetação de mangue.

No caso de Guaxindiba e regiões próximas, o desenvolvimento de vegetações de mangues na costa leste da baía de Guanabara, planícies fluviais e rios sinuosos, são bastante comuns. Por ser uma região litorânea ao nível do mar, também é bastante comum a presença de sedimentos fluvio-marinhos.

Foto 2 – Sedimentos fluvio-marinhos



Foto: Geny F. Guimarães/Setembro/2001.

Foto 3 – Rio 22.



Foto: Geny F. Guimarães/Abril /2002.

O município de São Gonçalo, estando a uma altitude média de 19m, é bastante rico em acidentes geográficos⁶², representa um espaço geográfico que abriga praias, ilhas, colinas ou morros, serras⁶³ e planícies fluviais com expressiva uma hidrografia no norte do município, na divisa com Itaboraí. Estes acidentes geográficos se apresentam no território gonçalense de forma já bastante humanizada e degradada.

⁶² Das praias pode-se citar: da Luz; do Paiva; das Pedrinhas; do Focinho de Porco; de Itaoca; de São João e de Barretos. As ilhas estão localizadas na baía da Guanabara e dentre elas pode-se citar as seguintes: do Engenho, do Tavares, do Carvalho, de Itaoca, Itaoquinha, do Pontal, Ananás e a das Flores (que hoje se apresenta sob a forma de uma península).

⁶³ Na parte sul do município encontram-se algumas serras, todas nas proximidades do limite de São Gonçalo com Maricá e Niterói. São elas: a serra da Tiririca; a de Cassorotiba; de Calaboca. A serra de Itaitindiba, no limite entre São Gonçalo e Itaboraí é onde se encontra o ponto mais alto do município, denominado Alto do Gaia com 552m de altitude. Tem-se, ainda, a serra Grande e a serra de Itaoca.

Nas poucas elevações existentes em São Gonçalo, os morros isolados ou colinas possuem altitudes que não ultrapassam 300 a 400 metros. Ou seja, o município é de característica plana e baixa. As encostas dos poucos morros⁶⁴ e colinas encontram-se invariavelmente ocupadas por habitações.

A vegetação que era abundante na região por volta do descobrimento, hoje em dia é escassa, com raras áreas onde ainda encontra-se mata nativa – no caso das serras – e mangues que ocupam quase 20km de extensão pelo litoral. Também é possível encontrar algumas localidades com cerrados e gramíneas.

A rede hidrográfica do município é bastante extensa, formada por alguns rios principais: Bomba, Guaxindiba, Imboçu, Aldeia, Muriqui e Alcântara. O mais importante é o rio Guaxindiba com 29 km de extensão desde a sua nascente, localizado próxima ao loteamento Jardim Esperança, correndo pelas localidades de Sacramento, Barracão e Marambaia até alcançar a sua foz, na Baía da Guanabara. São seus principais afluentes o rio Camarão e o Alcântara.

⁶⁴ Os morros estão espalhados nas direções sul e oeste do município. O mais alto é o morro do Castro (com aproximadamente 300m de altitude). Mas existem outros como o do Lírio, do Chapelão, da Luz, do Patronato (conhecido localmente como o morro do Feijão), do Mineirinho, Vista Alegre. O morro de Itaúna (no bairro das Palmeiras) é composto por uma formação rochosa com 250 m de altitude sendo uma das principais evidências de atividade vulcânica no estado do Rio de Janeiro.

Foto 4 – Rio Guaxindiba.



Foto: Geny F. Guimarães/Abril /2002.

A bacia do rio Guaxindiba é considerada uma importante contribuinte à baía de Guanabara:

"... é considerado, entre outros, um rio principal na região de bacias contribuintes à Baía de Guanabara e forma uma sub-bacia, denominada Bacia do Guaxindiba que possui como afluentes principais: Rio Goianá, Rio Salgueiro, Rio Alcântara e Rio Camarão."⁶⁵

Além desses rios também podemos mencionar o Monjolo, Mutondo, Marimbondo, Maria Paula e Brandoas. Todos os rios do município sofrem intenso processo de assoreamento e recebem grande carga de esgotos domésticos.

A degradação que é notada nos rios, também é percebida em outros ambientes, pois se pode dizer que a formação do espaço geográfico nesta região se deu de forma bem parecida com outras regiões do nosso país. A exploração dos seus recursos naturais,

⁶⁵ GUIMARÃES, G. F.; FAVIERI, J. L. et al. *Guaxindiba e Vista Alegre: Rios Poluídos e desperdício de água*. Rio de Janeiro: UERJ/PDBG, 2001, 54p., p. 44.

exploração e erradicação dos povos indígenas que ali habitavam, implantação de grandes monoculturas até o esgotamento de seus solos, a exploração escrava do negro nos engenhos de açúcar, o uso impróprio de encostas e desmatamento, poluição de seus rios, entre outros. Mesmo assim, São Gonçalo conseguiu ser pioneiro em grandes empreendimentos que no passar do tempo por falta de recursos e desenvolvimento desordenado, fracassaram. Como é o caso do pioneirismo no cultivo de laranjas e na implantação das indústrias.

Diante do que foi descrito até aqui sobre a geografia física de São Gonçalo, o desenvolvimento geológico-biológico nos milhares e milhares de anos de formação do lugar, foram capazes de atribuir-lhe aspectos que lhe são bem característicos. Em Guaxindiba, desenvolveu-se uma espécie vegetativa típica do lugar: a Guaxindiba, uma planta aquática de margens de rios, bastante abundante na região, como já informado neste trabalho. Acredita-se que a planta deixou de existir pelas práticas humanas agressivas ao meio, assim como a vegetação de mangue vem sofrendo diariamente do mesmo problema. As agressões no ambiente causadas pelas práticas da sociedade humana são notadas no ar, na água e na terra.

Dos dois importantes ecossistemas que se localizam em Guaxindiba, ambos encontram-se extremamente degradados: o mangue e a bacia do rio Guaxindiba. A forma como se encontram nos dias atuais evidenciam um processo sócio-econômico sem planejamento que ocasionou sérios danos a estes ambientes. A degradação pode ser claramente percebida.

Em Guaxindiba todos os rios são poluídos, algo que gera grande preocupação porque a bacia do rio Guaxindiba é uma importante contribuinte da Baía de Guanabara e, no entanto, uma das que mais lançam efluentes domésticos e industriais em suas águas.

1.2.2. A APA

Uma APA – Área de Proteção Ambiental – pode ser um local de domínio público ou privado, contendo características tanto ecológicas quanto paisagísticas consideradas notáveis e cuja utilização seja compatível com sua conservação ou com a melhoria das suas condições ecológicas.

É considerada uma modalidade de UC – Unidade de Conservação – do meio ambiente de uma determinada área que visa "... proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais." ⁶⁶

A implantação de uma APA não desencadeia grandes problemas vinculados a desapropriações, pois, é possível a sua ocupação desde que a construção e utilização de recursos sejam feitas de forma limitada.

Em Guaxindiba existe uma região de manguezais ⁶⁷ que faz parte de uma APA cujo domínio territorial abrange vários outros municípios vizinhos a São Gonçalo, a APA de Guapimirim.

Esta APA foi criada em 1984 para a proteção dos manguezais da região da costa leste da baía de Guanabara. A partir de 2001 o seu Plano de Gestão de Área de Proteção Ambiental foi implantado em um convênio entre o IBG (Instituto Baía de Guanabara) e o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). (Veja anexo 9, Mapa 12, APA de Guapimirim.)

1.2.3. As degradações ambientais e o PDBG

É visível que falta em São Gonçalo (como em quase todos os municípios do Brasil) um gerenciamento ambiental municipal. Provas disso podem ser:

- o caso do abastecimento de água ser feito pela CEDAE, mas em parte de seus dutos existem buracos por onde jorram água e pelos quais é permitida a sua contaminação. Mesmo tendo o abastecimento da CEDAE, a maior parte das famílias utiliza água de poço, o que constitui outro grande risco à saúde, pois o local não é provido de rede de esgotamento sanitário, sendo comum as "valas

⁶⁶ De acordo com o Artigo 1º, Resolução nº 10, de 14 de Dezembro de 1988, do CONAMA.

⁶⁷ Os manguezais são conhecidos ecossistemas litorâneos ou costeiros. São considerados como áreas de transição entre ambientes terrestre e marinho, sofrendo influência constante do regime das marés e são típicos de regiões tropicais e subtropicais. O mangue é um tipo de vegetação constituída por espécies vegetais lenhosas típicas, de micro e macroalgas que são capazes de se adaptar à grande amplitude de salinidade e de colonizar substrato não consolidado. Os manguezais brasileiros se estendem por toda a costa de norte a sul do país. Ocupam uma área de aproximadamente 25.000 km².

negras a céu aberto", também conhecidas como fossas – que caminham lado a lado com os poços das casas;

- as queimadas são comuns: seja para eliminar as plantas agrestes (matos) que a população local deseja se livrar seja do lixo doméstico – o local é desprovido de coleta de lixo, em algumas poucas ruas a coleta de lixo municipal faz o recolhimento de lixo doméstico, mas de forma irregular. Com isso, é fácil se deparar com lixo acumulados por todo o bairro;
- a fábrica de cimento foi muito importante para o crescimento da população e a economia do município, além de ter sido o substituto das grandes fazendas locais (em termos econômicos), também causou muitos impactos ambientais pela exploração à procura de sua matéria-prima que deixou crateras na região como também contaminação nos rios;
- a degradação dos manguezais que além de afetar o ecossistema das espécies animais e vegetais naturais deste tipo de ambiente, também afeta a atividade dos catadores de caranguejos que dependem deste trabalhar para sobreviver.

O que emerge como um questionamento a respeito das potencialidades da região é que apesar do descaso com o local, existe a perspectiva de grandes projetos, que prevêm mudanças significativas. Um deles, pouco especulado, é o Pólo Industrial, um projeto da prefeitura de São Gonçalo. O outro é o projeto de expansão da Linha 3 do Metrô.

Calcula-se que dezenas de famílias serão desapropriadas (sendo que as casas do local são pouco valorizadas), apesar de planejarem um projeto de urbanização para o bairro.

Na minuta do Contrato de Concessão⁶⁸ da linha 3 do Metrô, no item 1 (i), existe um parágrafo afirmando a intenção de se seguir às diretrizes básicas para implantação do projeto de acordo com a "Licença Ambiental de Instalação". Contudo também existe no

⁶⁸ SECTRA-RJ, Contrato de Concessão da exploração de serviços de transporte metroviário da linha 3 do estado do Rio de Janeiro, e serviços rodoviários intermunicipais de passageiros entre os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, e os projetos de urbanização consorciada, do programa de desenvolvimento regional leste da baía de Guanabara, (s/d). Disponível em: <<http://www.sectran.rj.gov.br/pub/contrat.html>>. Acesso em: 04 ago. 2001.

contrato, menção às desapropriações que serão necessárias pela construção de casas junto à linha férrea:

"Desapropriação: Todos os bens desapropriáveis, necessários à realização das obras da **LINHA 3** e dos projetos associados, relativos ao Programa de Desenvolvimento Regional Leste da Baía de Guanabara, objeto deste **CONTRATO**, tanto os exigidos para prestação dos **SERVIÇOS**, quanto os utilizados para obtenção de receitas alternativas, acessórias, complementares ou para implantação de projetos associados, serão declarados de utilidade pública ou de interesse social pelo **ESTADO**"⁶⁹

Muito próximo à linha férrea, em vários pontos de Guaxindiba encontram-se habitações de moradores que já residem no local há muitos anos. Esses moradores ao mesmo tempo em que desejam melhorias e urbanização do bairro, temem a sua chegada, pois sabem que terão que se mudar, já que o projeto da Linha 3 do Metrô pretende utilizar a localização da linha férrea existente.

Diante da descrição dos aspectos sócio-ambientais da região, surgem algumas dúvidas se devidas medidas de planejamento ambiental, de fato acompanharão tais projetos. A começar pela dita urbanização do bairro do projeto da Linha 3 do Metrô, que necessariamente será acompanhada por desapropriações e pelo fato da localização da linha férrea que querem aproveitar cruzar as margens de vários rios da região. O que representa urbanização para eles e como será feito?

Atravessam as margens de alguns rios da região os antigos e novos dutos da CEDAE. Em ambos é possível observar o seu estado deteriorado.

⁶⁹ SECTRA-RJ. op. cit., item IV (b5).

Foto 5 – Dutos furados.



Foto: Geny F. Guimarães/Setembro/2001.

Foto 6 – Água desperdiçada



Foto: Geny F. Guimarães/Setembro/2001.

Foto 7 – Rios poluídos



Foto: Geny F. Guimarães/Setembro/2001.

Foto 8 – desmanche e abandono de carros.



Foto: Geny F. Guimarães/Abril/2002.

Dúvidas surgem se medidas de planejamento ambiental acompanharão tanto o projeto da ampliação da linha 3 do Metrô quanto o projeto Pólo Industrial, justamente pelo fato do local pertencer a APA de Guapimirim e possuir em seu interior muitas espécies vegetais e animais (inclusive jacarés⁷⁰).

⁷⁰ Não se sabe se os jacarés da região existem de verdade ou se são uma lembrança dos moradores mais antigos. Muitos moradores do local afirmam que eles existem e, inclusive, alguns juram já tê-los visto. Mas, até o momento da pesquisa, nenhuma foto ou qualquer tipo de prova foi encontrado a respeito da existência desses animais.

Foto 9 – Linha férrea (nos dias atuais).



Foto: Geny F. Guimarães/Setembro/2001.

Essas dúvidas sobre como esses projetos serão implantados e da seriedade na preocupação com os aspectos sócio-ambientais da região, decorrem do fato de que Guaxindiba, apresenta-se esquecido e abandonado pelo poder público, bairro em que seus moradores costumam dizer que "não existe nada ali".

Existe pouca mobilização para exigir mudanças na infra-estrutura urbana do bairro que é precária. Uma única escola pública serve a população local e seus alunos têm uma

vida muito humilde, encontrando-se muitas vezes, às margens de uma severa exclusão social – pelas dificuldades financeiras de suas famílias.

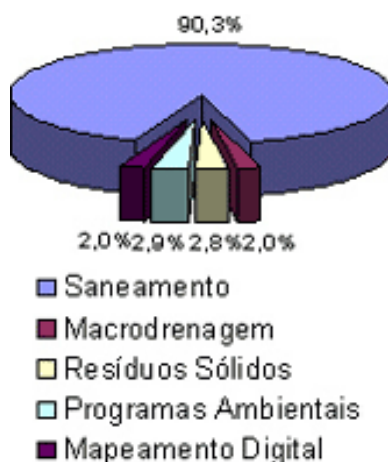
O PDBG – Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – surgiu após a Conferência de Meio Ambiente (Rio-92) e desde 9 de março de 1994 que é financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento –, pela agência japonesa JBIC – *Japan Bank for International Cooperation* – e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Este programa possui como proposta a solução de problemas da bacia da baía de Guanabara com uma atuação abrangente. O plano de atuação deste programa inclui um gama de componentes, são eles:

- saneamento;
- abastecimento de água;
- esgotamento sanitário;
- resíduos sólidos;
- macrodrenagem e mapemaneto digital;
- programas ambientais complementares (Reforço Institucional do Sistema Ambiental;
- Subprojeto de Educação Ambiental;
- Subprojeto de Mobilização Social;
- Plano Diretor para Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Implantação de Unidades de Conservação da Natureza).

Cujos investimentos estão divididos da seguinte forma:

Gráfico 1 – Investimentos do PDBG.



Fonte: CIBG⁷¹

Em São Gonçalo, em particular, os investimentos do programa estão voltados para a construção de uma ETE - Estação de Tratamento de Esgoto. Devido aos problemas internos do projeto, a obra ainda encontra-se em construção. Sendo assim, não se pode dizer que o programa trouxe mudanças ao município. Não se pode negar que muitos professores da rede estadual e municipal participaram do PEA – Projeto de Educação Ambiental e desenvolveram diversos projetos ambientais em suas escolas, como também o município faz parte do mapeamento digital proposto pelo programa. Mas, mudanças efetivas não ocorreram. A bacia do Rio Guaxindiba e o mangue continuam ameaçados, assim como outras bacias. Sem contar que a problemática de água e de esgoto da região permanece a mesma até o momento.

⁷¹ CIBG – Centro de Informações da Baía de Guanabara. Disponível em: <<http://www.cibg.rj.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2004.

Capítulo 2. Relações espaciais de valor, poder e territorialidade.

2.1. O espaço e sua complexidade

Determinados termos representam verdadeiros labirintos para pesquisas por suas características multifacetadas com aplicabilidade em várias e diferentes áreas do conhecimento.

Uma problemática epistemológica é a respeito da mobilidade que os termos podem adquirir e serem considerados definições, conceitos e noções.

Um exemplo é o termo espaço, que apesar de estar sob o domínio da Geografia, circula por quase todas as demais ciências e pode ser utilizado até mesmo no senso comum com muitos significados variados.

O espaço pode ser considerado como o fundamento para tudo que existe, quando se afirma que tudo o que existe ocupa um espaço. E, juntamente com o tempo, ambos formam o todo: receptáculo de tudo e o movimento desse todo. É importante salientar que o seu significado vai além do sentido materialista, no caso insere-se a percepção de espaço pela filosofia. Sendo assim, se desenvolvem mais outras tantas e tantas abordagens. Também, é considerado como o sustentáculo de diversos tipos de relações: sociais, econômicas, políticas etc.

Para a Geografia, o espaço ou espaço geográfico pode estar vinculado a "... uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu suas marcas, seja com referência à simples localização."⁷²

A visão de receptáculo representa uma forma antiga e tradicional que

"Em seu sentido mais amplo, o campo do espaço geográfico é a "epiderme da Terra" (J. Tricart), isto é, a superfície terrestre e a biosfera. Segundo uma acepção apenas aparentemente mais restritiva, é o espaço habitável, o *oekumeno* dos Antigos, todo e

⁷² CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço, um conceito-chave da Geografia." In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo C. da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. p. 15.

qualquer espaço em que as condições naturais possibilitem a organização da vida em sociedade."⁷³

A perspectiva de localização, o torna passível de ser representado cartograficamente, sendo assim, "... a geografia destaca particularmente, dentre seus modos de expressão, a representação cartográfica que permite situar os fenômenos e esquematizar os componentes do espaço de acordo com a escala escolhida e com as referências adotadas."⁷⁴

Para Dollfus, o espaço determinante de uma localização é visto como o espaço diferenciado, pois suas combinações de elementos o tornam singular. O que é conhecido como diferenciação de áreas.

Também, o espaço é o fundamento das relações e surge como

"... o esteio de sistemas de relações, algumas determinadas a partir dos dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima, vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível das técnicas; numa palavra: de toda essa tessitura pejada de densidade histórica a que damos o nome de civilização."⁷⁵

Apesar da abordagem de Dollfus ser bastante clara, requer um certo cuidado em sua leitura, por ainda estar bastante impregnada de um pensamento geográfico estratificado. As correntes mais atuais preferem a inter-relação dos dados naturais ou físicos e humanos de forma mais plena para um maior entendimento do todo, O todo pode ser entendido como o total de uma região demarcada, ou como o todo universal.

Para Corrêa, o espaço corresponde a um conceito-chave para a Geografia, dentre outros que são: paisagem, região, lugar e território.⁷⁶

Todos estes são conceitos com ampla discussão interna e externa à Geografia. Todos diferentemente conceitualizados e mas com uma forte interligação.

Na história do pensamento geográfico, dentro das suas várias correntes de pensamento, nem sempre o espaço esteve abordado de forma central em discussões. Era

⁷³ DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 7.

⁷⁴ DOLLFUS, op. cit., p. 9.

⁷⁵ DOLLFUS, op. cit., p. 8.

⁷⁶ Apesar de serem de extrema relevância, não serão discutidas as suas conceituações neste trabalho. Mas, como indicações sobre o assunto, pode-se consultar: SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986; CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Editora Ática. 3.ed. 1990; CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo C. da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

concebido de forma variada de acordo com a linha do pensamento geográfico vigente. Este assunto pode ser resumido, por Corrêa, da seguinte forma:

- Geografia Tradicional: durante o período de ênfase dessa abordagem geográfica, de aproximadamente 1870 a 1950, os conceitos privilegiados eram o de paisagem e região, variando entre região natural e região-paisagem, assim como paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. O espaço encontrava-se em segundo plano e subjugado a somente representar a localização das atividades humanas e os fluxos. Não era considerado um conceito-chave.

Ratzel considerava o espaço como a base indispensável para a vida humana: o espaço vital (em sua Antropogeografia). Tratava do território aproximando-o da apropriação de um determinado grupo e o espaço era tido baseado nas necessidades do grupo em função de seu desenvolvimento, principalmente o técnico.

Já Hartshorne tratava o espaço em sua obra de modo implícito. Apenas como receptáculo para todas as coisas, impregnado de um sentido de área.

- Geografia Teorética-quantitativa: nesta fase, nas décadas de 1950 e 1960, o dominante era o positivismo lógico, se adotavam unidades baseadas nas ciências naturais (principalmente na Física), se consagrou o raciocínio hipotético-dedutivo. Seus instrumentos eram os modelos matemáticos e os esquemas sistemáticos.

Neste período, a paisagem é deixada um pouco de lado em troca da absorção da utilização de unidades espaciais com base em técnicas estatísticas. Lugar e território são secundários e o espaço passa a ser considerado um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo central nas análises geográficas.

A racionalidade econômica de minimização de custos e maximização de lucros é utilizada para analisar a superfície, a qual é considerada uniforme em seus aspectos geomorfológicos, climáticos, de cobertura vegetal e até

ocupação humana. Esta racionalidade leva a diferenciação de áreas, surgem os modelos e os esquemas baseados em centro e periferia.

- Geografia Crítica: fundamentada no materialismo histórico e na dialética, da década de 1970 em diante, tenta romper com a Geografia Tradicional e a Geografia Teorética-quantitativa. Trava intensos embates entre marxistas e não-marxistas. É dito que em Marx existe um certo vazio espacial por estar ocupado com preocupações temporais, Este espaço implícito de Marx é resgatado por Henri Lefébvre, assim: o espaço é entendido como um espaço social ligado diretamente à prática social; é mais do que um instrumento político ligado a um processo de reprodução do trabalho, representa as relações sociais de produção; é concebido como *locus* da reprodução da sociedade. Outro que contribui imensamente para este tipo de perspectiva geográfica é o Milton Santos.

Neste momento o espaço passa a ser tratado como um conceito-chave, assim como, a identificação de suas categorias de análise.

- Geografia Humanista e Cultural: durante a década de 1970, também surgiu uma Geografia Humanista e Cultural que, semelhante à Geografia Crítica aproximava-se bastante da filosofia (principalmente a fenomenologia e o existencialismo). Surge uma revalorização da paisagem e de região, o conceito de território é uma de suas matrizes, o espaço é visto como o espaço vivido e o lugar assume a posição de conceito-chave.

A reflexão sobre o conceito de espaço e como ele possui às vezes mais, outras vezes menos importância de acordo com o contexto e a abordagem epistemológica vigente, direciona a um questionamento do por que determinados espaços são mais importantes que outros? Por que os investimentos são mais voltados para certos lugares? Por que alguns locais são mais valorizados que outros?

Se pensar em um processo de valorização do espaço requer seguir todo o pensamento de construção do conceito de valor, ao examinar o pensamento de Marx sobre o assunto é pensar que:

"A compreensão do processo de valorização do espaço e a construção de uma teoria a respeito, exigem o recurso e o esclarecimento de uma categoria central do pensamento marxista que é o valor. Marx realiza a reconstituição crítica dessa categoria, examinando as diferentes concepções ao longo da Economia Política clássica, de inspiração burguesa, desde o século XVII. Os resultados desse seu trabalho estão expostos, em particular, na sua obra *Teorias da Mais-Valia*."⁷⁷

Não será necessário descrever aqui todo o caminho de construção do pensamento sobre o significado e a conceituação do valor, que envolve a explicação sobre a origem valor, as várias abordagens, etc.

O que é importante ressaltar para este trabalho é a relação que existe entre o valor e o espaço. Sendo assim, serão tratadas duas vias de discussão. São elas: pensar um valor no espaço e um valor do espaço⁷⁸.

Para Moraes e Costa fica claro que o trabalho possui uma relevância central que pode ser considerado como a fonte do valor (devido às perspectivas materialistas marxistas adotados por eles). O trabalho é visto como um processo de valorização. Pode-se dizer que uma valorização dos espaços e formas espaciais que "... criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura econômica que ali domina."⁷⁹ As formas espaciais expiram uma universalidade percebida em "... qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência valoriza o espaço."⁸⁰

Para estes autores, todo e qualquer processo social deve ser explicado através de uma discussão sobre valor e trabalho, pois representam o fundamento de materialidade social. Concebem como relevante e permanente a relação estabelecida entre o espaço, o trabalho e o valor. Apesar de enfatizarem a distinção entre o valor do espaço e o valor no espaço, se baseiam na unificação de ambos para um melhor entendimento da sociedade.

⁷⁷ MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. *Geografia Crítica: A valorização do espaço*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 93.

⁷⁸ MORAES e COSTA, op. cit., pp. 121-147.

⁷⁹ MORAES, e COSTA, op. cit., p. 122.

⁸⁰ MORAES, e COSTA, idem.

O primeiro termo, o valor do espaço, refere-se a sua mais antiga e ampla abordagem. Significa enxergar o espaço a partir do que lhe é preenchido. Neste caso o espaço é visto como o receptáculo de tudo, da natureza, da sociedade e de outras formas que podem vir a se formar. O segundo termo, o valor no espaço, inclina-se a ser exclusivamente a idéia econômica do espaço, intrinsecamente vinculado ao trabalho, à produção e ao valor de uso de tudo.

"De maneira geral, os autores que pesquisaram esse tema contemplaram apenas um dos pólos da distinção. A própria idéia de espaço geográfico de concepção empirista e naturalista revela uma perspectiva centrada exclusivamente naquilo que aqui chamamos de valor do espaço. Por outro lado, a idéia de espaço econômico, tal como posta pela economia marginalista, revela uma abordagem exclusiva daquilo que denominamos valor no espaço. [...] Sendo o espaço (e tudo o que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um *valor de uso*, um bem de utilidade geral. A produção, desta forma, sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral da produção. Daí ele possuir um valor intrínseco, não necessariamente produto do trabalho humano, uma "riqueza natural". Daí, também, ele ser o receptáculo fundamental e geral do chamado "trabalho morto". Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento histórico é também uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra. Essa acumulação, que desnatura o espaço vai também complexizá-lo. As desigualdades naturais da superfície da terra, sobrepõem-se as desigualdades de alocação de trabalho."⁸¹

De fato, não se pode negar tamanha complexidade e profundidade dos assuntos tratados neste capítulo até aqui, algo que neste trabalho não será possível abarcar.

Tanto espaço, como valor, como trabalho são conceitos extremamente complexos, ao mesmo tempo que para a geografia baseada no materialismo, servem de base para toda a sua leitura de mundo e estão ligados de forma permanente.

A este assunto pode ser acrescentado o que Moreira comenta a respeito:

"O espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho. É a "relação homem-meio" na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. [...] O espaço geográfico não é puramente produto do processo do trabalho, porque o processo do trabalho é também produto do espaço geográfico."⁸²

⁸¹ MORAES, e COSTA, op. cit., pp. 123-124.

⁸² MOREIRA, Rui. *O que é Geografia?* São Paulo: Editora Brasiliense. 13. ed. 1993. 113p. (Coleção Primeiros Passos: 48), pp. 85-86.

Nessa complexidade de lidar com a definição de espaço, Santos considera que se deve a própria Geografia pela sua demora em definir o seu objeto de Estudo. Santos considera que essa demora foi resultado de um longo período em que a Geografia perdeu tentando se definir como ciência e definir o seu método, relegando a importância de se ter um objeto delimitado. Inegavelmente, afirma que o objeto da Geografia é o espaço, mas para uma boa interpretação deste, seu funcionamento e evolução, é necessário uma definição de suas categorias analíticas.

Entende que a dificuldade em se definir o espaço advém de sua variedade e tão ampla significações, como por exemplo,

"... os utensílios comuns à vista doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja a sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado; há o espaço terrestre, de velha definição da geografia, como crosta do nosso planeta; e há, igualmente, o espaço extra-terrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério."⁸³

Porém, o espaço que interessa a Geografia é o espaço humano ou o espaço social, que por sua vez será repleto de múltiplos espaços, assim como novas discussões a respeito de sua delimitação e definição.

O espaço pode ser considerado uma categoria permanente e universal composto por relações que ultrapassam o limite do tempo e por "... combinação delimitada, específica de lugar."⁸⁴

Finalmente, para Santos, o espaço pode ser considerado como:

"... um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares."⁸⁵

⁸³ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1986, pp. 119-120

⁸⁴ SANTOS, op. cit., 1986, pp. 120-121. Para Santos, o conceito de lugar pode ser dito como uma porção discreta do espaço.

⁸⁵ SANTOS, op. cit., 1986, p. 122.

E como são percebidas as relações de poder?

Em todo espaço podem ser percebidas relações de poder. Desde o espaço familiar, no qual o pai e a mãe, na maioria das vezes, determinam as regras familiares, como em uma escola onde a direção é o poder, ou em uma empresa onde sempre temos a figura do chefe. Por exemplo, em uma sala de aula, por mais democrática que seja, cabe ao professor direcionar as atividades. Até em uma cidade e uma nação, o poder é percebido nas mãos de seus governantes que são capazes de determinar os rumos do desenvolvimento, administrativos e da organização política do lugar, como também interferem diretamente nas vidas particulares de seus habitantes.

O poder é percebido em todos os aspectos da vida social e estipula ligações diretas com o espaço, o tempo e as pessoas. Neste sentido de inter-relações constantes, é percebido que o espaço é uma entidade palco de contradições permanentes. Tanto que alguns geógrafos discutem uma possível recuperação do espaço geográfico dentro de análises epistemológicas. Acreditam que a qualificação de muitos processos como positivos ou negativos se dão de forma menos expressiva quando a base do estudo é espacial, mais do que quando a base do estudo é temporal.

Carlos Walter discute esse assunto em um de seus textos e de forma crítica desenvolve a sua abordagem. Este autor diz que na tradição hegemônica do pensamento europeu ocidental, nota-se uma supremacia do tempo em relação ao espaço. Isto é bastante percebido no processo do progresso que se dá como uma mudança qualitativa no tempo quando se afirma que uma localidade pode ser atrasada ou adiantada (uma espécie de cronômetro cultural).⁸⁶

A ocorrência de observações relacionais entre tempo e espaço, não é algo do nosso tempo, já vem de épocas passadas, um exemplo disto é o próprio pensamento de Immanuel Kant.

Carlos Walter, diz ainda que:

"Até mesmo a utopia é um não lugar, ou melhor, é um lugar imaginário que se situa num outro tempo melhor que o nosso tempo, longe do nosso espaço do aqui-e-agora.

⁸⁶ GONÇALVES, C. W. P. "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de territorialidades." In: CECEÑA, A. E. e SADER, Emir (coord.). *La guerra infinita. Hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 226.

O *time is money*, uma das máximas centrais de uma sociedade mercantil que se institui a partir da Renascença —é só mais uma das indicações da sobrevalorização, nesta sociedade, do tempo sobre o espaço. Afinal, não se diz *space is money*, muito embora saibamos que não sendo a riqueza redutível à sua expressão simbólica —o dinheiro— a constituição da sociedade mercantil européia implicou, desde o início, a conexão com outros mundos de vida de onde provinha a matéria tangível (ouro e prata, por exemplo)."⁸⁷

Neste parágrafo percebe-se claramente a supremacia do tempo com relação ao espaço.

Agora, acrescentando o poder nesta relação entre o espaço e o tempo, Foucault estabelece uma crítica sobre a possível desqualificação do espaço em prol do tempo. Foucault menciona que:

"Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. Foi com Bergson, ou mesmo antes, que isso começou. O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético."⁸⁸

Mas, a crítica de Foucault com relação à visão do espaço está bastante centrada em uma visão geográfica tradicional que vinculava a Geografia, assim como o espaço a questões militares, o poder militar. Neste sentido, Foucault admite que são criadas metáforas para designar termos geográficos, especialmente sobre a questão espacial, enfatiza que certas metáforas espaciais são:

"... tanto geográficas quanto estratégicas, e isso é muito normal visto que a geografia se desenvolveu à sombra do exército. Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico, pode-se observar uma circulação de noções: a região dos geógrafos é a mesma que a região militar (de *regere*, comandar) e província o mesmo que território vencido (de *vincere*). O campo remete ao campo de batalha..."⁸⁹

Essa postulação de Foucault representa uma abordagem que foi amplamente discutida na Geografia. Lacoste defendia que tanto a Geografia quanto o espaço podiam ser considerados instrumentos estratégicos do poder militar. Lacoste diz que:

⁸⁷ GONÇALVES, idem.

⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997. p. 159.

⁸⁹ FOUCAULT, op. cit., p. 158.

"... a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. Para toda ciência, para todo saber deve ser colocada a questão das premissas epistemológicas; o processo científico está ligado à uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. Colocar como ponto de partida que a geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares, ela serve também para organizar territórios, são somente como previsão das batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade."⁹⁰

Assim, pela lente de Lacoste, entende-se que a atuação do poder militar através do espaço geográfico, assim como o seu uso e autoridade caminham juntos.

Este autor admite que as funções ideológicas e políticas da Geografia sirvam à ciência. Contudo, a ligação entre a ciência e o empreendimento do general (em determinadas épocas, como por exemplo, a geopolítica hitleriana, pode ser considerado um fato notório e bastante vivo desta ligação).⁹¹

Ainda sobre espaço e poder, Claval diz que existe uma relação entre o espaço, a vida social e o poder. O poder é considerado um elemento de explicação indispensável. A vida social: inscreve-se no espaço e no tempo, realiza ações sobre o meio ambiente e interações entre os homens.⁹² O espaço intervém de várias maneiras na vida social: como apoio da vida e da atividade, combina produções e possui várias utilizações; como obstáculo à vida de relação (distância/comunicação), pois pode se tornar oneroso quanto ao transporte (pela distância) e difícil o deslocamento (prejudicando a comunicação); como simbólico, neste caso refere-se a imagens mentais (as imagens mentais são importantes para compreender a configuração dos grupos e forças, trabalho e qualidades reais do território que se é ocupado).⁹³

Também, é importante ressaltar que para Claval, a centralidade do poder na organização social é relevante, sendo assim:

"O poder, como fenômeno central de organização social, está ligado à dimensão das sociedades: a competição pelos bens e pelo prestígio existe em todas as civilizações, mas nas células pequenas traduz-se mais por uma consciência política aguda do que por uma estruturação geral. Nas sociedades amplas e numerosas, a situação é outra: o equilíbrio só é

⁹⁰ LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Editora Papirus, 1988, pp. 22/23.

⁹¹ LACOSTE, op. cit., p. 24.

⁹² CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, pp. 7-11.

⁹³ CLAVAL, op. cit., pp. 15-21.

possível pela criação de instituições que dela resultam, mas levam em si a tentação do poder e necessitam a definição de arquiteturas complexas."⁹⁴

Um lugar é palco das relações que ali se estabelecem e o poder é o campo que mais se evidencia, seja-o militar, político e até mesmo civil.⁹⁵

Sobre o conceito de poder, diversas podem ser suas origens, suas significações, por esta razão, uma conceituação geral para o termo é uma tarefa considerada inalcançável por alguns autores.

Machado, na introdução do livro *Microfísica do Poder*, comenta que para Foucault não há de se produzir uma teoria geral do poder pelo fato desta possuir uma multiplicidade de práticas, variedade e descontinuidade.⁹⁶ Nessa mesma linha de pensamento, Luhmann escreve que "[e]xistem diversas e contraditórias tentativas de reduzir o fenômeno do poder a um conceito bem sucedido teórico e empiricamente."⁹⁷

Por mais que se tente não consegue se estabelecer um conceito geral e universal para o poder. Muitas são as suas práticas, origens, formas e relações. Contudo nota-se um consenso em dizer que as formas mais observadas de práticas de poder estão expressas na ação do poder político e na ação do poder econômico.

Para Stoppino, "[o] poder social não é uma coisa ou sua posse: é uma relação entre pessoas."⁹⁸ Ainda para ele, o poder no sentido mais geral significa a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos, como a objetos ou fenômenos naturais.⁹⁹ Este autor admite que o poder pode ser considerado um fenômeno social sendo visto como uma relação entre os homens. Trata-se de uma relação triádica, sendo necessário, ao analisar um certo poder, especificar: a pessoa ou grupo que o detém; a pessoa ou grupo que a ele está sujeito e a esfera de atividade à qual

⁹⁴ CLAVAL, op. cit., p. 15.

⁹⁵ Em MODESTO, N. S. D'Ávila. *As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo*. Niterói: UFF, 2003, 153p. (Dissertação de Mestrado), pp. 43-44, o autor descreve o que Novy estabelece como definição para palco e campo. Campos: definem a ação dos atores e estruturas práticas e discursos. Palcos: podem ser qualquer lugar onde atuam os atores.

⁹⁶ MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997, introdução: pp.X/XI.

⁹⁷ LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora UNB, 1985, introdução: p.3.

⁹⁸ STOPPINO, Mario. "Poder". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 3.ed. Brasília: Editora UNB/Linha Gráfica Editora, 1991, v.2.,p. 934.

⁹⁹ STOPPINO, op. cit., p. 933.

o poder se refere (a esfera do poder).¹⁰⁰ Stoppino continua e acrescenta que o poder ganha um papel crucial na política, apesar de apresentar-se em todas as faces da vida social. O poder se estabelece pelo que o autor considera clássico. O clássico para Stoppino é a abordagem de Max Weber que concebe o mando e a obediência como básicos fundamentos da política (materiais e de legitimidade) e que ambos são tipicamente políticos. Sendo assim, de um poder legítimo é que se surge a autoridade.¹⁰¹

Além da compreensão de como o valor e o poder estabelecem relações espaciais, é de extrema importância apontar mais um assunto que é a territorialidade.

A territorialidade corresponde a mais um conceito considerado multifacetado, pois abriga uma gama de inter-relações diversas envolvendo poder, valor e o próprio espaço.

Para Raffestin, a abordagem da territorialidade se faz a partir da discussão sobre território, desta forma desenvolve um debate sobre o surgimento de um território a partir do espaço, sobre o sistema territorial, até chegar em territorialidade. O que descreve como três etapas de itens necessários para o entendimento de território.

Sobre a origem do território, menciona que há de se fazer uma distinção entre território e espaço, mesmo que o primeiro surja do segundo, por isso, o espaço pode ser considerado anterior ao território e determinante deste. Acredita que nos últimos vinte anos têm-se criado esforços para conceber o espaço como uma noção e o território como um conceito.

Compreende que o território "... é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si."¹⁰²

A respeito de um sistema territorial é o que considera explicar como surgem e se mantêm os territórios que:

"A partir de uma **representação**, os **atores** vão proceder à **repartição das superfícies**, à **implantação de nós** e à **construção de redes**. É o que se poderia chamar de "essencial visível" das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. Mesmo que não

¹⁰⁰ STOPPINO, op. cit., p. 934.

¹⁰¹ STOPPINO, op. cit., p. 940.

¹⁰² RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 144.

sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias."¹⁰³ (griffo nosso)

A representação da localização do lugar e a repartição das superfícies pode ser entendido como o lugar delimitado e sua organização espacial, daí a importância dos atores que são os elementos constitutivos deste território, que geram as ações e que se movimentam nesta superfície, se inter-relacionam com os nós e redes criados dos diversos sistemas que podem existir: econômico, político, social e cultural.

Raffestin demonstra de uma forma matricial este desenvolvimento na tabela abaixo:

Tabela 6 – Sistema territorial.

O sistema territorial

Sistemas de objetivos e de ações Conhecimentos e práticas Elementos do Espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Fonte: RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 152.

Raffestin acrescenta que o quadro, apresentado acima, resume a produção territorial, contudo, não a explica totalmente, pois é necessário que se recorra aos princípios ou códigos que assegurem por intermédio de sistemas sêmicos, a comunicação entre os seus modos de produção e espaço.

A territorialidade envolve as ações dos atores que vivem em um dado território sua relações existenciais e/ou produtivistas. Independente das relações que se estabelecem:

¹⁰³ RAFFESTIN, op. cit., p. 150.

"... todas são consideradas relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele."

Concluindo, a relação entre espaço, território e territorialidade pode ser assumida como um jogo de interseções onde: o espaço contém o território que contém a territorialidade.

Todas as ações ocorridas em um a territorialidade específica determinam e são determinadas pelos atores, território e espaço.

2.2. Guaxindiba não está no mapa: onde fica Guaxindiba?

Como todo e qualquer lugar, o município de São Gonçalo sofreu alterações com o passar do tempo. Mudanças ocorreram na sua paisagem físico-geográfica, na sua população, economia, política, organização sócio-cultural e territorial. Percebe-se na história publicada de São Gonçalo, por escritores gonçalenses, uma infinidade de momentos pitorescos¹⁰⁴. Não duvidando desses momentos de glória do município, ressalta-se que também ocorreram alguns declínios na sua economia tanto agrícola (do século XIX e XX), quanto no seu processo industrial (meados do século XX).

Guaxindiba, na literatura gonçalense, é bastante citada. Historicamente é um local pitoresco pelos que defendem que o município começou a se formar nesta localidade.

À primeira vista, ao chegar em São Gonçalo, nada de muito diferente é percebido em relação a outros municípios brasileiros e mesmo a outro município da própria região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, ao qual este pertence. O que se vê por lá, também é possível ser visto em outras regiões da RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A mesma sensação que se sente em outras localidades da RMRJ, se sente ao chegar, a primeira vez, em Guaxindiba, com todas as dificuldades em seu acesso, das ruas

¹⁰⁴ O uso deste termo, assim como expressões de mesmo sentido, são bastante comuns aos escritores gonçalenses que dedicam suas pesquisas ao município. Como exemplo, VARELLA e MENDES FILHA, op. cit., p. 17, mencionam que "...começamos um trabalho de pesquisas sobre a **riqueza histórica da região**." (grifo do autor).

sem asfalto, da poeira que sobe nas ruas ao passar um carro, das vacas que às vezes cruzam o caminho do ônibus, das crianças de pé no chão, dos urubus voando no céu sobre a sua cabeça pela existência do lixão muito próximo dali, dos carros abandonados e depenados em matagais. Sensação a mesma de estar em qualquer outro lugar composto por uma população de poucos recursos e de pouca ou nenhuma política pública séria sendo desenvolvida. Ao mesmo tempo em que se encontram características idênticas em outros bairros metropolitanos da baixada fluminense, aos poucos, ao permanecer longamente no lugar, vai se descortinando em sua paisagem, vestígios de um passado agrícola, como tradicionalmente as casas com quintal e pequenas plantações e criações de subsistência, rios importantes de sub-bacias contribuintes à baía de Guanabara, áreas pantanosas, mangues, fazendas, uma fábrica, um passado confuso ora com honras, ora com controvérsias sobre a sua formação, além das intensas degradações ambientais de seus ecossistemas. Aspectos que geram uma certa peculiaridade ao lugar devido às relações que podem estar estabelecidas ali pelas ligações entre seus aspectos.

Mas a pergunta que é sempre feita é: onde fica Guaxindiba?

Guaxindiba situa-se no município de São Gonçalo que estende-se por 251 km²¹⁰⁵ e está dividido administrativamente em cinco distritos: 1º Distrito - São Gonçalo - sede municipal; 2º Distrito - Ipiúba; 3º Distrito - Monjolo; 4º Distrito - Neves e 5º Distrito - Sete Pontes. (Veja Mapa 1 – página 2)

A área compreendendo os cinco distritos de São Gonçalo, limita-se dentro da RMRJ: ao norte pelo município de Itaboraí; ao sul pelos municípios de Niterói e Maricá; à leste pelos municípios de Itaboraí e Maricá; à oeste pelo município de Niterói e pela baía da Guanabara. (Veja Mapa 2 – página 3)

O município de São Gonçalo é dividido em 91 bairros. Os bairros são delimitados em representados em mapas. Os sub-bairros não são delimitados e nem representados em mapas, o que gera grandes confusões, pois possuem áreas imprecisas. Apesar de existirem placas nas estradas indicando a entrada para estes lugares e boa parte dos moradores receberem correspondências com o endereçamento postal constando o nome dos sub-bairros, estes não se encontram em nenhum mapa da prefeitura.

¹⁰⁵ IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 13 jun. 2003.

Guaxindiba é um caso deste, localizada dentro do bairro do Bom Retiro, não possui seus limites delimitados. Bom Retiro localiza-se no 3º Distrito, chamado Monjolo, situado ao norte do município. (Veja Anexo 10, Mapa 13, Bairro de Bom Retiro).

Daí, a pergunta simples: onde fica Guaxindiba? Torna-se uma pergunta difícil de se precisar.

Segundo Modesto, um bairro é dito como uma parte de uma cidade ou de uma vila com a função de tornar mais fácil o controle administrativo dos serviços públicos e mais precisa a orientação das pessoas.¹⁰⁶

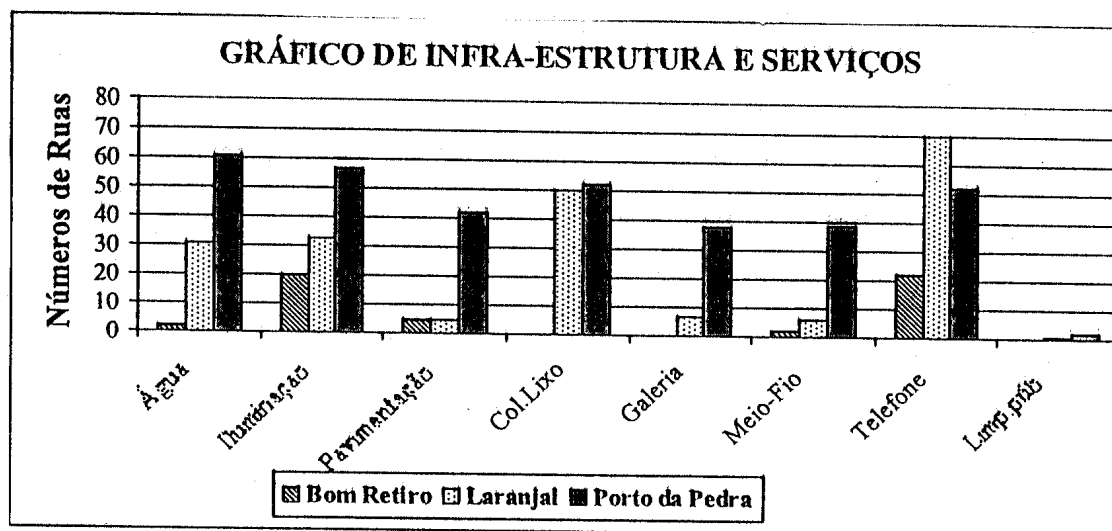
Na pesquisa de Modesto, na qual faz um levantamento da heterogeneidade dos bairros de São Gonçalo em termos de infra-estrutura, percebe situações bastante adversas do município. Classifica os bairros em três grupos, com relação principalmente ao abastecimento de água e esgotamento sanitário: (a) com um bom abastecimento, (b) com um abastecimento intermediário e (c) não abastecido.¹⁰⁷

Como representantes dos grupos definidos acima, o autor escolheu três bairros de: Porto da Pedra, Laranjal e Bom Retiro. Com relação ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços de infra-estrutura, o bairro de Bom Retiro é o que apresentou em sua pesquisa a maior quantidade de deficiências.

¹⁰⁶ MODESTO, op. cit., p.71

¹⁰⁷ MODESTO, op. cit., p.70

Gráfico 2 - Infra estrutura e serviços em Bom Retiro.



Fonte: Fundação CIDE (1998) elaborado pelo autor.

Fonte: Modesto, op. cit., p.76.

Para Modesto:

"A situação do atendimento dos demais serviços urbanos apresenta-se de forma caótica, em especial, se levarmos em consideração o número de ruas (121 no total) que compõem o bairro e o quantitativo de pessoas, ou seja, superior a 12 mil. As condições de infraestrutura nesse bairro são impactantes, o mínimo passa a ser o "máximo" para essa comunidade."¹⁰⁸

O que intriga o autor é o que pode estar por trás dessa distribuição de infra-estrutura tão irregular. Faz relações entre as questões de poder político e territorialidade com a dialética do público e privado.

No caso deste trabalho, direcionando o enfoque para a localidade de Guaxindiba, acredita-se que os fatores que podem estar por trás da condição precária de certos lugares de São Gonçalo, além da má distribuição de infra-estrutura, questões que envolvem o poder político com interesses que variam entre o público e o privado sob formas estratégicas territoriais.

2.3. Possíveis relações de poder de um Coronelismo gonçalense

¹⁰⁸ MODESTO, op. cit., p.76

Na história política do Brasil, o autoritarismo do Estado possuía um certo caráter paternalista. Este paternalismo também foi uma constante em outras esferas sociais, dentre elas a que pode ser dita como sua maior expressão foi o coronelismo, cuja relação de domínio e a dependência se dava pelo clientelismo. O paternalismo serviu para buscar a legitimação e autoritarismo do poder central através de atores e grupos dominantes locais.

Um exemplo apropriado de relações de poder foi as que se deram pelo conhecido coronelismo. Vários autores se dedicaram e se dedicam a estudar a evolução histórica da estrutura política brasileira sob a visão centralizada do poder nas mãos de um indivíduo. Neste caso o indivíduo era chamado de coronel pela população, mesmo que não fosse militar. A princípio, o cenário que envolvia e promovia o coronelismo era o do mundo rural brasileiro. O rural dominado pelo latifúndio, o engenho, a fazenda e a estância. Normalmente constituído por um próprio e singular no interior, muitas vezes bastante afastado das grandes cidades, quase que completamente isolado. Sendo assim, as comunicações difíceis, feitas por carro de boi, cavalo, mula, burro, ou canoa, barco, balsa.

Jannotti menciona que, historicamente, o coronelismo possui sua origem constitutiva desde o período do Império, porém o seu auge é alcançado durante a República, principalmente, no período de Campos Salles antecedendo a revolução de 1930. Após esse período, o coronelismo entra em um processo de decadência e passa a existir em áreas economicamente inexpressíveis.¹⁰⁹

Diz ainda que "[d]e forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados."¹¹⁰ Esses coronéis eram considerados os representantes da população e autoridades locais, ou seja, indivíduos com certa influência em uma localidade que podiam ser vistos como detentores de potencial e prestígio capazes de atender as necessidades da população que representavam, fossem estas demandas na esfera pública ou privada. Recebiam o estereótipo de "... fazendeiro rústico, autoritário, brutal, ignorante, dispondo da vida dos demais habitantes do lugarejo [...] representantes da oligarquia

¹⁰⁹ JANNOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1992, 89p. (Coleção Tudo é História: 13), p. 7.

¹¹⁰ JANNOTTI, idem.

agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios."¹¹¹

Mesmo com todo o poder que um coronel possuía, o simplismo de atribuir-lhe todos os atos das esferas do poder deve ser evitado. Apesar de todo o poder que alcançaram – alguns com um raio de ação e prestígio nacional – seu controle era local e não participavam das esferas decisórias mais altas. Também, deve-se notar uma rede bem estruturada de influências: do poder local, estadual e federal.¹¹²

O coronelismo possui uma ligação muito estreita com o paternalismo e o clientelismo. As atitudes do coronel podiam ser vistas como atos de paternalismo sobre os seus protegidos. O clientelismo seria a relação política na qual o coronel (considerado o chefe, o patrão, o padrinho) dá proteção a uma pessoa ou grupo (o povo, o seu protegido, o cliente) em troca disto esse indivíduo ou grupo lhe dá um certo apoio. Desta forma ficava estabelecido um laço de submissão pessoal entre favorecido e o coronel, tal relação era independente de graus de parentesco e não possuía conotação jurídica. Nasce assim a famosa política do favor e mandonismo. Como todas as pessoas importantes em uma determinada localidade (o dono do armazém, o médico, o advogado, o prefeito, os vereadores, o delegado, o juiz, o padre, o professor etc.) procuravam possuir ligação com o coronel, isso de dava em troca de favores com o coronel que acaba se tornando padrinho de batizado de filho e de casamento dos favorecidos. Em troca dos favores, realizados, o coronel exigia que as pessoas votassem nos candidatos políticos que ele indicava para os cargos públicos (prefeito, governador, presidente da república, vereador, deputado e senador). Aquele que se negasse a votar no candidato do coronel perdia os seus favores ficava a mercê da violência dos jagunços ou capangas (como eram chamados os seguranças que trabalhavam na grande fazenda ou de alguma forma para o coronel). Os jagunços eram homens maus que formavam bandos armados, perseguiram, espancavam e matavam os inimigos do coronel ou qualquer um que ele determinasse.

Bursztyn trata do coronelismo do Nordeste¹¹³, onde esse movimento foi mais intenso, mas percebe-se ações semelhantes ao coronelismo, com o seu clientelismo e paternalismo

¹¹¹ JANNOTTI, op. cit., pp. 8-9.

¹¹² JANNOTTI, op. cit., pp. 10-11.

¹¹³ BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes/CNPQ, 1984.

em outras regiões. O coronelismo em si não existe mais, contudo deixou rastros, deixou herdeiros. Muitos políticos, ainda hoje, comportam-se como verdadeiros coronéis.

A centralização do poder, neste caso, é de explicação demasiadamente complexa, não cabe aqui neste trabalho desenvolvê-la, mas é imprescindível comentar que fazendo uma comparação superficial do coronelismo do Nordeste e a política em São Gonçalo, algumas semelhanças são encontradas.

Neste trabalho será tratado (no item 2.4 deste capítulo) o caso do zoneamento de São Gonçalo e a perspectiva de um pólo industrial, com decisões que demonstram um certo autoritarismo baseado na centralização do poder mecanismos de intervenção de um governo, como outros indícios pela história política deste município são encontradas também, mas que infelizmente não serão especificadas aqui neste momento.

Guaxindiba pode ser considerado um local em que o seu espaço se expressa de forma negativa, pois, se trata de um lugar com muita miséria, fracas políticas públicas se desenvolvem, fraca mobilização social, mas em compensação as relações de poder se fazem presente e podem ser percebidas de diversas maneiras no tempo e no espaço – principalmente através das decisões político-administrativas sobre o local.

Algumas decisões do governo em São Gonçalo podem ser definidas com o pensamento de Bursztyn quando diz que:

"... a partir do momento em que este se forma "autoritário ativo" segue uma estratégia que se reflete na utilização de instrumentos sobretudo econômicos. Tais ações, que levam a conseqüências sociais e espaciais importantes, além, é claro, dos efeitos econômicos, parecem visar a alvos políticos preestabelecidos. O nível político seria, assim, o objetivo implícito da ação do Estado que, através do sistema de planejamento, estaria promovendo mudanças de cima para baixo"¹¹⁴

São Gonçalo possui uma trajetória política repleta de contradições, escândalos e poderes centralizados. Um exemplo de decisões políticas que demonstram um certo autoritarismo no uso do poder político e que vem ao caso para este trabalho são as referentes ao uso do solo.

¹¹⁴ BURSZTYN, op. cit., p. 13.

Era bastante comum a figura do coronel em São Gonçalo, por exemplo, na reflexão de Monteiro sobre uma suposta desestruturação do rural no município, é constante o tratamento aos proprietários de terras e donos de fábricas por coronéis:

"... a importante "Uzina S.Gonçalo", [...] gerente desta importantíssima fábrica de doces, o Sr. Coronel Francisco Pinheiro [...] Como pode-se notar o município é agrícola e a Câmara Municipal contava em sua composição com os grandes proprietários da região, tais como o Coronel Serrado, proprietário da fazenda "Engenho Pequeno", o Coronel Azeredo Coutinho e outros mais, todos fazendeiros."¹¹⁵

Uma outra forma de verificarmos os atos de coronelismo é pelas decisões políticas tomadas no município, como exemplo, a divisão em rural e urbano.

Em 1962, no Governo do Prefeito Geremias de Mattos Fontes, por intermédio de uma deliberação, foi determinado em São Gonçalo que sua Zona Urbana compreenderia todo o território do município¹¹⁶.

Sobre este fato, Monteiro comentou que:

"A propósito dessa divisão feita pela Prefeitura, em rural e urbano, esclarecemos que ela não pode ser levada em conta, tendo em vista não existir um critério científico para tal e, há pouco, um Prefeito do Município transformou a zona rural em urbana, por decreto, para aumentar a arrecadação do erário municipal."¹¹⁷

Também consta nesta deliberação o regimento para edificações e as isenções de imposto territorial.

Ficam isentos de imposto territorial:

- imóveis não loteados empregados na atividade agrícola ou pecuária;
- imóveis loteados não edificados com área mínima de 10.000,00 m² que estivessem cultivados ou destinados à pecuária;
- terrenos loteados ou não com área inferior a 10.000,00 m² cultivados com hortaliças em perfeitas condições sanitárias;
- áreas não edificadas em consequência de suas condições naturais.

¹¹⁵ MONTEIRO, op. cit., p. 5.

¹¹⁶ Segundo o Art. 1º da Deliberação Nº 370/62 de 10 de novembro de 1962, São Gonçalo.

¹¹⁷ MONTEIRO, op. cit., p. 3.

Sendo assim por razões puramente políticas o município passa a ser 100% urbano, facilitando a implantação do processo de loteamentos municipais. São Gonçalo passa a ter o seu território todo recortado e vendido. Muitas antigas fazendas são desapropriadas e partilhadas, diversas áreas vastas do município, também. Surge assim Jardim Catarina, considerado um dos maiores loteamentos da América Latina.

Em 1998, no governo de Edson Ezequiel de Matos, pela Lei Nº 013/98, é instituído no município uma modificação no Plano de Organização Territorial, estabelecendo uma divisão do território em 7 zonas distintas:

Tabela 7 – Zoneamento de São Gonçalo.

ZONAS	OCUPAÇÃO (%)
Z1 - Estritamente Residencial	65
Z2 – Mista	65
Z3 - Mista Intensiva	70
Z4 - Predominantemente Industrial	50
Z5 - Predominantemente Rural	20
Z6 – Recreio	30
Z7 – Preservação	00

Estas zonas passam a trazer de volta ao município uma área rural e estabelece o uso do solo para edificações e ocupações. (Veja Anexo 11 – Mapa 14, Zoneamento de São Gonçalo).

Segundo o mapa de zoneamento criado para representar essas áreas, Guaxindiba, fica localiza tanto na Z4 quanto na Z7, que são zonas vizinhas e próximas.

Alguns detalhes devem ser observados que a Z7 é a região que faz parte da APA de Guapimirim, sendo a região de mangues e a Z4 seria então a área própria, segundo a Prefeitura para a instalação de um Pólo Industrial no futuro, com isso, já se antecipando, considera-se essa zona industrial. Contudo, ainda não existem industrias no local, somente

a fábrica o depósito de cimentos Mauá, um depósito da Petrobrás (recém-construído) e planos da estação Guaxindiba da linha 3 do Metrô.

Este fato deixa claro que as decisões, o mando e desmando, a organização territorial, tudo é decidido de acordo com as conveniências de quem governa.

2.4. A região metropolitana e a territorialidade em São Gonçalo

Para que toda essa discussão de mapa, geografia, guerra e poder? Na verdade, a inclusão dessas temáticas é para enfatizar que até em locais aparentemente abandonados (como Guaxindiba), o abandono algumas vezes não é descuido ou acaso. Estrategicamente lugares são deixados de lado para melhor serem manejados, as vezes pela localização e exposição social de um lugar, este torna-se mais acessível, ou menos acessível, mais ou menos controlável. Daí a inclusão, mesmo que breve, do tema poder como assunto relevante no item anterior.

Como as relações de poder envolvem domínio e submissão, quanto mais necessidades e privações uma localidade pode vir a ter, mais submissa aos seus governantes será. Mais domínio esse governante terá. E mais tempo existirá para que reações contrárias à dominação ocorram até que o objetivo do poder seja alcançado.

Além do poder político autoritário e centralizado, a territorialidade, também é uma representação das relações de poder que se fazem existir em um espaço geográfico.

Um aspecto importante sobre a territorialidade de São Gonçalo é observar que o município faz parte de uma região metropolitana¹¹⁸ e que é afetado pelas ações políticas locais, regionais e até globais. Estas ações relacionam-se de forma constante com elementos sociais e econômicos.

¹¹⁸ Faz parte da RMRJ, juntamente com outros 18 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim; Itaboraí, Itaguaí, Japerí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

A tônica sobre regiões metropolitanas vem sendo retomada e desencadeando importantes discussões no sentido de questionar suas existências, funções e até mesmo, gestões. Surgem ponderações sobre a territorialidade das regiões metropolitanas que eram vistas, a tempos atrás, somente como expressão de fenômenos da expansão urbana. As discussões avançam e abordam as relações sócio-políticas como constituintes ou elementos formadores dos espaços metropolitanos.

Para Fernandes e Fernandes, as regiões metropolitanas possuem lideranças que podem ser definidas como a base estratégica da constituição dessas regiões. Essas lideranças podem ser o próprio Governo, os partidos políticos, a comunidade e o empresariado. Ainda para esses autores, é na América Latina que as regiões metropolitanas mais crescem demograficamente. O desenvolvimento das regiões metropolitanas brasileiras segue, mais ou menos, os mesmos moldes de toda a América Latina (crescem de forma acelerada, desequilibrada, com uma enorme concentração populacional e com uma urbanização irregular).¹¹⁹

No Brasil, as regiões metropolitanas foram prescritas na Constituição de 1967 e criadas na década de 70.

Segundo Cardoso e Coelho, foram estabelecidas 9 regiões metropolitanas com a finalidade de tentar resolver os problemas urbanos nos grandes centros que estavam se agravando rapidamente. As primeiras regiões foram instituídas em 1973, através da Lei Complementar 14, de 8 de junho. Inicialmente, foram estabelecidas oito regiões: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Logo no ano seguinte, com a Lei Complementar 20, de 1 de julho, foi criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.¹²⁰

Cardoso e Coelho acrescentam que logo após a instituição das regiões metropolitanas foram criados organismos de administração e planejamento que em sua grande maioria foram extintos nas décadas de 70 e 80. Na RMRJ, o organismo responsável por sua administração era a FUNDREM. Este órgão se responsabilizava pela elaboração de diagnósticos, elaboração dos planos diretores dos municípios e projetos de leis de

¹¹⁹ FERNANDES, Marlene e FERNANDES, Almir. "Governança Metropolitana: conflitos e liderança." In: CARDOSO, E. D. e ZVEIBIL, V. Z. *Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

¹²⁰ CARDOSO, A. L. e COELHO, W. R. *Caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e das Políticas Habitacionais Municipais*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ/FASE, 2003, p. 2.

zoneamento. Devido as dificuldades de aprovações de seus projetos por causa de interesses municipais divergentes e conflitos constantes entre esta instituição e os municípios, sua extinção definitiva ocorreu em 1990. Portanto, a RMRJ encontra-se sem um órgão de planejamento e de sistematização de dados e informações.¹²¹

Segundo a DATASUS¹²², o Brasil possui um total de 33 regiões metropolitanas e a localizada no Estado do Rio de Janeiro¹²³ é de bastante importância para o país. Sua capital metropolitana é a cidade do Rio de Janeiro, que juntamente com a cidade de São Paulo vão constituir duas metrópoles nacionais.

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – RMRJ:

"... concentra capital, infra-estrutura e força de trabalho. Aí se encontra a maior parte das indústrias do Estado, formando um parque industrial bastante diversificado. Reúne também serviços altamente especializados nos setores financeiro, comercial, educacional e de saúde, assim como órgão e instituições públicas, entre outros.

Congregando aproximadamente 80% da população do Estado, a Região Metropolitana constitui-se também em espaço de pressão social marcado por grandes contradições, pois muitas vezes, o crescimento econômico não caminha junto com o atendimento das necessidades básicas da população. Essas questões podem ser diagnosticadas no espaço a partir de graves problemas, tais como: a distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos, a crescente demanda por habitações, marcada pelo aumento de submoradias e pela expansão de favelas, a intensa degradação do meio ambiente e o conseqüente esgotamento dos recursos naturais."¹²⁴

As atuais discussões sobre a criação de estratégias de desenvolvimento das regiões metropolitanas no Brasil decorrem do fato de que, muitas delas, encontram-se ou estagnadas ou deteriorando-se em termos sócio-cultural-político e de organização espacial, um bom exemplo deste fato é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As regiões metropolitanas brasileiras, de uma forma geral, continuam crescendo e abrigo nos dias

¹²¹ CARDOSO, e COELHO, op. cit., p. 3-4.

¹²² Segundo o DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2002, atualmente, no Brasil são 33 as Regiões Metropolitanas, além das 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE).

¹²³ O Estado do Rio de Janeiro possui uma divisão regional em: Região Noroeste Fluminense, Região Norte Fluminense, Região Serrana, Região das Baixadas Litorâneas, Região do Médio Paraíba, Região Centro-Sul Fluminense, Região da Baía da Ilha Grande e Região Metropolitana. As divisões regionais foram criadas dentro de uma grande discussão com muitos estudos a respeito e muitas controvérsias, dos próprios conceitos de território e região, travados na Geografia, que não cabe desenvolver aqui

¹²⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estado do Rio de Janeiro - Território*. 2. ed. Rio de Janeiro: SECPLAN/CIDE, 1998, p. 19.

atuais cerca de um terço da população brasileira. Aborda-se a necessidade de gestões metropolitanas ou governança metropolitana.

A governança que pode ser resumida como, o ato de governar ou administrar os recursos em prol do desenvolvimento de uma região pode ser boa ou má. Para Fernandes e Fernandes, a "... boa governança é sinônimo de uma sólida administração do desenvolvimento [...] se relaciona com a capacidade do Governo de criar e manter um ambiente institucional que fomente um desenvolvimento sustentado e equilibrado."¹²⁵ Sendo assim, "...uma boa governança metropolitana é essencial para a realização de um desenvolvimento sustentável e equitativo"¹²⁶ e nos dias atuais a governança para existir necessita buscar "...apoio de novas parcerias entre o Governo, a comunidade e o setor empresarial."¹²⁷ Também, a boa governança terá as mesmas características básicas encontradas em qualquer outro nível governamental, que para estes autores são: a responsabilidade, a transparência, a eficiência e a previsibilidade. Como existem diferentes lideranças, os autores também prevêem que conflitos são comuns em regiões metropolitanas e normalmente as suas origens são intergovenamentais, intersetorial, interinstitucional e territorial.

No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pode-se dizer que possui uma fraca governança metropolitana:

"... apesar de ter criado um Conselho Metropolitano, com funções consultivas, o Governo Estadual, no período de 1991-1994, não convocou reuniões, nem submeteu decisões ao Conselho. Foi, na época, uma iniciativa visando à substituição da então existente Agência Metropolitana do Rio de Janeiro, e seus Conselhos Deliberativos e Consultivo, com a justificativa de seu fraco desempenho técnico e político."¹²⁸

Apesar disto, alguns projetos são elaborados como com altos investimentos como é o caso do:

- Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara, conduzido pelo Governo do Estado com o apoio do BID;
- O projeto de Desenvolvimento do Porto de Sepetiba, conduzido pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, uma empresa pública federal;

¹²⁵ FERNANDES e FERNANDES, op. cit., p. 93.

¹²⁶ FERNANDES e FERNANDES, op. cit., p. 88.

¹²⁷ FERNANDES e FERNANDES, op. cit., idem.

¹²⁸ FERNANDES e FERNANDES, op. cit., p. 109.

- O Plano Metropolitano de Transporte de Massa, administrado por um colegiado governamental de vários níveis, entre outros."¹²⁹

Um outro aspecto interessante abordado sobre regiões metropolitanas é a visão de descentralização e recentralização descrita por Fontes. Para o autor, a descentralização de poder e controle, é o que vem ocorrendo com a participação maior de outras instâncias na gestão das regiões metropolitanas, diferentes das instâncias governamentais. Em contrapartida surge a recentralização que é a transferência desse poder e controle para outro líder. Fontes não vai tratar do assunto de forma a determinar líderes, pois percebe uma região metropolitana como um espaço social, com uma intensidade de fluxos e direções" que não são limitados pela dimensão físico-territorial. Sendo assim, os líderes são denominados atores sociais. Para cada ator a noção de espaço será percebida de forma diferente, assim como os seus interesses. Por isso, as percepções e ações de um Governo serão distintas de um empresariado (que normalmente só visa o lucro), portanto ambas distintas de uma comunidade.¹³⁰

A descentralização ocorre em função de uma nova dimensão social criada pelos atores sociais (movimento que surge com intensidade após a década de 80) de pressão e reivindicação com relação às alterações nos patamares de crescimento do país, desejando uma participação no sistema político vigente. Assim, o objetivo da descentralização é "... transformar a organização do território de acordo com o que parece ser as características de um novo estilo deste padrão de crescimento. Vale dizer, a concretude do território deverá refletir as necessidades inerentes às relações dadas pelo binômio global/local de uma nova dinâmica econômica."¹³¹

A consequência deste fato é a recentralização que surge como movimentos de "... determinados grupos detentores do poder se reorganizam em distintos arranjos institucionais objetivando a gestão de um dado espaço, neste caso específico, o espaço metropolitano."¹³²

¹²⁹ FERNANDES e FERNANDES, op. cit., p. 110.

¹³⁰ FONTES, Angela M. M. "Descentralização e Recentralização: onde fica o espaço metropolitano." In: CARDOSO, E. D. e ZVEIBIL, V. Z. *Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

¹³¹ FONTES, op. cit., p. 119.

¹³² FONTES, op. cit., p. 123.

Capítulo 3. Rural, urbano ou o quê?

3.1. Do rural e do urbano

3.1.1. As visões de rural e o que dizem de urbano

São tantas as indagações, obviamente que não é possível abarcar todas neste trabalho, nem muito menos realizar um aprofundamento dos assuntos escolhidos.

Nesta parte do trabalho é relevante comentários sobre o rural e urbano. Porém, discussões sobre rural e urbano podem desencadear argumentações sobre outros temas interligados como: campo, cidade, urbanização, população, metrópoles etc.

Nestes temas estão embutidas suas puras conceituações, mas também as suas formações como, por exemplo: a formação do campo, da cidade, da urbanização. Pode inclusive, surgir uma sugestiva vontade de se discutir as diferenças desses temas no mundo. Enfim, muitos caminhos podem ser explorados.

Neste trabalho será desenvolvido apenas o diálogo entre o rural e o urbano mais precisamente no Brasil. Contudo, abre-se um pequeno parêntese para mencionar algo sobre campo, cidade e urbanização.

Em meio a toda a discussão do que é rural e do que é urbano, torna-se comum o rural e o urbano serem substituídos por campo e cidade. Apesar de serem utilizados com bastante frequência como sinônimos de rural e urbano, também podem referir-se a algo diferente, ou até mesmo a um momento histórico tanto do rural quanto do urbano.

Na forma mais simples de busca de definição que é a do dicionário^{133 134}, se encontram algumas notas interessantes. Como por exemplo, o campo pode ser definido como um local de grandes extensões de terras, sem mata, com ou sem árvores esparsas,

¹³³ FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI. Rio de Janeiro: Lexikon Informática LTDA/Nova Fronteira, 1999. Versão 3.0. CD-ROM.

¹³⁴ É compreendida a complexidade teórica de termos utilizados nesta dissertação, todas as vezes que se utilizar definições do Dicionário Aurélio, isto será feito com plena consciência da ampla discussão acadêmica teórica de muitos termos e noções. Contudo, em alguns momentos, se optará por uma breve significação que com o uso do sentido oferecido pelo dicionário, se acredita que uma significação ou explicação breve é atendida.

áreas que podem ser destinadas às pastagens do gado e ao cultivo agrícola. Áreas que se localizam fora do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades, ou seja, um lugar amplo e sem edificações. E o rural é visto como uma porção do campo, como pertencente ou relativo ao campo. Como se existisse o campo e nele estivesse contido, dentre outros elementos, o rural.

O mesmo vai acontecer entre cidade e urbano. A cidade pode ser vista como um complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma concentração populacional. Um local onde as atividades são não agrícolas e a dedicação econômica é de atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural. Dentre outros elementos, a cidade vai conter o urbano.

Sendo assim, o campo contém o rural e a cidade contém o urbano e observa-se que o rural pode existir no urbano, sendo rara a sua existência na cidade.

Nesta pesquisa, se considera o campo e a cidade mais antigos do que o rural e o urbano. O campo se confunde mais com espaços naturais do que o rural e as cidades existiram no mundo muito antes da urbanização e do urbano.

Com a revolução industrial, conseqüentemente a urbanização e o alastramento do capitalismo no mundo, as cidades se modificaram e as novas cidades são completamente diferentes das antigas.

Santos comenta que tanto na Ásia, na África e na América, as cidades podem ser datadas em até milhares de anos atrás, isto sem contar a Europa. Após a revolução industrial que traz consigo a urbanização, as cidades se modificaram e são criados novos modelos citadinos. Ou seja:

"Na realidade, no que respeita às cidades antigas, a mudança de natureza do fenômeno urbano data com grande freqüência do período posterior à revolução industrial, com a diferenciação de novas funções que modificaram tanto as relações da cidade com a região como a própria estrutura interna da cidade."¹³⁵

Isto refere-se a um novo "tipo histórico de cidade"¹³⁶ e a uma "eclosão de tipo moderno de civilização"¹³⁷, que não só segue as regras da visão de organização

¹³⁵ SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo, 1982, p. 12.

¹³⁶ SANTOS, 1982, *idem*.

¹³⁷ SANTOS, 1982, *idem*.

caracteristicamente européia, como em muitos lugares terão funções (no mundo colonizado). Um grande exemplo são as cidades latino americanas que surgem com funções e à serviço dos países metrópoles, colonizadores, ditos mais evoluídos e civilizados. Estas cidades surgem como ferramentas da expansão agrícola e exploração mineira que alimentava o comércio e "[g]raças ao fato de que o ritmo do progresso não era ainda acelerado, a adaptação das cidades aos modelos europeus produzia-se sem obstáculos."¹³⁸

Também após a revolução industrial, o pensamento sobre o rural no mundo se fez presente, quando surgem diferenças mais acentuadas entre os espaços já existentes e suas organizações e as novas aglomerações humanas e suas novas organizações e formas de modificação espacial e produção: a urbanização.

A urbanização que pode ser vista como o processo de criação e/ou de desenvolvimento de trabalhos necessários para dotar uma área de infra-estrutura (por exemplo, água, esgoto, gás, eletricidade etc) e/ou de serviços urbanos (como transporte, educação, saúde etc), ¹³⁹ se diferencia de continente para continente e no interior dos mesmos. No caso da América Latina, as diferenças percebidas mais fortemente são entre a costa do Pacífico e a costa do Atlântico.

Para Santos, devido a existência das cordilheiras da costa do Pacífico, as cidades puderam se localizar no interior e com isso desenvolver funções específicas como a da exploração mineira em um primeiro momento, a agricultura comercial em um segundo momento e o "fisco" (sistema impositivo espanhol de cobrança de impostos). Já na costa do Atlântico, as cidades foram litorâneas, com portos e aproveitavam da vantagem de proximidade das zonas agrícolas mais importantes:

"Os fenômenos descritos acarretam numerosas manipulações dos produtos *para* a cidade e *na* cidade, o que resulta no aumento da população e nos empregos. Estes efeitos de multiplicação se devem à especialização (precoce) das tarefas. A *multiplicação das atividades* conduz a uma espécie de coalescência das funções: a cidade é uma cidade de comerciantes, residência de agricultores acomodados e de funcionários; é, portanto menos sensível que as cidades mineiras às freqüentes crises econômicas, o que é tanto mais certo quanto na região seja cultivado mais de um produto. Por exemplo: Buenos Aires, trigo mais gado; Salvador, açúcar mais tabaco; Recife, açúcar mais algodão."¹⁴⁰

¹³⁸ SANTOS, op. cit., 1982, p. 13.

¹³⁹ FERREIRA, op. cit.

¹⁴⁰ SANTOS, op.cit., 1982, p. 16.

Como do lado do Pacífico existia a dificuldade de comunicação que não existia no lado do Atlântico, surgem as regiões metropolitanas na América Latina. Áreas de fácil acesso e de comunicabilidade. As duas mais importantes foram o Brasil e a Argentina.

Porém, as cidades latino americanas já surgem com problemas "[...] relativos à moradia, aos serviços públicos, ao emprego e ao desenvolvimento nacional."¹⁴¹

Neste caso a urbanização foi uma variante causadora de desequilíbrios por auxiliar nas desigualdades que foram geradas pela sua falta em locais que são considerados integrantes de perímetros urbanos, no caso as periferias. Outro assunto de ampla discussão.

Voltando ao assunto de rural e urbano, ambos representam algo de difícil delimitação e de grande complexidade o seu estudo.

Apesar do enleado caminho teórico que foi criado para o tema campo/cidade, por um lado repleto de momentos de grandes entrelaçamentos, por outro lado repleto de momentos de impossíveis contraposições e de um período formado por extremas dualidades entre ambos, faz-se necessário uma breve reflexão neste trabalho sobre o tema. Mesmo sendo este assunto de amplo conhecimento dos que estão familiarizados com a sociologia rural e seus desdobramentos.

A visão de rural no passar do tempo variou bastante, assim como nos dias atuais existem diversas visões concomitantes a seu respeito.

Mesmo que atualmente existam algumas definições de rural, como definir um rural em uma sociedade pré-colombiana? Como defini-lo em uma sociedade medieval? Como encontrá-lo em uma sociedade da antiguidade oriental?

Estas questões são de difícil apreensão. É árduo o caminho de definição do rural, pois não se trata de um único rural, mas de vários. O rural variou no passar do tempo e de lugar para lugar e mesmo no tempo presente, a sociedade ainda depara-se com muitos rurais. Pode-se dizer que o mesmo acontece com o urbano.

Talvez seja possível dizer que o surgimento do termo rural esteja associado à sociedade moderna. Também, pode-se dizer que é uma criação européia.

Por uma visão tradicional, o rural é considerado como a paisagem e o espaço modificado pelo homem que mais se aproxima do ambiente natural, tendo nele o

¹⁴¹ SANTOS, op.cit., 1982, p. 20.

desenvolvimento de determinadas atividades ditas primárias dentro de uma classificação estabelecida que são os setores da economia. Não se pode afirmar que no passado existiram muito mais espaços rurais que na atualidade, pois nem todo espaço que se aproxima de um espaço natural é rural.

O rural não passa de mais um conceito concebido pelo homem. A definição de rural só começa a existir a partir de outras definições, como agricultura, pecuária e extrativismo. O rural desde os seus primórdios era visto como o local de abrigo de atividades primárias. Por isso, antes de existir a percepção dessas atividades, não existia o rural.

O rural nem sempre existiu. O homem se agrupava formando diversos tipos de organizações desde a sua pré-história que não podiam ser chamados de rurais, apesar de serem espaços modificados pelo homem.

Mesmo após o descobrimento da agricultura, determinadas localidades não podem ser chamadas de rurais ou até mesmo de campos, apesar de desenvolverem atividades chamadas primárias como é o caso de populações autóctones americanas e africanas e dos povos orientais.

Quando o europeu chegou na América não se deparou com espaços rurais, mas com outros tipos de organizações, diferentes, produtivas ou não.

Queiroz afirma que "... nem sempre teria havido heterogeneidade marcada entre campo e cidade, ou melhor, de que as relações entre ambos não teriam sido as mesmas."¹⁴²

Também, há de se acrescentar que os conceitos de rural e urbano surgem simultaneamente, como as suas relações. Não podia existir um rural antes de um urbano. Como não se pode negar a influência do pensamento europeu na construção desses conceitos tanto do campo como de rural, tanto da cidade como do urbano.

Decerto que não existem somente as categorizações chamadas rural e urbana para os espaços. Mas ambas representam as formas mais tradicionais e abrangentes para se categorizar um lugar.

Tanto o conceito de rural como o de urbano são construídos e reconstruídos constantemente e estão baseados na realidade e nos valores de seu tempo. Por exemplo, no período medieval existia um conceito de rural que não foi apropriado para ser utilizado em

¹⁴² QUEIROZ, M. I. P. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/EDUSP, 1978, p. 47.

tempos posteriores na sociedade moderna. Também, a construção do que pode ser ou não ser rural vai depender dos critérios de abordagens que lhe são aferidos.

Pode-se pensar o rural e o urbano pela clássica dicotomia que foi criada entre ambos e seguida por muitos, durante um longo tempo, por toda parte. A validade desta dicotomia começa a ser discutida amplamente nos anos 70¹⁴³.

Para Sorokin, Zimmerman e Galpin, o mundo rural e o mundo urbano podem ser definidos pelo que chamam de características diferenciais. Algumas dessas diferenças podem ser ocupacionais; ambientais; referentes ao tamanho das comunidades; a densidade populacional; homogeneidade e heterogeneidade das populações; diferenciação, estratificação e complexidade social; mobilidade social; direção da migração e sistema de integração social.¹⁴⁴

O rural e o urbano podem ser analisados pelo contínuo. O contínuo é proposto pelo etnólogo americano Redfield, descrito por uma representação linear na qual o chamado *Folk* ou pequena tradição se modifica no tempo e no espaço alcançando o *status* de sociedade camponesa, prosseguindo até se tornar uma grande tradição ou o conhecido urbano¹⁴⁵.

Ou, no que diz Mendras sobre as fronteiras entre o rural e o urbano que "... dependem da investigação e não poderiam ser determinados *a priori*; a passagem do "meio" rural ao meio urbano faz-se insensivelmente numa zona marginal que se desloca continuamente. Convirá então, para cada região, estudar *in situ* êsse fenômeno".¹⁴⁶

Segundo Queiroz, o ponto de partida das especulações sobre o rural no Brasil se dão com o dito "*exotismo* da vida dos caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome por que são considerados nas diversas regiões do país."¹⁴⁷ E quando exatamente surgem estas figuras?

No Brasil, o rural se misturava com outra questão que é a de interior. Já que no litoral estava o moderno, o urbano e no interior se encontrava o isolado, rústico, oposto ao

¹⁴³ MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. *A difícil delimitação do urbano e do rural*. Revista Crítica de Ciências, n. 22, 1982, pp. 83-99.

¹⁴⁴ SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. "Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano." In: Martins, J. S. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981, pp. 198-224.

¹⁴⁵ REDFIELD, R. "Peasantry: Part-Societies." In: Redfield, R. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: Midway Reprint, 1989, pp. 23-59 (1. ed. 1956).

¹⁴⁶ MENDRAS, H. "Sociologia do meio rural." In: Mendras, H., Gurvitch, G., Courtin, P., Bose, S. P. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 43.

¹⁴⁷ QUEIROZ, op. cit., p. 47.

moderno. Reflexos de uma forma dicotômica de pensar sobre o rural e o urbano que vigorou durante muito tempo.

O Brasil por ser um país de tantas contradições, uma delas é a que existe viva e forte em suas paisagens em forma de áreas que não se definem nem como urbanas e nem como rurais. Áreas que para alguns pesquisadores podem ser consideradas "rurbanas", "novo rural" ou ainda áreas de "ruralidades" específicas. Sendo respectivamente Freyre¹⁴⁸, Graziano¹⁴⁹ e Carneiro¹⁵⁰ como os principais autores dessas categorizações do espaço, outros sem dúvida são tão importantes quanto.

Em Freyre¹⁵¹, percebe-se uma visão bastante conservadora, uma visão tradicional de rural, como um espaço mais próximo da natureza que o urbano, talvez até considerasse o rural como o próprio espaço natural. Já o urbano, o local bem afastado do natural, sendo dinâmico e moderno, abastecido por inovações continuamente. Para Freyre, com as mudanças que ocorreram no Brasil devido a sua industrialização, surge uma certa aproximação do que era conhecido como caracteristicamente urbano e o que era conhecido como caracteristicamente rural. Contudo, o autor admite que o desenvolvimento e a modernização tendem a transformar o espaço urbano e torná-lo rico materialmente.

Para Freyre, a solução para esse desequilíbrio seria uma mesclagem de ambos os espaços trazendo para o atrasado (economicamente) espaço rural a modernidade e avanços do urbano. Daí o seu "ideal rurbano", que seria uma integração do que para ele é bom do rural e o que é bom do urbano (o lugar ideal). Pode ser arriscado afirmar, mas percebe-se em Freyre, na constituição desse ideal rurbano, uma complementarização entre ambos os espaços (rural e urbano), mas sempre se referindo a ambos de forma que se considere o rural o espaço a ser mantido e o urbano o local da mudança e modernidade. Essa sua reflexão está impregnada de medidas que envolvem políticas públicas de amparo à sociedade. Considera que o Estado é o maior responsável pela manutenção de políticas que impeçam o desequilíbrio entre rural e urbano, sendo assim, nesse raciocínio, toda e qualquer medida de política pública deve surgir de cima para baixo.

¹⁴⁸ FREYRE, Gilberto (a). *Rurbanização: que é?* Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982, p.p. 11-79).

¹⁴⁹ SILVA, J. Graziano. *O Novo Rural Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em 07 set. 2001.

¹⁵⁰ CARNEIRO, M. José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA. Estudos Sociedade e Agricultura. n. 11, Out., 1998, pp. 53-75.

¹⁵¹ FREYRE, op. cit.

Para Graziano¹⁵², o rural é ao mesmo tempo um típico espaço de atividades tradicionais, quando analisa o rural em si, talvez até bem parecido com o de Freyre, contudo menos nostálgico e mais capitalista. O rural de Graziano se distancia do rural de Freyre a partir de sua noção de "novo rural". Nesse momento, o rural afasta-se do tradicional, do típico, do agrícola para incorporar a modernidade e sua dinâmica, que até então eram características especificamente urbanas.

Outro enfoque que pode ser útil nesta reflexão é a fusão de rural e urbano de Freyre como um ideal de mesclagem das relações sociais, políticas, econômicas, culturais, não em termos espaciais. O que ocorre na formulação de Graziano, no qual a fusão é espacial, é porque as relações estabelecidas entre o rural e o urbano se dão no próprio espaço rural. Graziano trabalha com a categoria analítica do rural quando resume esse a um local tipicamente agrícola e tenta incorporar a contemporaneidade deste rural pelas suas mudanças, lançando mão da noção de "novo rural" como o local das atividades não-agrícolas.

Para Carneiro¹⁵³, o enfoque do rural por suas atividades tradicionais e/ou como somente agrícola deve ser repensado – tanto o nostálgico de Freyre, como o capitalista de Graziano –. Isso se deve ao fato de acreditar em um rural que vai além de suas atividades econômicas ou configurações espaciais, existindo uma série de relações que são travadas entre o rural e o urbano, mas também relações especificamente rurais que são estabelecidas.

3.1.2. O desenvolvimento rural brasileiro

O Brasil é um país que em suas bases de organização social e territorial e formação cultural, possui raízes tanto agrícolas como rurais. Essas raízes estiveram presentes de forma marcante na história brasileira e formaram estruturas de simples a complexas na organização social e na política do país.

Durante todo o período colonial, a agricultura foi a atividade econômica principal.

¹⁵² SILVA, op. cit.

¹⁵³ CARNEIRO, op. cit.

As relações estruturais de trabalho que compunham a sociedade eram escravistas, baseadas na exploração da mão-de-obra, no senhorio, no engenho e no enriquecimento dos proprietários de terras, sem contar das maiores mazelas que deixaram que foram o desrespeito ao ser humano e a degradação do ambiente.

Uma forma sucinta de descrever o período colonial é mencionar o que Queiroz afirma sobre este assunto.¹⁵⁴ A autora escreve que, a princípio, a sociedade neste período podia ser descrita por vazios demográficos porque os portugueses e índios eram poucos numerosos, daí a falta de mão-de-obra que sugeriu a importação de escravos africanos.

Ainda segundo Queiroz:

- as atividades agrárias podiam ser divididas em nobres – as monoculturas de exportação – e pobres – as roças de abastecimento local;
- a divisão de trabalho se apresentava de forma complexa na agricultura de exportação por possuir várias camadas sobrepostas, onde: a base era composta por homens negros, a porção intermediária por homens livres e o topo por fazendeiros.
- as estruturas das monoculturas eram mais complexas em sua divisão do trabalho (pois necessitavam de planejamento e muita mão-de-obra) e as fazendas de gado eram mais simples (por serem de atividades extensivas necessitavam de um número menor de mão-de-obra);
- os denominados roceiros eram os que não possuíam capital, sua única saída era a labuta na roça.

Mudanças começam a ocorrer nessas estruturas no século XVIII, devido a influências estrangeiras e a industrialização agrária.

Em termos político-econômicos, Weid resumiu de forma bem apropriada a história recente do rural brasileiro em:

"Historicamente, o desenvolvimento rural brasileiro foi sempre subordinado aos interesses dos grandes proprietários que faziam da exploração extensiva das terras e da exploração intensiva da mão de obra a essência do seu processo de acumulação de riquezas. Esta elite

¹⁵⁴ QUEIROZ, op. cit. p. 22-42.

rural foi obrigada a modernizar-se nos anos 60 e 70 sob pressão e estímulo dos governos militares. Créditos altamente subsidiados e condicionados ao uso de insumos químicos (fertilizantes, pesticidas, herbicidas, etc), mecanização e sementes de variedades melhoradas pela Embrapa para melhor reagirem à estes insumos provocaram o que se chamou de modernização dolorosa da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo, este processo gerou um imenso mercado para as indústrias de insumos, a maioria delas multinacionais."¹⁵⁵

O que Weid destaca como o lado doloroso desta modernização é representado pelos agricultores familiares, assalariados agrícolas, pequenos proprietários, no momento em que os tradicionais sistemas de exploração agrícola¹⁵⁶ foram substituídos por explorações contínuas de monoculturas mecanizadas. Sendo assim aqueles sistemas que não podiam se mecanizar passaram a empregar assalariados temporários (os bóias frias), também, os pequenos proprietários não conseguiam os créditos de subsídio que eram direcionados aos grandes proprietários, ainda como resultado disso tudo, muitas pessoas migraram do rural para o urbano em busca de outras fontes de renda, nos últimos 40 anos. Para completar este quadro, na década de 70 ocorrem as grandes obras de infra-estrutura juntamente com a acelerada ampliação de indústrias, serviços e setor imobiliário que absorve somente parte desses migrantes. As cidades tornam-se inchadas e com um grande número de desempregados. Explode assim, uma grande crise urbana com ocupação desordenada, destruição ambiental, problemas crônicos nos serviços (saneamento, saúde, educação) , tudo isto associado à violência.¹⁵⁷

Para Weid, a crise urbana "... tem suas raízes no modelo de desenvolvimento agrícola e no abandono total das populações rurais pelos serviços básicos que o estado deve garantir."¹⁵⁸ Para este autor é evidente que a solução da crise urbana passa pela solução da crise rural.

Sendo de grande importância um plano de desenvolvimento rural. Atualmente este plano é conhecido como PNDRS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural.

¹⁵⁵ WEID, Jean Marc von de. *Proposta de programa de desenvolvimento rural sustentável no Brasil?* CNDRS. Disponível em <<http://www.cndrs.org.br/documentos.asp?folder=>>>. Acesso em: 30 set. 2003a, p.1

¹⁵⁶ Sistemas baseados em parcerias entre grandes proprietários e agricultores familiares sem terra, moradores nas grandes propriedades.

¹⁵⁷ WEID, op. cit., 2003a, p.1-2.

¹⁵⁸ WEID, op. cit., 2003a, p. 2.

Dois autores geraram um intenso debate sobre o plano de desenvolvimento rural brasileiro, são eles: Veiga e Silva.¹⁵⁹

Ambos autores concordam com o que é discutido por Weid. Deixam claro que em um plano de desenvolvimento, seja rural ou não, deve incluir a situação econômica e social a qual está inserida a sua população, de forma ampla. Também um ponto comum é a discussão da definição de rural e urbano, os seus limites, suas fronteiras e suas interseções. A descentralização de poder político é imprescindível para tomadas de decisões, a maior participação da população (sendo representada de forma organizada), a vinculação de estratégias que envolvam outros aspectos sociais como pobreza, educação, infra-estrutura, meio ambiente, etc.

Contudo, Veiga e Silva abrem uma grande discussão travada nos últimos anos entre dois pontos de divergência sobre a forma de organização e produção do rural que é a discussão entre agricultura familiar e *agribusiness*. A partir daí, vão divergir em muitos pontos de discussão, principalmente no que realmente pode ser considerado rural e urbano e na caracterização de municípios urbanos.

É notório o envolvimento em defesa da agricultura familiar a qualquer custo por Veiga (Graziano não nega a importância da agricultura familiar, somente não acredita no amplo levantamento de suas vantagens sem discutir os seus pontos fracos), enquanto que a defesa por atividades não-agrícolas no campo, assim como a pluriatividade é amplamente analisada por Graziano.

Em junho de 2002, foi finalizada uma primeira versão do PNDRS, na qual fazem as seguintes opções estratégias a serem alcançadas entre 2003 e 2006:

- i. "Assegurar digna existência e sadia qualidade de vida aos que preferam habitar e/ou trabalhar fora das aglomerações metropolitanas e grandes centros urbanos.
- ii. Facilitar o acesso da população brasileira à efetiva liberdade de poder optar pelos modos de vida mais diretamente relacionados com a natureza.

¹⁵⁹ VEIGA, José Eli da, *et alii*. *O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. (texto provisório para discussão). Brasília: Convênio: FIPE/IICA (MDA-CNDRS/NEAD), Série Textos para Discussão, n.1, 2001, e SILVA, José Graziano; MARC, Jean e BIANCHINI. *Quem precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento?* Brasília: Convênio: FIPE/IICA (MDA-CNDRS/NEAD), Série Textos para Discussão, n.2, 2001.

- iii. Conservar e realimentar a fonte de recursos naturais do crescimento econômico, promovendo simultaneamente a justa repartição dos benefícios alcançados, em conformidade com os ideais da Agenda 21 das Nações Unidas.
- iv. Levar à prática cinco princípios constitucionais da atividade econômica: busca do pleno emprego, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, função social da propriedade, e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Para oferecer novas e melhores perspectivas aos 4.500 municípios rurais, nos quais vivem 52 milhões de habitantes é preciso favorecer as sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. Isto é, promover todas as formas de 'empreendedorismo' que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios. Mas esse verdadeiro oceano de municípios rurais só poderá exercer influência positiva se puderem formar consórcios locais com os demais municípios da microrregião. É absolutamente necessária alguma forma de articulação microrregional dos municípios rurais, que inclua seu eventual centro urbano e seus municípios ambivalentes, para que possa haver diagnóstico, planejamento, divisão do trabalho e capacidade operacional.

O rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos governamentais. O grande desafio está, portanto, em adotar uma orientação realista que possa viabilizar uma factível transição de ações setoriais para uma articulação horizontal das intervenções.¹⁶⁰

O rural brasileiro mudou muito nas últimas décadas e para Veiga esse processo vem ocorrendo de forma bastante veloz, principalmente após a redemocratização do país. Antes de apresentar a sua proposta de plano de desenvolvimento rural, o autor desenvolve toda uma discussão do que é rural e do que é urbano no Brasil. Acredita que enquanto não se sabe o que é um ou outro, torna-se bastante difícil uma definição de planejamento. Também considera que a definição desses espaços é algo extremamente complexo devido as diversas interpretações sobre essas categorias e devido a uma forte tendência ao dualismo e, conseqüentemente, da supremacia do urbano pelo rural. A área urbana cresce e se alastra, mas Veiga defende que isto ocorre também no rural, ao contrário do que se pensa. Sugere que haja uma reflexão a respeito das significativas mudanças que ocorreram no rural, principalmente por conta de dois processos distintos que vem se observando cada vez mais.

Segundo Veiga, surgiram basicamente dois projetos distintos de caracterização do rural nesse processo de mudança: um setorial e outro multissetorial.

O projeto denominado por teste autor como setorial visa maximizar a competitividade e como conseqüência o seu segmento primário, perante o segmento secundário sofre uma

¹⁶⁰ CNDRS. Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural – PNDRS. Brasília: CNDRS. Primeira versão, jun./2002, p .8-9.

minimização dos custos de produção e transação.¹⁶¹ Todo o processo do projeto setorial vem acompanhado de uma corrida tecnológica associada a uma especialização das fazendas e da mão-de-obra. É o chamado *agribusiness*.

O projeto denominado multissetorial visa maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões e no maior número possível de microrregiões rurais do Brasil. Demonstra-se contrário ao projeto anterior pois não se dispõe à uma especialização, mas sim a uma diversificação no processo de produção com resultados visíveis na economia local que se torna dinâmica em diversidade de atividades. É a chamada pluriatividade.

Veiga considera que as atividades dinâmicas da pluriatividade por serem mais diversificadas podem vir a tornar o setor terciário mais decisivo do que o setor primário, também são capazes de atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados. Já as atividades especializadas bloqueiam ou travam a diferenciação da economia (permanecem sob um caráter de subdesenvolvimento, mesmo em países avançados), demonstram um dinamismo em sua fase inicial, mas com a diversificação criada pelos negócios torna-se um enclave.

Em muitos pontos do texto, fica clara a tendência de Veiga em defender a pluriatividade do rural como solução para muitos dos problemas rurais brasileiros, pois:

"Ao mesmo tempo em que reduz a marcha da inevitável queda da população ativa no setor agropecuário, a pluriatividade favorece a industrialização difusa e a descentralização de serviços sociais, de serviços para empresas e vários tipos de serviços pessoais. Como consequência, há absorção local da sobra de braços, o que alivia os outros mercados de trabalho dos setores secundário e terciário das regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos, permitindo que o país acelere a adoção de inovações tecnológicas sem temer de desemprego explosivo. Com esta alternativa, o Brasil terá mais chances de ser uma potência econômica sólida e moderna por volta de 2020, atingindo um índice de desenvolvimento humano comparável ao da Espanha de hoje, com forte redução da pobreza."¹⁶²

A natureza multifacetada da renda familiar representa um dado fundamental para estudo deste projeto, pois pode gerar enormes equívocos.

¹⁶¹ O segmento primário é composto pela agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, enquanto que o setor secundário é formado pelas indústrias de transformação, exportadores, atacadistas ou centrais de compra das redes de varejo.

¹⁶² VEIGA, op.cit., p. 6.

Pode ser dito que o projeto multisetorial possui um alcance na eficiência do uso dos recursos pela exploração inteligente do trio:

- Economia de escala - "... permitem a redução do custo unitário de determinada mercadoria pelo aumento da dimensão operacional, em sua produção e/ou distribuição."
- Economia de escopo - "... são obtidas quando um mesmo esquema operacional passa a produzir ou distribuir mais mercadoria."
- Economia de transação - "são aqueles embutidos na transferência de mercadorias e serviços entre diferentes unidades operacionais."¹⁶³

A produtividade especializada do *agribusiness* possui um caráter patronal e a produtividade pluriativa está baseada na dinâmica criada pelas famílias rurais.

O desempenho, as perspectivas de expansão e a consolidação dos agricultores familiares são fundamentais e estas características não estão diretamente ligadas à área disponível da propriedade, mas sim às características organizacionais do empreendimento:

Tabela 8 – Características organizacionais do empreendimento rural.

Patronal	Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida

¹⁶³ VEIGA, op. cit, p. 15.

Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: VEIGA, op. cit., p. 31.

De forma resumida pode ser dito que:

- "De um lado estão os que privilegiam a eficiência setorial, e preferem tomar como favas contadas que o destino da grande maioria desses pobres rurais será inchar ainda mais a periferia dos centros urbanos, e ali pressionar ainda mais os mercados de trabalho não qualificado, exatamente onde as perspectivas de desemprego são mais sombrias."
- "Do outro, está quem persegue o desenvolvimento do maior número possível de regiões e municípios rurais. Estes preferem pensar que uma parte desses estabelecimentos poderá se consolidar, e atingir o patamar alcançado pelo segmento "Fa", além de, simultaneamente, a outra parte se tornar cada vez mais *pluriativa*, elevando a parte da renda familiar que não depende da agricultura. Em vez de condenar os mais pobres a deixarem o setor, esta Segunda perspectiva conta com a possibilidade de aumentar a osmose que já existe em parte significativa dos pequenos municípios entre os três setores da economia."¹⁶⁴

Um problema que Veiga considera central está voltado para as interpretações que são dadas estatisticamente e historicamente ao rural, que ele considera ficções.

Sobre a ficção estatística: as estatísticas demonstram que o urbano brasileiro apresenta uma população acima do que ele considera real, quando comparado com o rural. Com isso, o autor crê que a população rural não se extinguirá nas próximas décadas – como o previsto – principalmente pelo fato de que é, numericamente, superior ao que as estatísticas apresentam. Sendo assim, faz toda uma discussão sobre os dados estatísticos e históricos e tenta esclarecer o que para ele não passa de ficção. Por exemplo: a sua crítica está baseada no histórico das mudanças na definição de unidade territorial vigente para cidades e vilas,

¹⁶⁴ VEIGA, op. cit., p. 33.

sua relação com o urbano e com a ocupação. Sua discussão baseia-se na regra que toda sede municipal, a partir do Decreto Lei 311, de 1938¹⁶⁵, é automaticamente intitulada cidade, isto, independente de suas características estruturais e funcionais, como também número populacional.

Sobre as ficções históricas: estão baseadas nas proporções de atividades primárias no campo e atividades secundárias nas cidades, chega-se a conclusão que o secundário em muitos lugares encontra-se fora das cidades, no rural. Também, na crença de que a economia urbana é maior do que a economia rural. O autor menciona o fato de que a produção rural mais produtiva é a familiar, por sua diversificação de atividades e por possuir uma abrangência tão significativa quanto a urbana.

Outro problema central abordado por Veiga é a necessidade de se distinguir a natureza do espaço rural com o caráter setorial agropecuário.

Com as novas formas de atividades do rural, é percebido que uma grande parcela da população com moradia no campo criam estratégias de sobrevivência. A condição de sobrevivência torna-se ameaçada pela queda de preço de sua principal mercadoria, como poucos se arriscam a especialização, decidem por alternativas de trabalhos fora do setor agropecuário. Veiga alerta que:

- às vezes, a renda de um agricultor não coincide com a renda agrícola;
- em muitos casos, o local de moradia é fora do rural, ou seja, muitos não moram no estabelecimento e sim na zona urbana;
- o número de domicílios situados nas zonas rurais diminui, enquanto que o número de agricultores aumenta.

Ainda dentro do estudo de Veiga, é versada uma longa explicação sobre o quanto um local pode ser considerado urbano.

Em sua explicação seguem os itens:

¹⁶⁵ Até 1938, legalmente no Brasil, não existiam regras para a passagem de uma unidade territorial (freguesias, vilas, cidades, etc.) para outra. A uniformização deste quadro começou por volta do período de República, mas no Estado Novo que foram estabelecidas as regras que estão vigentes até hoje.

- aglomeração populacional (abordando o tamanho, crescimento e densidade).

Com relação ao crescimento, podem ser classificadas três categorias:

- ✓ esvaentes - "que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas);"
 - ✓ letárgicos - "que também tiveram perdas relativas, mas assim mesmo cresceram em termos absolutos em compassos não muito distantes ao de seus respectivos estados;"
 - ✓ atraentes - "que tiveram crescimentos superiores aos de seus estados."¹⁶⁶
- Coagulação - o adensamento demográfico em uma significativa parcela de municípios rurais. Quando os pequenos municípios atraem migrantes da vizinhança e de volta contrerâneos que haviam por alguma razão em épocas anteriores emigrado. Diante deste fato, Veiga lança uma reflexão sobre a relação entre essa tendência demográfica, os processos de crescimento econômico e o desenvolvimento. Pois considera que esta característica de atração de migrantes sempre esteve associada à cidade e a um tipo de economia ativa. Associa esta vertente no comportamento do crescimento de algumas cidades pequenas e rurais a algum tipo de dinamismo econômico.

Para Veiga existem muitas incongruências nas estatísticas demográficas e agropecuárias que somente acabarão quando for superada a visão normativa que vigora juntamente com a instituição do Decreto-Lei 311/1938.

É importante que se adotem critérios de análise mais razoáveis de distribuição espacial do povoamento.

Outro detalhe importante ressaltado pelo autor, é a insistência em se reduzir o rural ao agropecuário, pois o Brasil rural é muito maior do que o Brasil agropecuário.

Para que os resultados não estejam distorcidos, as análises estatísticas devem observar:

¹⁶⁶ VEIGA, op. c it., p. 20

- os indivíduos que residem e trabalham nas sedes municipais com atividades agropecuárias;
- os que residem na sede e atuam diretamente no rural;
- diferenciar os que trabalham por conta própria dos que trabalham para terceiros;
- a importante presença dos setores terciário e secundário na economia rural.

Além disso, outros aspectos são relevantes nas análises com o intuito de se planejar um desenvolvimento rural:

- as ORNA's;
- a Previdência Social;
- os diferentes projetos rurais (setorial e/ou multissetorial);
- as ZEE's;
- o dinamismo territorial;
- o regionalismo

O ponto primordial e central no qual ambos concordam é a necessidade de se definir uma estratégia de ação no sentido de reorientar, reformular e criar programas para compor o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentado (PNDRS). Um plano que não seja limitado a diretrizes fundiárias e creditícias.

Outros pontos de acordo entre os dois autores são:

- a necessidade de um tratamento de análise diferenciado entre áreas metropolitanas e grandes cidades, das pequenas e médias cidades;
- desenvolvimento local não é suficiente sozinho, é preciso um processo mais amplo. O desenvolvimento não pode ser reduzido a um local ou aspecto, sendo então redundante se falar em desenvolvimento rural. Apesar de concordarem que o desenvolvimento local não é suficiente, acredita que Veiga pode correr um grande risco de perpetuar a dicotomia rural-urbano ao falar em desenvolvimento rural;

- que o desenvolvimento para áreas rurais (e urbanas) devem estar em sintonia com estratégias de combate à pobreza que não devem se limitar à políticas compensatórias, mas sim através da criação de oportunidades (incorporar os milhões de pobres à condição de cidadãos, independentemente do fato de morarem no campo ou na cidade);

A princípio, Silva traça comentários sobre duas questões que permeiam todo o texto de Veiga.

A primeira delas é com relação à semântica:

- "... a própria proposta de desenvolvimento rural, que começa no título do texto e é a última palavra da última linha antes do esboço do projeto de lei (p. 87)."¹⁶⁷

Silva questiona a possibilidade de se dissociar uma estratégia de desenvolvimento rural para um conjunto expressivo de municípios de uma estratégia de todo um país. Ou de propostas diferentes para desenvolvimento local, rural ou agrícola. Ou ainda, uma proposta para os 4500 municípios rurais e outra para os municípios restantes, não-rurais. Finalizando, o cuidado de não se colocar a proposta de desenvolvimento nacional em desacordo com o fenômeno do processo da globalização.

A segunda delas é com relação aos projetos antagônicos:

- "... existem hoje no Brasil dois projetos antagônicos para o campo – o *agribusiness* e o da agricultura familiar (p.5)."¹⁶⁸

Silva comenta que a construção de Veiga está sob um falso conflito entre "patronal X familiar que conseqüentemente gera uma oposição entre "maximização de competitividade

¹⁶⁷ SILVA, op. cit., p.7.

¹⁶⁸ SILVA, op. cit., p. 8.

X diversificação das economias locais". Discorda que tais estratégias de desenvolvimento sejam excludentes, como Veiga deixa parecer.

Com relação as divergências, a posição de Silva sobre:

- diversificação – não acredita que a grande e única solução para o desenvolvimento do Brasil esteja inserida na diversificação como afirma Veiga;
- pluriatividade – não está de acordo que o papel da pluriatividade seja o aumento da produtividade na agricultura familiar. Acredita que no início da modernização do campo, os que mais foram excluídos foram os que não se especializaram;
- bases da modernização ecológica agrícola – é contra resumir que a modernização ecológica da agricultura está baseada na diversificação, pluriatividade e agricultura familiar;
- agricultores familiares e famílias excluídas – acredita que uma coisa é a agricultura familiar outra seriam as famílias que foram excluídas do processo no momento da modernização (os excluídos seriam as famílias de empregados residindo em áreas rurais);
- pobreza do campo – discorda de Veiga que os pobres do campo são alguns segmentos de agricultores familiares. Acredita que esta proposta ignora que boa parte dos pobres rurais são famílias compostas só de empregados (agrícolas e não-agrícolas). A luta pelo fim da pobreza do campo, para Silva, deve incluir a geração de empregos (agrícolas e não-agrícolas, assim como mais e melhores salários);
- vantagens da agricultura familiar – comenta que não se deve buscar cegamente pelas vantagens da agricultura familiar. Representa um segmento expressivo de produtores no Brasil e em todo o mundo, mas considera que a *performance* da agricultura familiar esteja diretamente relacionada com os mercados de produtos e com as condições do mercado de trabalho. Acredita

que assim como esta, outras políticas devam estar inseridas no desenvolvimento das áreas rurais.

- cálculos – não faz um aprofundamento sobre os dados números, contudo comenta que o uso do PPV pode não ser suficiente por ser de grande representatividade nas áreas rurais, das divergências em relação ao uso dos dados do Censo Agropecuário de 1995-6 por limitação aos seus conceitos básicos (estabelecimento e o de população residente), além dos dados utilizados no período de coleta e sua pouca comparatibilidade com anos anteriores.

Baseado nesses comentários, Silva vai desenvolver seu trabalho sob seis vertentes: (1) o rural e o agrícola; (2) o rural e o urbano; (3) nem o desenvolvimento local, nem o desenvolvimento rural sozinhos levam ao desenvolvimento; (4) desenvolvimento local e "vazamentos": só a diversificação resolve?; (5) o Planejamento Territorial: por que separar o urbano do rural? e (6) quais são as prioridades?

De forma resumida, tem-se:

(1) o rural e o agrícola

Silva concorda com Veiga a respeito da grande confusão que é feita entre rural e agrícola. Para ele, "[o] agrícola refere-se a um setor da atividade econômica que diz respeito ao cultivo de plantas, criação de animais e atividades diretamente relacionadas tais como preparo do solo, construção de cercas etc."¹⁶⁹ Por outro lado, "... o rural é apenas um corte espacial, de natureza geográfica que nada define em termos de atividades econômicas. Ou seja, nas áreas rurais podem ser realizadas tanto atividades agrícolas, como não-agrícolas."¹⁷⁰

O autor afirma que o agrícola vem encolhendo enquanto as atividades não-agrícolas vem aumentando (principalmente as ligadas à prestação de serviços). Comparando o Brasil e outros países, o surgimento da pluriatividade não resultou do crescimento da produtividade do trabalho agropecuário, mas sim de uma estratégia de sobrevivência pelas

¹⁶⁹ SILVA, op.cit., p. 15-16.

¹⁷⁰ SILVA, op. cit., p. 16.

perdas substâncias de suas rendas. A diversificação está restrita aos nichos articulados dos mercados urbanos de maior renda.

Pode-se dizer que a pobreza é o maior entrave do desenvolvimento:

- "porque drena parte substancial dos recursos despendidos localmente para bens de consumo corrente que têm pouco efeito indutor para a formação de circuitos virtuosos de geração de emprego e renda."¹⁷¹
- "porque limita o tamanho dos mercados locais em função do baixo nível *per capita* da maioria da população."

(2) o rural e o urbano

Silva aceita discutir o desenvolvimento rural contanto que não se exclua o urbano, pois são espaços contíguos, também acredita que as vantagens de se pensar políticas territoriais para o desenvolvimento local é a possibilidade de se superar o enfoque setorial (agrícola/não-agrícola) com a falsa dicotomia rural-urbano. O problema maior não está nas definições, mas no uso que se faz dessas definições como orientadoras de políticas públicas.

Acha razoável que se utilize um critério baseado no número da população total residente na sede de um município para a classificação das cidades em muito pequenas, pequenas, médias, grandes e metrópoles.

Resumindo: (a) a discussão de desenvolvimento rural não deve excluir o urbano; (b) as definições são menos importantes que o uso que se faz dos termos; (c) é importante se pré-definir características gerais tanto para o campo como para o urbano; (d) o termo município urbano não é apropriado pois no sentido empregado por Veiga não traduz a fusão de culturais rurais e urbana de Freire; (e) segue a tipologia dos municípios e das cidades dependendo do uso da mesma.

(3) nem o desenvolvimento local, nem o desenvolvimento rural sozinhos levam ao desenvolvimento

¹⁷¹ SILVA, op. cit., p. 17.

Para o autor, a busca de um desenvolvimento de agricultura necessita de organização (especialmente da sociedade civil), que o sustentável precisa de um cunho político, incorporar os sujeitos urbanos que habitam o meio rural e que as abordagens puramente setoriais não são suficientes para o desenvolvimento de uma região. Também acredita que:

"O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não-agrícola. Como sabemos hoje, o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra - e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente - está profundamente relacionando ao urbano que lhe é contíguo. Também podemos dizer que as atividades agrícolas são profundamente transformadas pelas atividades não agrícolas, de modo que não se pode falar na agricultura moderna deste início de século sem mencionar as máquinas, fertilizantes, defensivos e todas as demais atividades não agrícolas que lhe dão suporte."¹⁷²

(4) desenvolvimento local e "vazamentos": só a diversificação resolve?

Os vazamentos precisam ser uma porção mínima em um município ou região, para isto é importante uma estrutura econômica e produtiva permeáveis à criação de novas oportunidades.

(5) o Planejamento Territorial: por que separar o urbano do rural?

Acredita que a visão ambiental diminua a fronteira entre o rural e o urbano, assim como a descentralização das políticas públicas.

(6) quais são as prioridades?

Neste ponto é feito um longo comentário sobre as iniciativas de projetos que tornem-se estratégias para propostas de desenvolvimento, dando ênfase ao Projeto Fome Zero.

De certo que não se pode reduzir o debate somente a estes dois autores, pois representam apenas duas visões, mesmo que seguidas por muitos, como também não se pode afirmar que os problemas acabaram com a elaboração do PNDRS. Não se pode negar o grande avanço que o país já conseguiu alcançar neste assunto, mas ainda há de se discutir muito.

¹⁷² SILVA, op. cit., p. 23.

Finalizando, o PNDRS vem sendo discutido de forma bastante ampla, com comentários bastante pertinentes sobre a sua elaboração e campo de abrangência de ação. Um desses comentários é o de Weid, sendo interessante ressaltá-lo aqui:

" Infelizmente, o procedimento adotado na elaboração do PNDRS tendeu a segmentar as discussões em temas específicos tais como extensão rural, acesso a terra, capacitação, etc; todas muito importantes mas não direcionadas por uma percepção comum dos macro objetivos do plano e de um diagnóstico comum da situação atual do mundo rural. Desta maneira, esta primeira versão tem uma introdução que lhe dá coerência e busca articular o conjunto das contribuições das Câmaras Técnicas mas que não foi discutida pelo Conselho até agora.

Esta primeira parte, escrita pelo Secretário Executivo do Conselho, ainda fica longe do que eu desejaria encontrar em um PNDRS. Não encontro uma leitura da realidade do mundo rural nem um diagnóstico das origens desta realidade. Há algumas referências dispersas no texto (pobreza, migração, destruição de recursos naturais, etc) mas não há um tratamento sistemático que seria necessário em um plano, até para dimensionarmos metas e avaliarmos custos."¹⁷³

Weid comenta que algumas questões do PNDRS podem receber mais de uma interpretação e arrisca-se em enumerar algumas a partir de sua própria percepção:

(1) Diagnóstico implícito.

Duvida se não há um diagnóstico implícito no texto desta primeira parte. Pois, acredita que o texto até explica a causa da diminuição de demanda de trabalho nas fazendas mas deixa implícito que a competitividade do setor empresarial com o da agricultura familiar pode vir a destruir cerca de 4,4 milhões de propriedades. Acredita que no plano inviabiliza-se a agricultura familiar. Acredita que o plano inviabiliza a agricultura familiar. Faz uma crítica ao diagnóstico e diz que:

"... há uma crise da agricultura familiar que vem eliminando maciçamente propriedades e reduzindo grande parte das restantes a precárias condições de vida e de produção. Ao que me conste não há hoje 5 milhões de propriedades e sim algo próximo de 4,2 milhões, das quais 3,7 milhões são propriedades familiares e umas 500 mil empresas rurais (os contornos e os conceitos são pouco precisos mas a ordem de grandeza deve estar aproximada)."¹⁷⁴

¹⁷³ WEID, Jean Marc von de. *Comentários à primeira parte da 1ª versão do PNDRS*. CNDRS. Disponível em:<<http://www.cndrs.org.br/documentos.asp?folder=>>>. Acesso em 30 set. 2003, p.1.

¹⁷⁴ WEID, op. cit, 2003b, pp. 1-2.

(2) Objetivos estratégicos.

Está de acordo que a sustentabilidade social e econômica ao campo caso ocorra o seu esvaziamento, com a diversificação da economia rural e dinâmica da agricultura familiar, mas acredita que deve-se enxergar o desenvolvimento centrada no seu segmento familiar e não em uma espécie de agricultura de nicho. Enxerga que se a agricultura empresarial for a base da agricultura brasileira corre-se o risco da problemática ambiental se multiplicar pelas suas atividades descontroladas. Pois: "[o]s impactos ambientais da agricultura dita moderna tem sido de enorme brutalidade no Brasil e só não inviabilizaram a agricultura porque a disponibilidade de terras é imensa."¹⁷⁵

Afirma que "... a agroecologia aplicada em agricultura familiar é mais produtiva (em volume total por hectare) do que os sistemas convencionais, mais econômica, com menores riscos e com infinitamente menor impacto ambiental. Esta afirmação está implícita em alguns parágrafos do texto mas é importantíssimo assumi-la."¹⁷⁶

(3) Opções estratégicas de governo.

Não acredita que estejam claros os objetivos estratégicos do governo com relação a viabilização da agricultura familiar como opção estratégica dentro de uma política agrária, menciona a importância de se organizar este segmento para a exportação:

"A ampliação da base social da agricultura familiar via reforma agrária e a transição da produção deste setor para a agroecologia permitirá aumentos de produção e de produtividade já constatados em experiências de ONGs e STRs em todo o país. Com políticas de crédito, assistência técnica, capacitação, pesquisa e, sobretudo, de garantia de preços remuneradores pelo estado este setor poderá dar um grande impulso à produção nacional de alimentos e outros produtos agropecuários e dinamizar a economia rural. Este aumento de oferta deverá ser protegido contra a concorrência desleal com produtos subsidiados de outros países."¹⁷⁷

(4) Medidas emergenciais para segurar o êxodo rural e iniciar a dinamização do mundo rural.

¹⁷⁵ WEID, op. cit., 2003b, p. 3.

¹⁷⁶ WEID, idem, 2003b.

¹⁷⁷ WEID, op. cit., 2003b, p. 4.

Neste ponto friza que a importância de investimentos sociais e em infraestruturas produtivas tem efeitos imediatos sobre o emprego e a renda e sobre as condições de vida dos rurais.

(5) Como viabilizar a agricultura familiar nos próximos 4 anos?

Acredita que existe uma desinformação sobre as experiências agroecológicas no mundo, pois são práticas completas e complexas, e superam em muitas casos a produtividade dos sistemas convencionais agroquímicos e motomecanizados. Questiona o não emprego dessas práticas nos sistemas dominantes.

(6) A diversificação das atividades econômicas.

Deve-se buscar esta diversificação, em primeiro lugar, com os sistemas não convencionais e com investimentos sociais e econômicos. Como também, com a capacitação de investimentos na agroindustrialização e de apoio em gerência de negócios, em pequena escala, por grupos de agricultores familiares, empreendimentos comerciais de tipo cooperativo ou em pequenas empresas. Não podem ficar de fora as atividades de recuperação e conservação ambiental e as atividades extrativas (em particular as de plantas medicinais, aromáticas e cosméticas)

(7) Políticas de desenvolvimento territorial.

Afirma que na sua opinião este representa o elemento mais representativo do elaborador da introdução do plano. Critica a maciça participação de burocratas no planejamento territorial, pois deveriam envolver mais as bases sociais locais

(8) Políticas de conservação dos recursos naturais.

Para se estar de acordo com o texto de introdução do plano, deve-se procurar combater os empreendimentos agrícolas destrutivos do meio ambiente.

Esta claro que para estes autores, a sociedade brasileira está almejando avanços significativos e até de certa forma obtendo alguns, com todo esse debate. Devido as várias interpretações e impasses que vem ocorrendo, assim como o fato dos grupos de interesses

dos dominantes e formuladores das políticas se manter homogêneo (por mais que se queira mudar, o poder político ainda possui pouca representação dos interesses locais), esses avanços ainda estão longe de alcançar o ponto ideal e um desenvolvimento, qualquer que seja, para o Brasil.

De qualquer forma, o que foi mostrado neste curto levantamento das visões de Veiga e Silva é pouco dentro de toda a discussão sobre as estratégias de desenvolvimento rural para o Brasil, como dentro de toda a discussão de rural e urbano. De todo esse debate, indubitavelmente o ponto crucial é que a população esteja de fato inserida na discussão e na tomada de decisões. Sobre este assunto é que ainda restam dúvidas se a forma organizacional de sua representação, de fato, é representativa.

3.1.3. O rural de áreas metropolitanas

Normalmente quando se referem ao rural, a imagem que logo é gerada é de lugares distantes dos grandes centros urbanos, das chamadas grandes cidades. O rural toma forma do local onde as atividades econômicas desenvolvidas se diferenciam das existentes nos grandes centros e onde o modo de vida possui particularidades geradas neste meio.

Há uma tendência de se desvincular grandes centros ou cidades de áreas rurais e de se vincular o rural ao interior. Pelo senso comum e de forma bem generalizante, o rural está fora e bem longe dos grandes centros e cravado no interior do país.

Por isso é bastante comum destituir o rural da proximidade com o litoral, como também, de destituí-lo de facilidades (pois as facilidades caracterizam o urbano, são conseqüências da urbanização).

Na História do Brasil esta visão é nitidamente marcada com a localização das primeiras cidades nos litorais. Daí, o crescimento destas cidades, uma posterior industrialização, urbanização e em alguns pontos a metropolização. Enquanto que para o lado oposto do litoral, em direção ao interior, o nascimento e permanência das zonas rurais. Surge algo, ainda no Brasil colonial que foi uma divisão espacial do país levando em

consideração mais do que suas características físicas, mas a sua forma de produzir e sua função.

Para Becker e Egler, durante o período colonial começa a se produzir um espaço brasileiro imerso em uma "... dinâmica espaço-temporal do processo de diferenciação/incorporação das regiões brasileiras na economia-mundo."¹⁷⁸

A produção deste espaço estava imbuída do poder colonial através das determinações da metrópole do que se faria ou não nestas terras, de acordo com a economia vigente no mundo considerado civilizado. O controle metropolitano estava voltado para a economia agrícola-mercantil (agroexportador). A divisão do espaço foi uma consequência das explorações diversas, de terras demarcadas, de agriculturas introduzidas, de trabalho escravo, de exportação (vegetal e mineral). Já nesta época, existia uma evidente separação entre o que no futuro vem a ser o urbano e o rural, impregnados de uma dualidade. Pois, "[c]ada região agroexportadora, integrante do arquipélago, revelava em seu interior a separação entre a cidade mercantil e o campo agropastoril."¹⁷⁹

Este espaço que estava sendo produzido na colônia era marcado pela divisão de: marinha, sertão e as minas. Onde a marinha era o litoral, lugar onde o colonizador primeiramente pisa e depois se estabelece. Na marinha ocorrem os primeiros confrontos com os nativos: o indígena. Neste litoral são criadas as primeiras cidades brasileiras *habitat* da burguesia mercantil e agrícola, é onde surgiram os primeiros portos e o local onde surgiram os primeiros engenhos da economia açucareira. O sertão, adentrando pelo território litorâneo, fazia limite com a região de marinha, local de extermínio de índios remanescentes e formação de quilombos. O sertão foi utilizado para a introdução da pecuária. As minas eram as regiões da exploração de minerais, seria o interior do interior.

Percebe-se que esta divisão espacial faz parte do grupo de primeiras divisões regionais do Brasil, uma proximidade entre o campo e o rural em termos práticos. A região de engenho bem próxima da região pecuária, ambas próximas do porto e do centro comercial. E mesmo que se distinga uma região de marinha de uma região de sertão, ambas estão muito próximas do litoral e interligadas e interconectadas entre si. Sendo assim quando as cidades começam a crescer, tornam-se centros urbanos e metropolizam-se, na

¹⁷⁸ BECKER, Berta K., EGLER, Claudio, A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.89

¹⁷⁹ BECKER, idem.

área de abrangência destes pontos encontravam-se os antigos engenhos, as antigas fazendas de pecuária. Boa parte delas foi totalmente destruída pela industrialização, urbanização e modernidade. Algumas sobreviveram, algumas se transfiguraram e pode acontecer que dentre aquelas que sumiram, ainda permaneça no local a sua dinâmica impregnada na cultura local.

No primeiro capítulo deste trabalho é mencionada a divisão das sesmarias em São Gonçalo, nestas, foram construídas fazendas onde se desenvolviam tanto a pecuária como a agricultura. Em um primeiro momento a monocultura açucareira dominou, mais tarde a cultura de frutas, principalmente a citricultura. Esta região de São Gonçalo, no período colonial, poderia se denominar o sertão, em algumas bibliografias é assim que esta área é referenciada, como também, alguns autores a denominam recôncavo da Guanabara. A marinha – o centro – era o Rio de Janeiro e São Gonçalo seria o interior. No processo de conurbação da cidade do Rio de Janeiro e de formação da metrópole, São Gonçalo se transformou em área periférica do centro, assim como tantas outras regiões. Muitas das fazendas e engenhos dessa região de interior foram transformadas em modernas construções, deram espaço a fábricas e a um novo modo de vida. Porém, algumas permanecem.

Sendo assim, o rural faz parte da metrópole, tanto quanto o urbano. A metrópole em seu centro amplamente urbanizado não dá conta que em sua periferia se forma tanto uma periferia urbana como uma periferia urbano-rural. O rural não está em um interior tão longe assim, existe na metrópole, no interior da metrópole, na fronteira entre a antiga marinha e o sertão.

Contudo, outras formas de perceber um espaço rural dentro de uma região metropolitana podem ser considerados.

A enumeração abaixo, proposta por Peixoto, mostra algumas das várias maneiras de se dividir um espaço:

- região urbana contínua ou conurbação;
- subúrbio;

- a divisão do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal: a) núcleo; b) periferia imediata; c) periferia intermediária e d) periferia distante;
- a divisão realizada pela FUNDREM: a) área comprometida com a ocupação urbana; b) área de ocupação progressiva; c) área industrial; d) área ímbar de utilização; e) área rural e f) área de preservação e proteção;
- periurbano.¹⁸⁰

Apesar de toda essas definições expressarem formas de designação do espaço em áreas metropolitanas, os conceitos que são mais tradicionalmente utilizados: rural e urbano, acrescentando o não tão recente, rurbaro, são os que serão abordados neste momento do trabalho.

3.2. A ambigüidade de Guaxindiba

Para começar este item do trabalho, será mostrado o resultado de um questionário aplicado em alunos da escola local.

O questionário foi elaborado e aplicado em alunos da 5ª a 8ª série da Escola Municipal Guaxindiba, localizada na Rua Silva Porto, s/n. (Veja o Anexo 12 – Questionário)

Foram aplicados 65 questionários em pré-adolescentes e adolescentes entre 10 e 17 anos.

O objetivo era recolher algumas apreensões desses jovens sobre o lugar onde vivem. Apesar de serem bem jovens, possuem uma capacidade de percepção do lugar onde vivem e realizar uma certa comparação com percebem ao assistir televisão, ler em revistas e

¹⁸⁰ PEIXOTO, Marcus. "Evolução da Agricultura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Período 1980-1995." Dissertação de Mestrado - CPDA - Área Desenvolvimento e Agricultura (DA) - Rio de Janeiro. 1997. pp. 64-74

jornais, assim como, possuem a mobilidade de ir ao Centro de São Gonçalo, Alcântara, Rio de Janeiro, Itaboraí etc, lugares bem diferentes de Guaxindiba.

O questionário se dividiu em duas partes:

A primeira, direcionada aos serviços básicos de Guaxindiba – transportes, comércio, segurança, pavimentação, iluminação, água e esgoto, coleta de lixo e limpeza, lazer, escolas, hospitais e postos de saúde. Nesta parte, constam itens de escolha entre péssimo, regular, bom e ótimo. Estes itens foram determinados para mostrar a opinião dos consultados sobre alguns dos serviços básicos selecionados para enquadramento destes serviços em suficientes e insuficientes. Os serviços que ficaram entre péssimo e regular são considerados insuficientes, enquanto que os serviços que ficaram entre bom e ótimo são considerados suficientes. Lógico, que a suficiência e insuficiência de um serviço é reconhecida quando a maior parte dos consultados opta pela mesma condição.

A segunda parte, direcionada a apreensão que eles possuem de Guaxindiba. A visão se o lugar pode ser considerado campo ou cidade; roça ou não. Constatar se possuem vontade de mudar de residência; o que falta para melhorar o lugar e qual profissão pretendem seguir em suas vidas.

Como resultado, dos 65 questionários, 36 deles marcaram entre regular e péssimo todos os serviços básicos de Guaxindiba, ou seja, cerca de 55,4%.

Em 29 questionários, ou 44,6% dos alunos, foram marcaram alguns poucos serviços entre as opções entre bom e ótimo, de qualquer forma ainda declaram que alguns serviços são péssimos e ruins.

Mesmo tendo algumas marcações entre bom e ótimo para determinados serviços, os mesmo se enquadram em insuficientes. Pois o número de escolhas entre bom e ótimo foi de um pequeno número de estudantes.

Observe a tabela de escolhas de serviços entre bom e ótimo:

Tabela 9 – Serviços classificados entre bom e ótimo em Guaxindiba.

Serviços	Opção	
	Bom	Ótimo
Transporte	9	1
Comércio	7	4

Segurança	2	0
Pavimentação	2	1
Iluminação	5	3
Água e esgoto	1	2
Coleta de lixo e limpeza	4	0
Lazer	4	2
Escolas, hospitais e postos de saúde	4	1

De uma forma geral, mais da metade dos alunos que preencheram os questionários acreditam que os serviços em Guaxindiba são de regular à péssimo. Ou seja, pode-se dizer que um número considerável acredita que os serviços são insuficientes.

Observa-se na tabela abaixo, a percentagem geral do que acham os alunos sobre os serviços em Guaxindiba:

Tabela 10 – Tabela geral dos serviços em Guaxindiba

SERVIÇOS	Péssimo (%)	Regular (%)	Bom (%)	Ótimo (%)
Transporte	27,7	56,9	13,8	1,5
Comércio	33,8	49,2	10,8	6,1
Segurança	86,1	10,8	3,1	0,0
Pavimentação	78,5	16,9	3,1	1,5
Iluminação	46,1	41,5	7,7	4,6
Água e esgoto	86,1	9,2	1,5	3,1
Coleta de lixo e limpeza	63,1	30,8	6,1	0,0
Lazer	55,4	35,4	6,1	3,1
Escolas, hospitais e postos de saúde	61,5	30,8	6,1	1,5

Da segunda parte do questionário, 98,5% acreditam que Guaxindiba se pareça mais com um campo do que com uma cidade e que o local pode ser chamado de roça. Ainda, 64,6% dizem que gostariam de mudar de Guaxindiba para outro local, enquanto 35,4 não vêem razão para se mudar, até gostam de onde moram.

Das razões que informam para não mudar é que consideram o lugar calmo, gostam e já se acostumaram a morar ali. Já os que querem mudar informam que o local precisa de importante mudanças e muitos serviços, que não gostam de morar em um local onde nada acontece e que consideram muito parado, sem lazer, sem atividades para eles e que o resto do município considera um lugar ruim para se morar.

Conversando com moradores do local, principalmente, mas também pessoas de outras localidades de São Gonçalo, normalmente se referem à região de Guaxindiba como sendo "o local onde somente aparece nas manchetes do jornal como notícia ruim" ou "sempre que ouvimos algo daqui é porque alguém foi assassinado" ou ainda, de forma subestimada, dizem "essa região é uma roça", "nesse lugar não tem nada, só jacaré e mato", e assim por diante.¹⁸¹ Nada de diferente de outras periferias metropolitanas. A "violência", o dito "mato", a "roça", os "aspectos naturais" podem ser considerados como pistas para uma interpretação do lugar. Um lugar com uma identificação cultural específica.

Todos os alunos consultados em questionário acham que faltam muitas melhorias em Guaxindiba, assim como todos possuem perspectivas de ter uma profissão no futuro. A grande maioria quer ser professor, advogado, médico ou engenheiro. Um deles quer ser bombeiro, outro quer trabalhar na aviação, mais um que quer ser desenhista, um quer ser eletricitista, surpreendentemente um quer ser gari e uma menina prefere ser dona de casa, além disso, um deles informa não saber.

No geral, esses pré-adolescentes e adolescentes possuem uma boa visão do local onde moram, sabem que existem muitas dificuldades, só não conseguem muito bem associar a problemática em que vivem com a política local e até mesmo com contexto do país. Mas, é importante lembrar que possuem perspectivas de futuro. Não representam sem visão do que querem seguir na vida e realizar – como na maioria das vezes são rotulados os jovens que sofrem as mais diversas carências. Só não sabem muito bem por qual caminho seguir pela grande dificuldade no acesso a informações que se inserem.

A utilização do questionário não representa a opinião de todos os moradores de Guaxindiba, mas torna-se um instrumento importante no sentido de mostrar como uma parcela importante de seus moradores enxerga o local. Uma amostragem reveladora de que ao olhar de um leigo, Guaxindiba pode ser considerado um campo, um rural, ou melhor, na expressão mais comum ao local que é roça.

Guaxindiba não pode ser analisado pelos conceitos tradicionais de rural ou de urbano, apesar de serem importantes na construção teórica de delimitação do que seja rural e urbano, neste trabalho. Guaxindiba é um rural com pouca materialização do agrícola e um urbano sem a modernidade das edificações e sem urbanização adequada.

¹⁸¹ NOTAS de trabalho de campo.

Guaxindiba tanto pode ser denominado de periferia urbana, de área rural urbanizado, de área urbana ou de área rural. Talvez, possa realmente, ser considerado um lugar ambíguo. Sua ambigüidade não está direcionada ao enfoque muito utilizado que é o de ambigüidade por *agribusiness* – lugares que se compõem de rural/urbano por suas atividades primárias e que por outro lado desempenham estas atividades com tecnologia e empreendimentos caracteristicamente de atividades secundárias e terciárias.

Alguns indícios significativos de ambigüidade que talvez possam ser considerados neste momento são os de alguns aspectos que não o definem nem como totalmente rural, nem como totalmente urbano. Como um exemplo de urbanidade, mesmo que periférico. Não foi feita nenhuma amostragem com relação ao local de trabalho dos habitantes, em conversas durante o trabalho de campo foi percebido que alguns dos habitantes adultos de Guaxindiba trabalham em Niterói, Itaboraí e até no Rio de Janeiro, mesmo assim (apesar de não quantificado neste trabalho), não se pode dizer que o local representa um bairro ou localidade dormitório, pois a grande maioria trabalha no próprio município.

Segundo Modesto, dentro da sua amostra de entrevistados cerca de 86,6% dos moradores de Bom Retiro trabalham em São Gonçalo e 13,3 não trabalham.¹⁸²

Por um lado é caracteristicamente periférico, pois possui a sua porção populacional mais populosa morando em uma área de loteamento. Os loteamento caracterizam as periferias que se formaram com o crescimento dos centros metropolitanos na década de 60 e a sua conurbação para os seus arredores. (Veja Mapa Anexo 13, Mapa 15, RMRJ/1978 e Anexo 14, Mapa 16, RMRJ/Conurbação, 1978).

Por outro lado, exemplos de ruralidades são encontrados a todo instante. Como por exemplo, algumas fazendas que ainda existem no local com pequenas criações de gado (não somente em fazendas, mas nos quintais de casas comuns). Como idéias de um rural e urbano relacionado à visão tradicional de rural como agrícola e relacionado à atividades primárias. Também pode-se dizer que um exemplo de identidade rural percebe-se na fala de alguns de seus habitantes quando referem-se a este local como a roça. Ou no que mais preenche a paisagem de Guaxindiba que são as inúmeras casas com pomar e horta, além de criações de pequenos animais como patos, galinhas, marrecos e etc. – produção para autoconsumo. Na forma em que muitos se vestem, em seus hábitos diários.

¹⁸² MODESTO, op. cit., p. 84.

Dentre as denominações que podem estar relacionadas à Guaxindiba e dentro da discussão de rural no Brasil, no item anterior já foi feito um destaque as três formas que são: "rurbana", "novo rural" e "ruralidades".

Refiro-me às três noções como pensamentos diferentes de como conceber o rural, as suas mudanças, as suas características e as suas categorizações devido ao fato de que partem de pontos diferentes em suas análises. Não são totalmente contraditórias, mas representam formas diferenciadas de se analisar o rural.

O rurbano já mencionado da obra de Freire, relacionado ao objeto aqui estudado pode ser bastante relevante se for levado em consideração o passado agrícola de Guaxindiba e a importância que suas fazendas tiveram na economia colonial. Tais fazendas eram engenhos e foram fundamentais para o desenvolvimento e ocupação do que hoje chamamos de município de São Gonçalo.

A visão dualista de Freyre diante da relação rural-urbano, também pode ser interessante pela sua valorização do rural por meio das tradições e modos de vida que devem ser mantidas (como patrimônios) e pelo ponto de vista econômico do urbano como moderno. Pois Guaxindiba é apontada como um lado dessa dualidade, principalmente pela visão de muitos gonçalenses, entre pessoas de outros municípios também, de considerá-la um exemplo de atraso por parecer um espaço rural ou pejorativamente, como resquício de rural.

Já com o raciocínio de Graziano, Guaxindiba não seria um caso de "novo rural". Como também não pode ser denominado "velho rural". Pode-se, então, partir desse pressuposto para analisá-lo por uma esfera da urbanidade. Seria então Guaxindiba, nada mais, nada menos que urbano. Mas, não um local urbano por completo devido as suas deficiências dentro do contexto da urbanização. Faltam-lhe aspectos que o totalize como uma área urbana, logo, mais uma vez pode se tratar de uma periferia urbana.

A utilidade da abordagem de Carneiro é pela questão da ruralidade como identidade rural. O simbólico que pode ser relacionado à Guaxindiba. Uma identidade rural que se percebe em suas ruas, na fala de alguns de seus habitantes, em algumas atividades desenvolvidas e que são relações estabelecidas por uma herança do que o local já foi, nem tanto pelo que é na atualidade.

Com isso uma série de outras características locais devem entrar nessa discussão, pois não podem ser negadas, como por exemplo, tradições locais, cultura, identidade, memória – dos mais velhos e no resgate dos mais jovens. Para Carneiro estas características vão resultar em relações sociais. Considera o rural uma categoria simbólica que, devido a tantas mudanças, não é mais o que dizemos ou pensamos que ele é. Neste sentido, utiliza a noção de "ruralidade" que vem a preencher esse vazio, sendo a compreensão de ruralidade algo que vai além do entendido a partir da penetração do mundo urbano-industrial, ou do tradicionalmente rural. Importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o rural e urbano, ou ignorar as diferenças entre ambos, mas buscar os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neo-rurais, a cultura *country*, etc.

Destas três, a perspectiva de Carneiro é a que mais se aproxima da realidade vivida em Guaxindiba.

Em São Gonçalo, percebe-se que na sua formação sócio-econômica, a produção agrícola e a pecuária tiveram um papel de extrema importância na constituição do município. Como também, a industrialização possuiu um papel central neste processo. Contudo, nota-se que um declínio ocorreu no passar dos anos, fazendo com que São Gonçalo saísse de um patamar privilegiado de produção tanto agrícola como industrial e entrasse em um processo contínuo de enfraquecimento de sua economia.

Apesar da precária descrição feita na caracterização do município sobre seus dados sócio-político-econômicos, alguns questionamentos surgem sobre as razões que levaram o município ao seu declínio econômico dentro do estado do Rio de Janeiro. Tanto agrícola como industrial. Ou seja, como um município cresce tão rapidamente e por que não consegue manter-se na posição que alcança? O que ocorreu?

Sendo assim, percebe-se que São Gonçalo conseguiu uma notoriedade em ambas as categorias de análise que são a rural e a urbana, se levarmos em consideração a categorização tradicional econômica capitalista de rural como agrícola e urbana como industrial, e isso se deu durante um mesmo período histórico que foi no final do século XIX e início do século XX, até após a Segunda Guerra Mundial, quando município começa em sua trajetória inversa. Nos dias atuais, o município não apresenta mais esta notoriedade agrícola e industrial.

Como já foi mencionado no item anterior, pela deliberação 270 de 10 de dezembro de 1962¹⁸³, São Gonçalo deixou de ter zonas rurais em seu território, passando a ser um município 100% de área urbana. No governo do Prefeito Edson Ezequiel de Mattos (PDT), de 1997 a 2000, o município, *oficiosamente*, volta a possuir dois distritos rurais, o 2° e o 3° distritos, respectivamente Ipiíba e Monjolos, contudo pela Lei de n. 013/98, a Lei de Zoneamento, Guaxindiba passa a ser considerada área industrial.

Não foi possível, apesar das pesquisas, determinar quais foram os critérios específicos para que a deliberação fosse criada e o município passasse a não mais possuir áreas rurais a partir de 1962. Também não foram possíveis determinar os critérios que o levaram a voltar a possuir em 1997, e muito menos de tornar Guaxindiba área industrial. A razão da impossibilidade de avançar em tais informações foram as burocracias encontradas nos órgãos públicos locais para o acesso as mesmas. Acredita-se que estejam relacionadas a questões políticas e econômicas. Porém resta o aspecto sócio-cultural de São Gonçalo, na mentalidade, nos hábitos, na vida cultural da cidade, o que prevalece: a ruralidade ou a urbanidade?

Sem sombra de dúvidas a urbanidade vai prevalecer por quase todo o município, mas alguns locais, especificamente Guaxindiba, também encontramos determinadas ruralidades no modo de vida de parte de seus habitantes.

Diante das transformações e mudanças do rural, Guaxindiba representa um tipo de rural transformado. Um rural-agrícola que alcançou o seu ápice com a produção de cana-de-açúcar no período colonial, das laranjas no século XX. Uma região rural invadida pela fábrica e transformado em um novo rural o qual permanece latente na identidade cultural local de parte de seus habitantes, pelas fazendas que ainda existem, na produção e criação doméstica, no modo de vida.

Se for pensar no dentro da categorização tradicional, São Gonçalo possui pouca expressão rural, como também pouca expressão urbana (pois os serviços são precários porque suas políticas públicas são deficientes). Até porque esta forma tradicional de pensar o rural e o urbano estão sendo repensadas, dentro das ciências que se dedicam a entendê-los.

¹⁸³ BRAGA, op. cit., p. 202.

Finalizando, além de todas essas questões apontadas até aqui: sobre as potencialidades de Guaxindiba e sobre sua possível categorização, existem as questões que são pertinentes ao trabalho e referem-se as relações que são estabelecidas neste território.

Em um local com remanescentes de vegetação de mangue e em suas proximidades desenvolvimento urbano, fábricas, atividades agrícolas e pecuárias, o que prevalece como característica local é a sua identidade rural.

A seguir uma seqüência de fotos de características marcantes no modo de vestir e de se locomover de alguns moradores de Guaxindiba e da fazenda que fica entre o município de São Gonçalo e Itaboraí com a criação de bufalinos.

Foto 10 – Identidade local 1.



Foto: Geny F. Guimarães/Abril/2002.

Foto 11 – Identidade local 2.



Foto: Geny F. Guimarães/Abril/2002.

Foto 12 – Fazenda de búfalos.



Foto: Geny F. Guimarães/Abril/2002.

Foto 13 – Búfalos no pasto.



Foto: Geny F. Guimarães/Setembro/2001.

Considerações Finais

Como comentários finais desta dissertação, em primeiro lugar, se deve deixar claro que dentro do tempo estipulado de um curso de mestrado, nem sempre tudo o que se pretende e deseja pesquisar é possível. Mesmo que sejam feitos planejamentos, os assuntos são sempre bem mais complexos do que se imagina, além da dificuldade no acesso às informações.

Contudo, este trabalho parece ter chegado bem perto de tudo que se planejou alcançar e como idéias finais, acredita-se que Guaxindiba pode ser vista como um lugar ambíguo: representa uma periferia urbana com identidade rural.

Seria um tanto quanto agressivo anular as características culturas que seus moradores carregam no seu dia-a-dia, assim como a sua própria percepção sobre o lugar. Também, não seria verdadeiro dizer que Guaxindiba é simplesmente rural, já que dentro da tradicionalidade rural não possui grandes atividades rurais que justifiquem essa afirmação, como na visão de novo rural, Guaxindiba nem de longe possui modernidade suficiente para desenvolver *agribusiness* ou turismo rural. Mas, não é impossível desenvolver algum tipo de pensamento com relação a sua ruralidade, quando envolve questões culturais.

Apesar de Guaxindiba não ser rural, do tipo rural-agrícola, carrega ruralidades em suas ruas, no modo de vida de sua população, em atitudes individuais de alguns de seus moradores, isso paralelo a um modo de vida de características solidamente urbanas.

Na reflexão proposta neste trabalho se arrisca dizer que Guaxindiba faz parte de um conjunto de lugares que possuem intensas ruralidades, em meio a aspectos urbanos. Um local que, a princípio, se apresenta aos olhos do pesquisador com uma certa indefinição dentro do tema campo-cidade e não diferentemente de tantos outros locais, que possuem um passado agrícola e uma atual prospectiva urbano-industrial.

Formou-se de forma peculiar aos espaços periféricos de grandes metrópoles. A partir da configuração de um centro metropolitano, com a extravasamento da conurbação deste centro houve a necessidade da implementação de loteamentos.

Assim a Guaxindiba que se conhece hoje, a grande maioria de sua população se concentra a partir da criação dos loteamentos da região.

Esses loteamentos não respeitaram as características ambientais da região e invadem áreas de mangues, margens de rios, ou se aproximam em muito destes.

Como toda e qualquer periferia, o local está distante dos investimentos sociais governamentais que normalmente se direcionam de forma concentrada aos centros e zonas nobres das metrópoles.

Tudo isto justifica que Guaxindiba é o que é.

O que não justifica em nada o fato deste local não constar em mapas oficiais.

Guaxindiba existe e não existe. Existe na realidade, mas não oficialmente.

E se realmente o Pólo Industrial sair do papel, a Guaxindiba que existe hoje, vai deixar de existir antes mesmo de ter sido reconhecida oficialmente.

Acredita-se que muito se pode pesquisar em Guaxindiba, muitos assuntos não foram desenvolvidos nesta dissertação puramente pela falta de tempo real. Assuntos que esclarecem ainda mais o modo de vida e a condição sócio-política de seus moradores.

Como exemplo, a pobreza que assusta aos de fora. As condições sub-humanas com que sobrevivem alguns de seus moradores é algo importante de ser trazido à tona. A carência generalizada de seus habitantes. A estas pessoas falta de tudo: alimento, cultura, trabalho, informação, cidadania, lazer, amor, atenção, serviços essenciais, dignidade etc.

Tão perto do centro da metrópole e tão longe de tudo.

Outro assunto que não foi amplamente desenvolvido é com respeito aos aspectos ambientais. Indagações surgem a todo instante ao pensar que um local tão belo em sua paisagem esteja tão degradado e descuidado. A região faz parte de um programa com tantos investimentos como o PDBG e, no entanto a grande contribuinte em poluição à baía de Guanabara, que é a bacia do rio Guaxindiba sem nenhum tipo de gestão ou manejo ambiental. Sem contar o mangue, fazendo parte da APA de Guapimirim e sem fiscalização alguma as impunidades que ainda são feitas a este ecossistema.

No momento inicial do trabalho alguns questionamentos foram lançados e explicações foram feitas ao longo do trabalho. Se legítimos ou não, é difícil afirmar, mas correspondem a desenrolar da pesquisa e da interpretação dada as informações encontradas.

Mas, novos questionamentos surgem a todo instante. Algumas delas surgidas durante todo o percurso do trabalho. Como alguns exemplos, têm-se: Por que os habitantes de Guaxindiba vivem tão mal? Que relações podem estar estabelecidas entre as

potencialidades e a categorização de Guaxindiba? Que diálogo existe entre o catador de caranguejos, o fazendeiro, o operário da fábrica e os demais moradores? Qual a necessidade de se categorizar um lugar se não for possível estabelecer relações entre as suas características? Entre tantas outras que ainda podem surgir. Conclui-se que nenhum trabalho está totalmente finalizado. Nenhum trabalho corresponde a verdade absoluta.

Finalizando, a ambigüidade de Guaxindiba poderia servir para fossem levados em consideração mais estudos sobre o rural metropolitano, ou sobre as ruralidades metropolitanas.

Assim como acontece em Guaxindiba, o rural ou ruralidades nas metrópoles são reais, mesmo quando dissociadas da produção agrícola.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO. 1997

ARRUDA, J. J. de Andrade. *História Integrada: da Pré-História ao fim do Império Romano*. 4. ed. São Paulo: Ática, v.1., 1996.

BECKER, Berta K.; EGLER, Claudio, A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BEZERRA, Francisco Octavio e FRANCISCO, Benedicto H. R. Arqueologia industrial e da paisagem em antiga mina no RJ. Disponível em: <<http://www.samba-choro.com.br/s-c/tribuna/samba-choro.0305/0350.html>> Acesso em: 11 fev. 2004.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. 2. ed. São Gonçalo: Falcão, 1998.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes/CNPQ, 1984

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, A. L.; COELHO, W. R. *Caracterização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e das Políticas Habitacionais Municipais*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRRJ.

CARNEIRO, M. José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. Estudos Sociedade e Agricultura. n. 11, Out., 1998. pp. 53-75

CASTRO, Luiz Paiva de. Disponível em: Starmedia. <<http://orbita.starmedia.com/~nfriburgonorteflum/macacu01-TremSerra1-2.html>>. Acesso em: 04 ago. 2001.

CIBG – Centro de Informações da Baía de Guanabara. Disponível em: <<http://www.cibg.rj.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2004.

CNDRS. *Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural – PNDRS*. Brasília: CNDRS. Primeira versão. jun./2002

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução nº 10, de 14 de dezembro de 1988. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. Acesso em: 31 jan. 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço, um conceito-chave da Geografia." In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo C. da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

DATASUS - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2001.

DEÁK, Csaba. "O processo de urbanização do Brasil: falas e façanhas." In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O Processo de Urbanização do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, v.1. (s.d.)

Deliberação Nº 370/62 de 10 de novembro de 1962, São Gonçalo.

DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

FERNANDES, Marlene; FERNANDES, Almir. "Governança Metropolitana: conflitos e liderança." In: CARDOSO, E. D.; ZVEIBIL, V. Z. *Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI. Rio de Janeiro: Lexikon Informática LTDA/Nova Fronteira, 1999. Versão 3.0. CD-ROM

FONTES, Angela M. M. "Descentralização e Recentralização: onde fica o espaço metropolitano." In: CARDOSO, E. D. e ZVEIBIL, V. Z. *Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1997.

FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982a.

_____. *Casa Grande & Senzala*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GONÇALVES, C. W. P. "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de territorialidades." In: CECEÑA, A. E.; SADER, Emir (coord). *La guerra infinita. Hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estado do Rio de Janeiro - Território*. 2. ed. Rio de Janeiro: SECPLAN/CIDE, 1998.

GUIA SÓCIO-ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Região Metropolitana/São Gonçalo*. Rio de Janeiro: Gráfica JB. 1993.

GUIÃO FILHO, Homero Tomaz. História de São Gonçalo. São Gonçalo: (?). 1968

GUIMARÃES, G. F.; FAVIERI, J. L.; FERREIRA, M. W.; ANDRADE, M. B.; SOUZA, Y.M. Guaxindiba e Vista Alegre: Rios Poluídos e desperdício de água. Rio de Janeiro: UERJ/PDBG, 2001. 54p. (Monografia).

IBGE. Sistema Sidra. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2002.

_____. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2002.

_____. Censo de 1940.

JANNOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1992. 89p. (Coleção Tudo é História: 13)

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Editora Papirus. 1988.

Lei Nº 013/98, de 10 de junho de 1998, São Gonçalo.

LUHMANN, Niklas. *Poder*. Brasília: Editora UNB. 1985.

MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

MENDRAS, H. "Sociologia do meio rural." In: Mendras, H., Gurvitch, G., Courtin, P., Bose, S. P. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp.41-61.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. *A difícil delimitação do urbano e do rural*. Revista Crítica de Ciências, 1982. n. 22. pp. 83-99.

MODESTO, N. S. D'Ávila. *As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo*. Niterói: UFF, 2003. 153p. (Dissertação de Mestrado).

MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata. *São Gonçalo no século XVI*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996. 128p. (Coleção MEMOR).

_____. *São Gonçalo no século XVII*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997a. 131p. (Coleção MEMOR).

_____. *São Gonçalo no século XVIII*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997b. (Coleção MEMOR).

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Desentruturação e Reestruturação do Município de São Gonçalo 1913-1918. O processo de urbanização do Sertão de Niterói*. Niterói: UFF. 1973. mimeo. 24p. (Ciclo de Estudos Fluminenses).

MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. *Geografia Crítica: A valorização do espaço*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MOREIRA, Rui. *O que é Geografia?* São Paulo: Editora Brasiliense. 13. ed. 1993. 113p. (Coleção Primeiros Passos: 48).

OLIVEIRA, Adão A. *Áreas Rurais, sim ou não?* Disponível em: <<http://www.saogoncalo.rg3.net>>. Acesso em: 11 dez. 2001.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística, Geografia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940

PEIXOTO, Marcus. *Evolução da Agricultura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no Período 1980-1995*. Dissertação de Mestrado - CPDA - Área Desenvolvimento e Agricultura (DA) - Rio de Janeiro. 1997. Orientador Jorge Oswaldo Romano. 339p.

PIZARRO de Araujo, José de Souza Azevedo (*Monsenhor Pizarro*). *Memória Histórica do Rio de Janeiro*. 1820. Apud: PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística, Geografia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940.

QUEIROZ, M. I. P. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/EDUSP. 1978.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática. 1993.

REDFIELD, R. "Peasantry: Part-Societies." In: Redfield, R. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: Midway Reprint, 1989. pp. 23-59 (1. ed. 1956).

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo, 1982.

_____. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. 1986.

SÃO GONÇALO. Deliberação Nº 370/62, de 10 de novembro de 1962.

SECTRA-RJ – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Contrato de Concessão da exploração de serviços de transporte metroviário da linha 3 do estado do Rio de Janeiro, e serviços rodoviários intermunicipais de passageiros entre os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, e os projetos de urbanização consorciada, do programa de desenvolvimento regional leste da baía de Guanabara. (s/d). Disponível: <<http://www.sectran.rj.gov.br/pub/contrat.html>> Acesso em: 04 ago. 2001.

SILVA, José Graziano. *O Novo Rural Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 05 set. 2001.

SILVA, José Graziano; MARC, Jean e BIANCHINI. *Quem precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento?* Brasília: Convênio: FIPE/IICA (MDA-CNDRS/NEAD), Série Textos para Discussão, n.2, 2001.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. "Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano." In: Martins, J. S. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. pp. 198-224.

STOPPINO, Mario. "Poder". In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 3. ed. Brasília: Editora UNB/Linha Gráfica Editora, 1991. v.2

VARELLA, M. V. M.; MENDES FILHA, N. F. *São Gonçalo: Sua História e Seus Monumentos*. 2. ed. São Gonçalo: Gráfica Cezar Mattos. (s/d)

VEIGA, José Eli da, *et alii*. *O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. (texto provisório para discussão). Brasília: Convênio: FIPE/IICA (MDA-CNDRS/NEAD), Série Textos para Discussão, n.1, 2001.

WEID, Jean Marc von der. *Proposta de programa de desenvolvimento rural sustentável no Brasil?* CNDRS. Disponível em: <<http://www.cndrs.org.br/documentos.asp?folder=>>>. Acesso em: 30 set. 2003a.

_____. *Comentários à primeira parte da 1ª versão do PNDRS*. CNDRS. Disponível em: <<http://www.cndrs.org.br/documentos.asp?folder=>>>. Acesso em: 30 set. 2003b.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. (tradução de Sussekind de Mendonça). Apud: PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Estatística*. 1940.

Anexos

Anexo 1

Tabela 2 - Sesmarias em São Gonçalo.

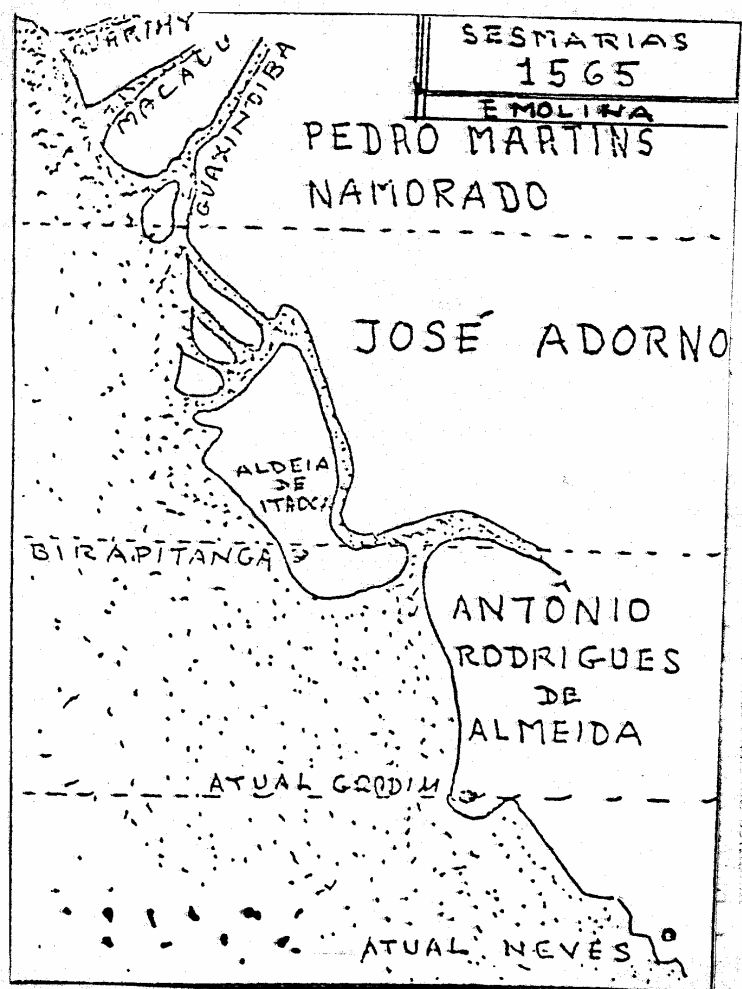
Datas	Nomes	Locais
06.01.1565	Antônio Rodrigues de Almeida José Adorno Pedro Martins Namorado	Aldeia de Itaoca
05.09.1565	José Adorno	Birapitanga
05.09.1565	Pedro Martins namorado	Quarihy
17.10.1567	Diogo da Rocha (de Sá)	Curumurepe/ Ubirapitanga
20.10.1567	Bastião Lourenço	Suassunhã
23.03.1568	Antônio de Marins (ou Mariz)	Curumurepe/ Ubirapitanga
23.03.1568	Manoel Machado	Birapitanga
23.03.1568 (?)	Gaspar de Figueredo	Birapitanga
22.05.1571	João Carrasco	Mutuá/ Guaxindiba
22.05.1571	Francisco Carrasco	Mutuá/ Guaxindiba
11.11.1573	Braz Azevedo	Imbussu (Imboçu)
28.03.1579	Gonçalo de Aguiar	Guaxindiba
04.04.1579	Francisco Lopes	Maryoy
06.04.1579	Gonçalo Gonçalves	Porto de Birapitanga
23.07.1579	Chrispim da Cunha (Tenreiro)	Guaxindiba
14.09.1596	Gonçalo de Aguiar	Guaxindiba
22.12.1597	Pedro da Silva	Guaxindiba

	Francisco Martins	
08.05.1598	Gonçalo Aguiar	Guaxindiba
05.01.1602	Antônio Nabo	Sobejos em Guaxindiba
29.01.1602	Diogo Teixeira de Carvalho	Sobejos em Guaxindiba
01.09.1603	Padre Vigário Martins Fernandes	Rio Suassunhã/ Mutuá
23.12.1605	Miguel Ayres Maldonado	Guaxindiba
07.09.1619	João Castilho Pinto	Sertão de Guaxindiba
03.08.1626	Francisco Cabral de Távora	Sobejos em Guaxindiba
(?).09.1626	Miguel Ayres Maldonado	Sobejos em Guaxindiba
27.07.1628	Pedro Fernandes	Mangues e brejos em Guaxindiba
16.04.1631	Baltazar da Costa e Bento da Costa	Sertão de Guaxindiba
02.12.1642	Antônio Lopes Cerqueira	Ilha e morro
13.10.1668	Ajudante Sebastião Ribeiro Capitão Francisco Gomes Sardinha	Sobejos em Guaxindiba
22.01.1673	Antônio Francisco Martins Ribeiro	Sobejos no caminho de Maricá
01.08.1676	Gregório Dutra de Leão João Nunes Sebola	Itaitindiba
17.05.1682	Marcos da Costa Fonseca	Sobejos nas ilhargas e cabeceiras do seu engenho em São Gonçalo
15.04.1685	Índios - aldeia de São Barnabé	Sobejos locais
18.06.1685	Capitão José Barreto	Sobejos junto ao seu engenho. Direção a São Lourenço
02.04.1686	Alferes Pedro Paulo da Costa	Ilha de Gerobaíba
05.09.1686	Capitão Luiz Cabral da Távora	Sobejos entre seu engenho e de João Dique
01.12.1687	Antônio Maciel Tourinho	De Inoã a Itaitindiba
18.04.1692	José de Marins de Almeida	Entre Antônio de Mariz e o mar, banda de São Lourenço
15.07.1700	D. Úrsula de Marins de Almeida	Guaxindiba
27.01.1703	Amaro dos Reis Tibau	Cabeceira de João de Castro Pinto
14.01.1706	José Pereira de Martins	Ilhota do Porto de São Gonçalo
17.08.1718	Desembargador Roberto Car Ribeiro	Itaitindiba
04.10.1719	Luiz Antunes Alves	Além de Itaoca
04.01.1724	Clemente Pereira de Azevedo Coutinho Jorge S. Coutinho	Cabuçu
02.05.1725	Desembargador Roberto Car Ribeiro	Rumo Aratiba/ Guaxindiba
09.06.1734	Manoel de Lima	Rio Mariguhy
03.11.1735	Desembargador Roberto Car Ribeiro	Guaxindiba
24.09.1739	Marechal de Campo Antônio Dias Delgado	Guaxindiba
12.01.1763	Marechal de Campo Antônio Dias Delgado	Guaxindiba
07.11.1763	Antônio Pinto de Coelho	Cassoritiba
06.04.1772	Sebastião Corrêa da Silva	Cassoritiba
10.06.1720	João da Guarda Figueira	Rio Cabuçu
17.07.1722	Manoel Pimenta Telo	Taipu
13.08.1723	Manoel Pimenta Telo	Taipu

Sem data	Antônio Cardoso Barbosa	São Gonçalo
08.04.1742	Antônio dos Reis Porto	São Gonçalo
23.12.1751	Manoel de Tuvo Matta	Rio Cabuçu
01.03.1760	Antônio Cordeiro d'Oliveira	Cabuçu
17.02.1763	João Rodrigues Cordeiro Ignácio Correia de Sá	Omitiu local
10.12.1763	Antônio Dias Delgado	Guaxindiba
10.05.1765	Lourenço Alves de Barros	Omitiu local
25.06.1771	Antônio Da Rocha	Cabuçu
25.06.1771	Antônio de Azevedo Coutinho maldonado	Cabuçu
02.11.1770	Joaquim Franco da Mota	Itaitindiba e Inoã
26.03.1772	Helena d'Andrade Souto Maior Coutinho	Guaxindiba
02.07.1772	Bartolomeu Corrêa Medeiros	Omitiu local
30.07.1779	Ignácio Xavier Salgado	Icarahy
04.09.1784	Antônio de Azevedo Coutinho Maldonado	Cabuçu
01.10.1788	Francisca Martins Conceição, viúva de Antônio de Barros Lima	Icarahy
16.04.1796	Domingos de Freitas Rangel	Rio Cabuçu

Fontes: Molina, Evadyr e Silva, Salvador Mata em *São Gonçalo no século XVI*. Companhia Brasileira de Artes Gráficas: São Gonçalo. Coleção MEMOR. 1996. p. 67; Molina, Evadyr e Silva, Salvador Mata em *São Gonçalo no século XVII*. Companhia Brasileira de Artes Gráficas: São Gonçalo. Coleção MEMOR. 1997a. p. 22; Molina, Evadyr e Silva, Salvador Mata em *São Gonçalo no século XVIII*. Companhia Brasileira de Artes Gráficas: São Gonçalo. Coleção MEMOR. 1997b. p. 23.

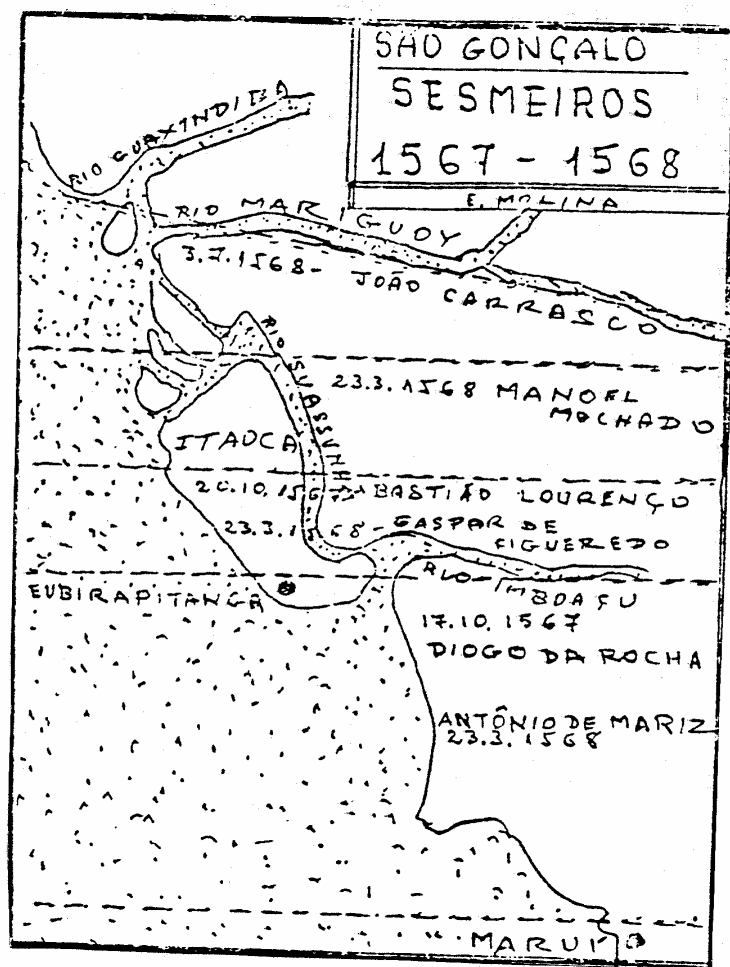
Anexo 2
Mapa 6 – Sesmarias, 1565.



Fontes: Anexo 2, Molina e Silva, op. cit., 1996, p. 47.
Anexo 3, Molina e Silva, op. cit., 1996, p. 54.

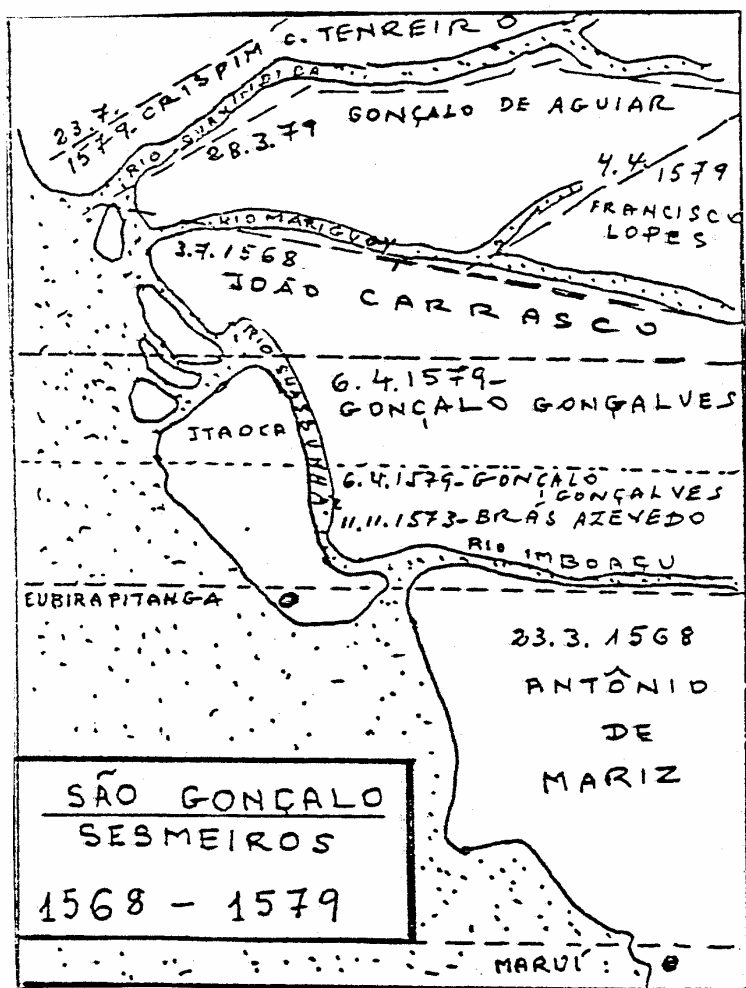
Anexo 3

Mapa 7 – Sesmarias, 156-1568.



Anexo 4

Mapa 8 – Sesmarias, 1568-1579.

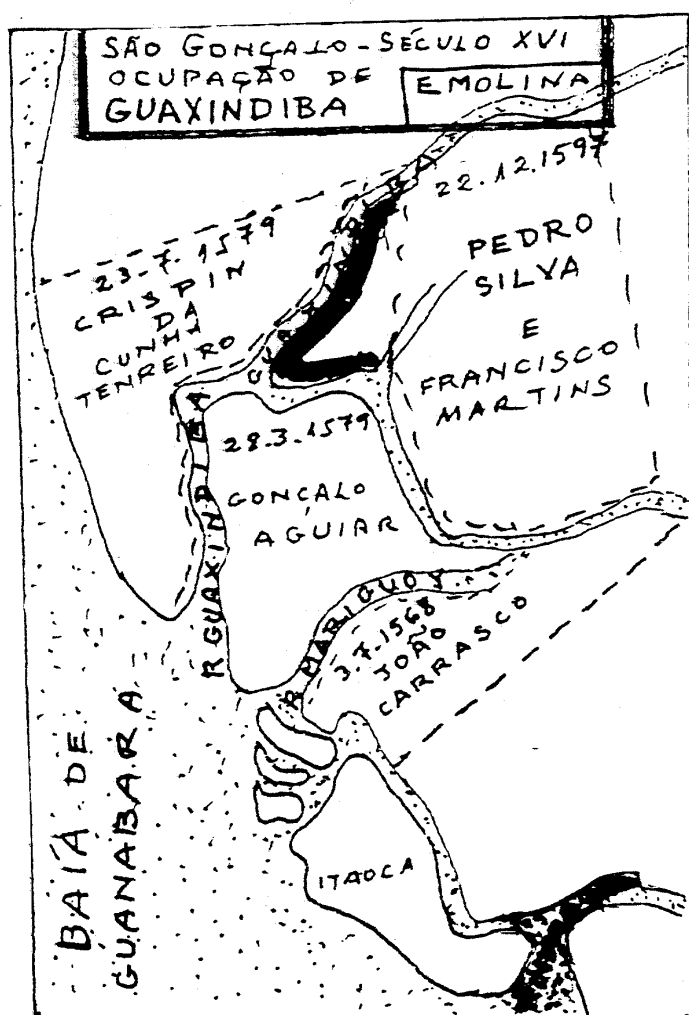


Fontes: Anexo 4, Molina e Silva, op. cit., 1996, p. 60.

Anexo 5, Molina e Silva, op. cit., 1996, p. 66.

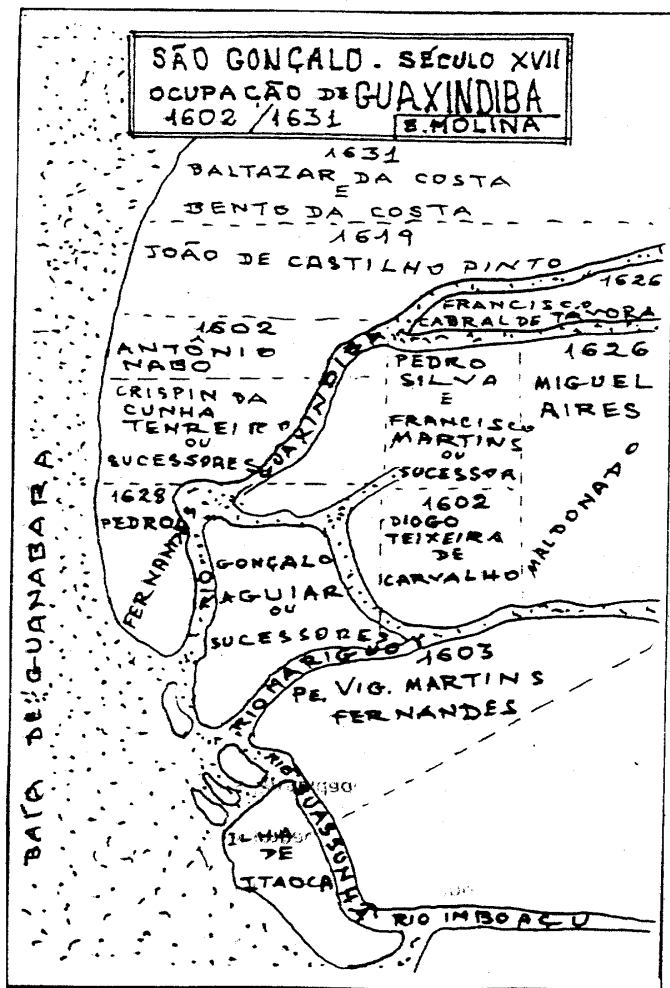
Anexo 5

Mapa 9 – Ocupação de Guaxindiba, 1568-1597.



Anexo 6

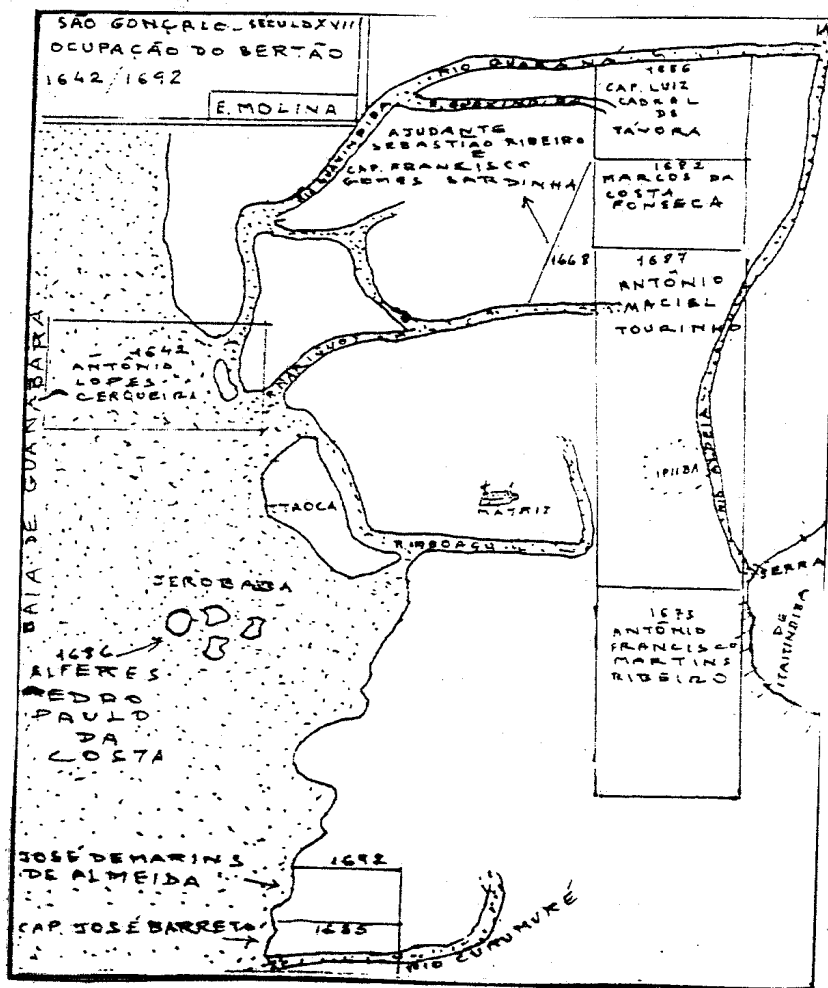
Mapa 10 – Ocupação de Guaxindiba, 1602-1631.



Fontes: Anexo 6, Molina e Silva, op. cit., 1997, p. 28.
 Anexo 7, Molina e Silva, op. cit., 1997, p. 34.

Anexo 7

Mapa 11 – Ocupação do Sertão Gonçalense, 1642-1692.



Anexo 8

Tabela 3 – Censo IBGE 1940

266

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

48. PRODUÇÃO, NO ANO DE 1939, DOS PRODUTOS PREDOMINANTES DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E EXTRATIVA VEGETAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	ABACAXI		ALGODÃO EM CAROÇO		BANANA		BATATA		CAFÉ		LARANJA	
	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (cento)	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (t)	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (cacho)	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (t)	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (t)	Estabelecimentos com declaração	Quantidade (cento)
ESTADO	1 159	91 876	542	2 088	15 760	7 674 550	2 105	3 801	13 296	38 197	12 006	10 058 639
1. Angra dos Reis	-	-	-	-	44	222 199	-	-	12	5	15	291
2. Araruama	2	(x)	11	18	225	11 014	1	(x)	63	13	311	23 147
3. Barra do Pirai	2	(x)	-	-	91	71 917	17	11	29	183	83	34 902
4. Barra Mansa	6	6	-	-	89	19 341	1	(x)	19	137	77	46 654
5. Bom Jardim	3	51	-	-	274	51 376	226	182	615	2 253	159	11 214
6. Bom Jesus do Itabapoana ..	115	152	12	23	744	77 401	18	2	802	3 879	353	45 655
7. Cabo Frio	-	-	-	-	18	4 397	-	-	3	1	25	4 428
8. Cachoeiras	-	-	-	-	229	618 758	2	(x)	15	23	10	6 448
9. Cambuci	27	33	63	380	424	105 902	11	7	896	2 696	148	2 827
10. Campos	288	1 670	13	106	2 799	259 941	7	1	1 992	3 987	1 857	148 884
11. Cantagalo	12	23	3	8	402	33 895	22	36	297	883	280	14 176
12. Capivari	8	312	1	(x)	312	131 099	3	0	285	428	132	11 528
13. Carmo	27	137	-	-	284	53 911	3	2	141	219	175	10 459
14. Casimiro de Abreu	-	-	-	-	110	127 047	3	0	102	418	31	5 757
15. Duas Barras	18	17	-	-	264	36 822	71	28	280	1 771	229	14 233
16. Entre Rios	1	(x)	1	(x)	87	97 514	5	6	57	220	78	130 843
17. Itaboraí	95	39 128	-	-	113	55 646	-	-	15	1	338	969 102
18. Itaguaí	-	-	-	-	273	1 082 055	-	-	4	6	42	303 170
19. Itaocara	21	419	8	21	279	13 071	5	0	186	213	148	2 858
20. Itaperuna	114	339	253	1 039	1 009	136 542	6	2	2 233	9 853	612	88 469
21. Macaé	14	33	-	-	723	332 756	22	17	439	1 136	138	23 751
22. Magé	12	526	-	-	97	338 219	1	(x)	9	1	43	31 613
23. Mangaratiba	1	(x)	-	-	230	644 670	4	0	91	13	26	17 190
24. Maricá	-	-	2	(x)	211	259 455	4	7	47	18	125	85 179
25. Miracema	17	752	40	77	208	22 984	6	3	262	1 156	74	8 500
26. NITERÓI	5	1 565	-	-	32	19 610	-	-	-	-	35	26 771
27. Nova Friburgo	23	355	-	-	465	74 208	488	710	338	430	340	63 397
28. Nova Iguaçu	8	1 040	-	-	164	290 826	3	101	11	13	1 398	4 217 084
29. Paraíba do Sul	-	-	-	-	77	13 787	6	2	83	189	93	18 579
30. Parati	6	21	-	-	157	326 072	5	6	157	65	76	1 995
31. Petrópolis	1	(x)	-	-	168	47 691	171	257	156	204	222	22 018
32. Pirai	2	(x)	-	-	101	41 264	10	2	59	37	79	47 508
33. Resende	29	767	1	(x)	192	36 090	23	57	116	334	119	39 090
34. Rio Bonito	-	-	-	-	380	527 219	2	(x)	208	68	196	90 553
35. Rio Claro	2	(x)	-	-	220	33 971	93	50	141	40	138	29 850
36. Santa Maria Madalena	3	7	-	-	311	139 073	17	46	438	1 182	57	6 377
37. Santa Teresa	1	(x)	-	-	83	15 324	3	1	26	236	64	2 922
38. Santo Antônio de Pádua ..	15	23	4	14	271	12 477	4	1	670	772	139	7 878
39. São Fidélis	33	72	96	323	1 090	154 287	27	20	786	1 620	349	37 518
40. São Gonçalo	173	42 766	1	(x)	494	356 234	3	4	33	2	1 244	2 983 694
41. São João da Barra	33	50	1	(x)	255	12 911	3	1	59	179	229	8 826
42. São Pedro da Aldeia	12	507	2	(x)	156	57 145	1	(x)	36	1	279	133 141
43. São Sebastião do Alto	2	(x)	18	25	37	4 331	2	(x)	137	196	9	25
44. Sapucaia	2	(x)	2	(x)	123	8 176	37	53	109	502	98	8 606
45. Saquarema	2	(x)	-	-	302	72 362	-	-	148	174	265	23 267
46. Sumidouro	-	-	-	-	184	12 016	164	178	114	258	211	7 336
47. Teresópolis	5	4	-	-	159	9 897	384	1 811	27	2	277	15 921
48. Trajano de Moraes	1	(x)	-	-	177	103 983	110	141	291	1 481	60	2 870
49. Valença	2	(x)	-	-	126	61 225	22	5	113	599	111	33 362
50. Vassouras	16	996	-	-	497	436 439	87	31	141	100	409	188 773

* Correspondentes ao número de estabelecimentos que cultivam isolada ou associadamente o algodão moído e o de outras espécies.

(x) Resultado omitido a fim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos acham-se incluídos nos TOTAIS.

Anexo 9

Mapa 12 - Apa de Guapimirim.

Fonte: IBGE.

Anexo 10

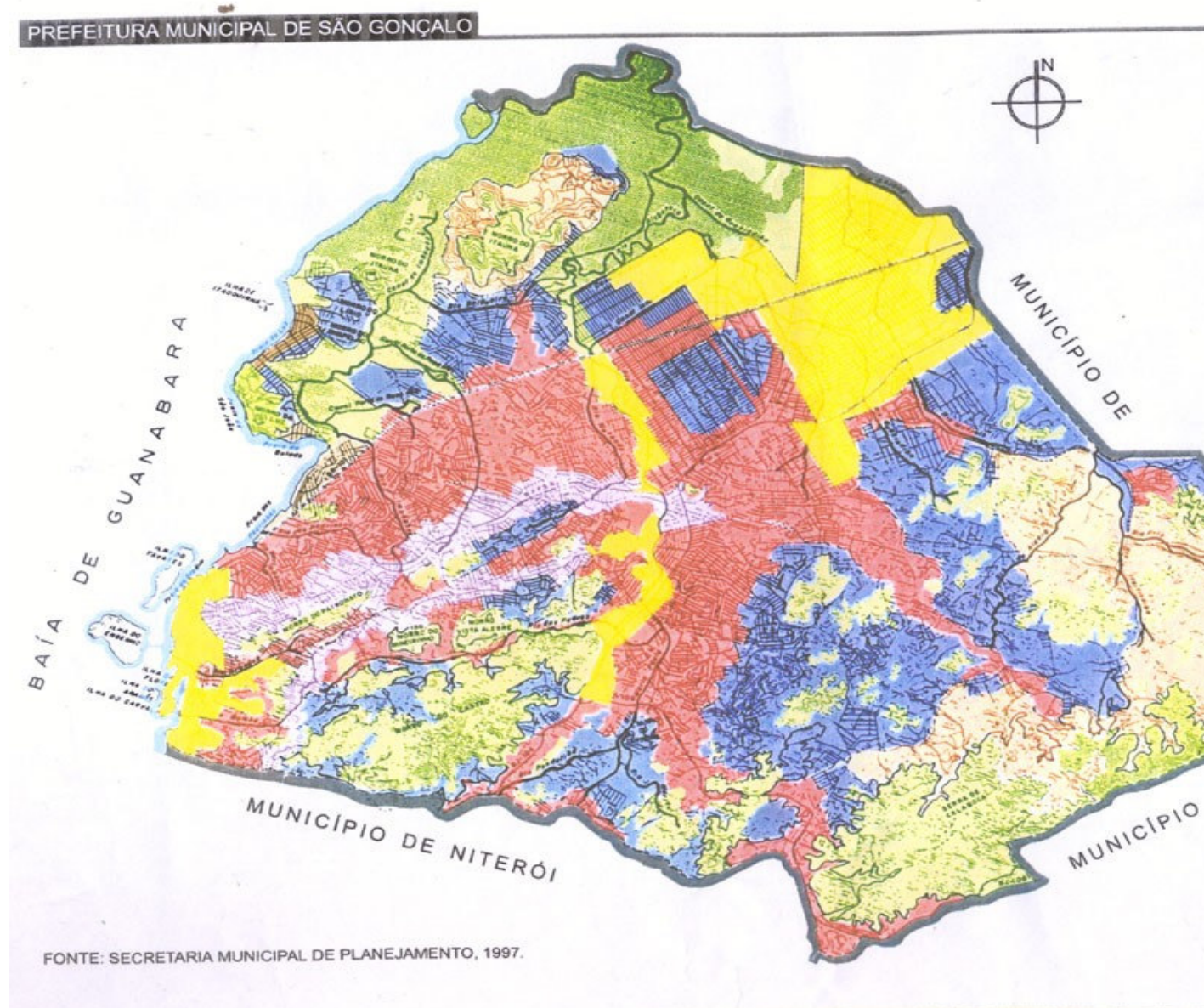
Mapa 13 – Bom Retiro



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo

Anexo 11

Mapa 14 – Zoneamento



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo.

Questionário

Idade: _____ Cidade onde Nasceu: _____
Caso seja natural de outra cidade, desde quando mora em São Gonçalo? _____

A) O QUE ACHA DE GUAXINDIBA?

1. Transportes:

() péssimo () regular () bom () ótimo

2. Comércio:

() péssimo () regular () bom () ótimo

3. Segurança:

() péssimo () regular () bom () ótimo

4. Pavimentação (asfalto nas ruas e calçamento):

() péssimo () regular () bom () ótimo

5. Iluminação:

() péssimo () regular () bom () ótimo

6. Água e esgoto:

() péssimo () regular () bom () ótimo

7. Coleta de lixo e limpeza das ruas:

() péssimo () regular () bom () ótimo

8. Lazer:

() péssimo () regular () bom () ótimo

9. Quantidade de escolas, hospitais e postos de saúde:

() péssimo () regular () bom () ótimo

B) Acha que Guaxindiba se parece com o quê? () Campo () Cidade Por quê?

C) Já ouviu dizer que Guaxindiba é uma roça? () Sim () Não Concorda? () Sim () Não

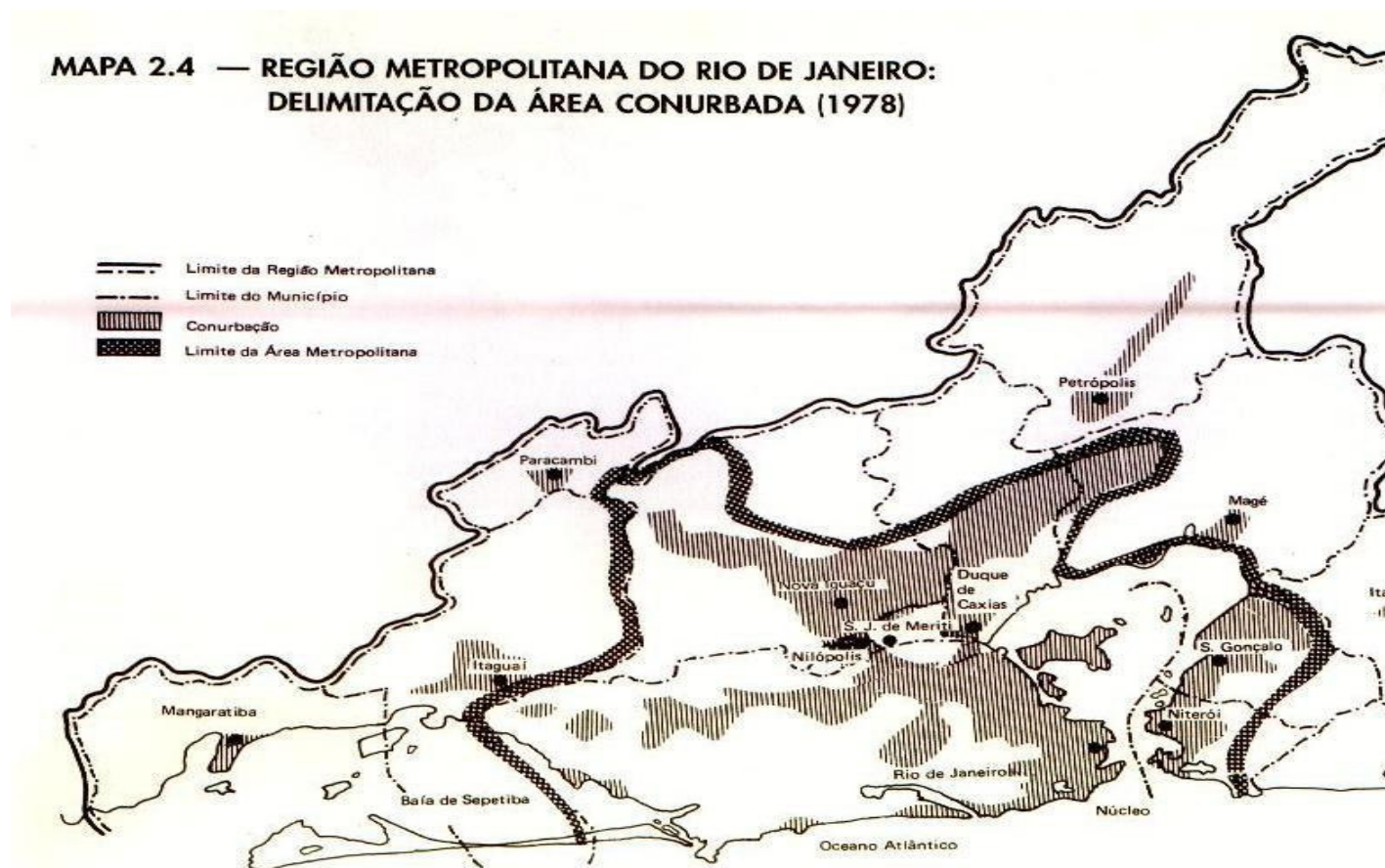
D) Tem vontade de mudar de Guaxindiba? () Sim () Não Por quê?

E) O que falta em Guaxindiba para ser um lugar melhor?

Anexo 13

Anexo 14

Mapa 16 – RMRJ/Conurbação, 1978.



Fonte: Abreu, Maurício de. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO. 1997, p. 22